UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Centro Universitário de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Mestrado em Administração Educacional e Regulação da Educação

OS FATORES DO INSUCESSO DOS FORMANDOS DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE AUXILIARES DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO NA ENFOTSS

(Versão Final)

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas para a obtenção do grau de mestre em Administração Educacional e Regulação da Educação, orientado pelo Professor Doutor Jacinto Serrão de Freitas

CARLA DA CONCEIÇÃO SEIXAS FERREIRA GAMBOA JAFAR - 22109269

2026

UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Centro Universitário de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Mestrado em Administração Educacional e Regulação da Educação

OS FATORES DO INSUCESSO DOS FORMANDOS DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE AUXILIARES DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO NA ENFOTSS

(Versão Final)

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona – Centro Universitário Lisboa, no dia 19 de junho de 2026, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 246/2026 de 14 de abril de 2026, com a seguinte composição:

Presidente: Professora Doutora Elsa Bacala Estrela

Arguente: Professora Doutora Margarida Henriques Belchior

Orientador: Professor Doutor Jacinto Serrão de Freitas

CARLA DA CONCEIÇÃO SEIXAS FERREIRA GAMBOA JAFAR - 22109269

2026

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória dos meus pais, cujo carinho e ensinamentos continuam a inspirar-me todos os dias.

Ao meu marido que sempre acreditou em mim e me deu força para chegar até aqui.

Aos meus filhos, pelo apoio ao longo de todo este percurso.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação de mestrado representa um marco muito importante.

Para o meu percurso académico e pessoal, não sendo possível sem o apoio, a colaboração e o incentivo de diversas pessoas, a quem expresso o meu sincero agradecimento.

Ao meu marido, agradeço o apoio incondicional, o incentivo ao longo de todo o percurso académico.

Aos meus filhos, agradeço por cada gesto de carinho e apoio durante todo este período académico.

Agradeço ao Professor Doutor Jacinto Serrão, orientador desta dissertação, pela disponibilidade, orientação científica e pelos valiosos contributos ao longo de todo o processo de investigação.

Agradeço aos meus professores do curso pelos conhecimentos transmitidos e pelo incentivo ao desenvolvimento do pensamento critico e científico.

Agradeço a direção da ENFOTSS (Escola Nacional de Formação de Serviço Social), aos seus formadores e formandos, que gentilmente aceitaram colaborar nesta investigação.

Aos meus colegas, agradeço o apoio moral e a ajuda prestada no momento mais exigente deste percurso.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral compreender os principais fatores que contribuem para o insucesso dos formandos no curso de formação profissional de auxiliares de educação, considerando as suas causas, consequências e teorias explicativas. Esta dissertação tem os seguintes objetivos específicos: identificar os fatores individuais, institucionais e socioeconómicos que influenciam o insucesso dos formandos; analisar o impacto da metodologia de ensino, dos recursos pedagógicos e da qualidade da formação prática na aprendizagem e no desempenho dos formandos; e propor medidas e estratégias que possam ser implementadas para reduzir o insucesso e aumentar a taxa de conclusão do curso com sucesso. Por intermédio da aplicação do inquérito por questionário – abordagem quantitativa – e de entrevistas semiestruturadas, com abordagem qualitativa, chegou-se à seguinte conclusão: o insucesso - ou sucesso - não constitui um problema preocupante e nem um desafio para a instituição em estudo. A falta de apoio de transporte, bem como o apoio financeiro e social aos formandos, constitui também um dos fatores que contribuem para o insucesso.

Palavras-chave: Insucesso escolar; Sucesso escolar; Formação profissional.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the main factors that contribute to trainee failure in the vocational training course for education assistants, based on the reasons, consequences, and explanatory theories. This dissertation has the following specific objectives: to identify the individual, institutional, and socioeconomic factors that influence trainee failure; to analyze the impact of teaching methodology, pedagogical resources, and the quality of practical training on trainee learning and performance; and to propose measures and strategies that can be implemented to reduce failure and increase the rate of successful course completion. Through the application of a questionnaire survey – a quantitative approach – and a semi-structured interview, with a qualitative approach, the following was reached: failure or success does not constitute a worrying problem or a challenge for the institution under study. The lack of transportation support, as well as financial and social support for trainees, is also one of the factors that contribute to failure.

Keywords: school failure; school success; vocational training.

LISTA DE ABREVIATURAS

CRA – Constituição da República de Angola

ELP – Estratégia a Longo Prazo

EP - Ensino Primário

ENFOTSS- Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEFOP-Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

LBSE – Lei de Bases do Sistema de Educação

LBSEE - Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino

MAPTSS- Ministério de Administração Pública Trabalho e Segurança Social

MED - Ministério da Educação

MEP – Ministério da Economia e Planeamento

MINPLAN – Ministério do Planeamento

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MPLA-PT - Movimento Popular de Libertação de Angola - Partido do Trabalho

PE – Política Educativa

PME – Programa da Merenda Escolar

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

RE - Reforma Educativa

RPA – República Popular de Angola

SE – Sistemas Educativos

SEE – Sistema de Educação e Ensino

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas

UNITA – União Nacional para a Independências Total de Angola

ZIP – Zona de Influência Pedagógica

Índice

DEDICATÓRIA....3
AGRADECIMENTOS....4
RESUMO....5
ABSTRACT....6
Introdução....12
Parte I: Enquadramentos teóricos....19
Capítulo 1 – Diversas Perspetivas de Análise do Insucesso....20
1.1 Conceito de Insucesso....20
1.2 Insucesso escolar: diferentes perspetivas....23
1.2.1 Perspetiva histórica....24
1.2.2 Perspetiva pedagógica....25
1.3 Fatores e manifestações do insucesso escolar....27
1.4 Consequências do insucesso escolar....30
1.5 Papel da escola e da família no combate ao insucesso escolar....30
1.6 Teorias explicativas do insucesso escolar....32
1.6.1 Teoria do déficit....33
1.6.2 Teoria da desigualdade de oportunidades....33
1.6.3 Teoria Interacionista....34
1.6.4 Teoria critica....34
Capítulo 2 – Educação, Pobreza e Exclusão Social em Angola....36
2.1 Breve histórico da Educação em Angola....36
2.1.1 Políticas públicas para a formação....37
2.2 Estrutura do Sistema Educativo angolano....38
2.2.1 Pré-escolar....39
2.2.2 Ensino geral....39
2.2.3 Ensino técnico profissional....41
2.2.4 Ensino Superior....41
2.2.5 Educação extraescolar....41
2.3. A pobreza e exclusão social....42
2.4 A formação profissional como elemento de inclusão de jovens....46
Parte II: Enquadramento Político-Normativo....47
Capítulo 3 – Caraterização de Angola e o Sistema de Formação Profissional....48
3.2 Sistema Nacional de Formação Profissional....50
Parte III: Enquadramento Metodológico....54
Capítulo 4 – Metodologia....55

4.1.1. Técnica de recolha de dados 56
4.1. 2. Caraterização do contexto da investigação 57
4.3. Perfil dos entrevistados e dos inquiridos 57
4.4. Questões éticas na investigação 61
Capítulo 5 – Os Fatores do Insucesso dos Formandos Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos de Serviço Social 62
4.1. Experiência Profissional e caracterização dos formandos e formadores 62
4.2. Perfil dos formandos que ingressam no curso 67
4.2.1. Principais razões para frequentar este curso 69
4.3. Metodologias de ensino utilizadas nas aulas 71
4.4. Fatores externos e contextuais 74
4.5. Propostas de melhoria segundo os entrevistados 74
4.6. ENFOTSS e o seu papel na formação profissional dos jovens 75
4.7. Obstáculos à aprendizagem dos formandos 77
4.8. Estratégias de como evitar o insucesso 81
4.8.1. Estratégias pedagógicas e metodológicas 83
4.9. Medidas e estratégias de mitigação dos obstáculos à aprendizagem 85
Conclusão 88
Referências Bibliográficas 91

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabelas

Tabela 1. Entrevistados de acordo com sexo e idade…… 58
Tabela 2. Perfil dos entrevistados segundo o sexo e o nível de instrução…….. 59
Tabela 3. Inquiridos segundo sexo e idade…… 59
Tabela 4. Inquiridos segundo o sexo e nível de escolaridade…… 60
Tabela 5. Situação profissional atual…….. 62
Tabela 6. Rendimento familiar mensal…….. 63
Tabela 7. Transporte utilizado…….. 64
Tabela 8. Conhecimento do curso…….. 67
Tabela 9. Principais razões para frequentar este curso…….. 69
Tabela 10. Metodologia de ensino…… 71
Tabela 11. Sente que está a adquirir as competências necessárias…….. 75
Tabela 12. Principais dificuldades que enfrenta no curso…….. 77
Tabela 13. Principais motivos de faltas…….. 79
Tabela 14. Tipo de apoio adicional…….. 82

Gráficos

Gráfico 1. Entrevistados de acordo com a idade…….. 58
Gráfico 2. Perfil dos entrevistados segundo o sexo e o nível de instrução…… 59
Gráfico 3. Inquiridos de acordo com a idade…… 60
Gráfico 4. Inquiridos segundo o sexo e nível de escolaridade…… 61
Gráfico 5. Situação profissional atual…….. 62
Gráfico 6. Rendimento familiar mensal…… 63
Gráfico 7. Transporte utilizado…….. 64
Gráfico 8. Conhecimento do curso…… 68
Gráfico 9. Principais razões para frequentar este curso…….. 71
Gráfico 10. Metodologia de ensino…….. 72
Gráfico 11. Aquisição de competências necessárias…….. 76
Gráfico 12. Principais dificuldades que enfrenta no curso…….. 78
Gráfico 13. Principais motivos de faltas…….. 79
Gráfico 14. Tipo de apoio adicional…… 83

Introdução

A presente dissertação intitulada "*Os Fatores do Insucesso dos Formandos do Curso de Formação Profissional de Auxiliares de Educação: Um Estudo na ENFOTSS*", insere-se no curso de Mestrado em Administração Educacional e Regulação da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Trata-se de uma investigação desenvolvida em um dos principais centros de formação profissional básica de Angola, a Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS). Os centros de formação profissional básica em Angola desempenham um papel fundamental na qualificação de profissionais, contribuindo para uma educação mais inclusiva e eficiente.

A problemática do insucesso escolar tem merecido atenção no sistema de educação e ensino em todo mundo, pois constituem um obstáculo a concretização dos objetivos educacionais. O insucesso escolar tem preocupado os diversos intervenientes no processo de ensino e aprendizagem, sendo prioridade compreender as causas que lhe estão subjacentes.

Na realidade portuguesa, por exemplo, existem estudos que analisam o fenómeno do insucesso escolar. Mencionam-se a título de exemplo, duas dissertações de mestrado, nomeadamente, o trabalho de Cesarina de Jesus Alves Pereira, intitulado "*Insucesso Escolar: Causas e Consequências no Contexto do Agrupamento de Ourique (período 1999/2000 a 2007/2008)*", publicado em 2010. Outro trabalho é o de autoria de Vanessa Abreu Azevedo, cujo título é "*Fatores de Sucesso e Insucesso Escolar: um Estudo numa Escola Pública do Concelho de Câmara de Lobos*", publicado em 2016.

Em Angola, contexto em que se circunscreve esta dissertação, a problemática do insucesso escolar também tem merecido alguma atenção da parte dos gestores, agentes e pesquisadores na área da educação. Entre os fenómenos educativos que ocorrem no Sistema de Educação e Ensino em Angola, o insucesso escolar.

No que concerne à produção científica em relação a esta problemática, observa-se muitos estudos realizados. Entre eles, mencionam-se aqui, por exemplo, a dissertação de David Leonardo Chivela, intitulada "*Insucesso Escolar no Ensino Primário em Angola: causas e implicações para a Política Educativa*", realizada em 2022, que evidencia os fatores que estão na base do insucesso escolar no Ensino Primário. Outra pesquisa é a de Lima Santos, cujo título é "*O Insucesso Escolar: uma abordagem Teórica sobre as causas no Contexto Angolano*", publicado em 2023.

Embora os estudos mencionados acima, discutam o insucesso escolar em contextos gerais de educação. Em Angola, são quase inexistentes, para não dizer inexistentes, pesquisas que abordam o insucesso na Formação Profissional Básica de Técnicos do Serviço Social. Desse modo, importa dizer que é precisamente aqui em que se observa a novidade desta pesquisa. Vale dizer que esta dissertação tem implicações teóricas nos trabalhos já existentes. Independentemente do contexto em que ela esteja a ser realizada, em termos teóricos e procedimentais ela não se demarca totalmente dos estudos existentes em relação à problemática em estudo. Entretanto, do ponto de vista da sua contribuição, ela não vem apenas enriquecer o acervo bibliográfico existente sobre o insucesso escolar, mas também traz consigo uma novidade, uma vez que estuda o insucesso em contexto de um Centro de Formação Profissional Básica.

No que se refere à contextualização, a Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS) é uma instituição dedicada à capacitação de profissionais da área social. Este estudo abrange especificamente os formandos do curso de Auxiliares da Ação Educativa que atuarão como auxiliares no setor da educação. Este centro oferece cursos específicos para preparar os formandos para apoiar educadores e crianças em ambientes escolares e educativos, como creches, jardins-de-infância e escolas do ensino básico.

A Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos do Serviço Social tem como objetivo principal formar profissionais qualificados para auxiliar no desenvolvimento educacional e social das crianças. Procura capacitar os formandos através de uma formação teórica e prática que lhes permita desempenhar eficientemente as suas funções como auxiliares de ação educativa. Desenvolve competências técnicas e interpessoais, ensinando metodologias de apoio pedagógico, psicologia infantil, segurança, primeiros socorros, inclusão e atividades recreativas. Promover a inclusão e a educação de qualidade, preparando profissionais para lidar com crianças de diferentes contextos, incluindo aquelas com necessidades educativas especiais.

Ademais, a escola promove boas práticas educativas, formando auxiliares que possam contribuir para um ambiente escolar seguro, organizado e estimulante. Garante a empregabilidade dos formandos, oferecendo certificação reconhecida e estágio supervisionado para facilitar a inserção no mercado de trabalho. (São técnicos habilitados a apoiar professores e educadores na sala de aula, auxiliando as crianças no processo de aprendizagem e socialização, garantindo um ambiente seguro e organizado, apoiando na alimentação, higiene e bem-estar das crianças participando de

atividades pedagógicas e recreativas). Os formandos recebem um certificado profissional que os habilita a trabalhar em escolas, creches, centros de acolhimento e outras instituições educativas.

A Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos do Serviço Social destina-se a jovens e adultos que desejam ingressar na área da educação, a profissionais que já trabalham em escolas e creches e buscam qualificação ou atualização, a pessoas interessadas em atuar no apoio educativo em ambientes escolares, creches, centros de acolhimento e instituições infantis. A escola também acolhe pessoas em busca uma segunda oportunidade profissional e desejam requalificação para o mercado de trabalho.

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), responsável pela tutela através dos centros de formação profissional básica, desempenha um papel central na implementação de políticas de formação profissional em Angola. Por meio do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), o MAPTSS coordena programas que oferecem cursos técnicos e profissionais a adultos, visando a sua inserção ou reintegração no mercado de trabalho. Esses programas estão alinhados às demandas do mercado e buscam proporcionar aos participantes competências práticas e teóricas necessárias para o desempenho profissional eficiente.

Por vários motivos, os jovens recorrem aos Centros de Formação Profissional Básica, como é o caso da Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos de Serviço Social, como forma de procurar uma inclusão no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo que se nota muita afluência de jovens nessa instituição, constata-se também um número de jovens que não conseguem concluir a formação de forma satisfatória. Diante desse cenário, formulou-se a seguinte pergunta de partida:

- Quais são os principais fatores que contribuem para o insucesso dos formandos no curso de formação profissional de auxiliares de educação e como podem ser mitigados para melhorar os resultados da formação?

Relativamente aos objetivos, este trabalho tem como objetivo geral compreender os principais fatores que contribuem para o insucesso dos formandos no curso de formação profissional de auxiliares de ação educativa. Por intermédio desse objetivo, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os fatores individuais, institucionais e socioeconómicos que influenciam o insucesso dos formandos.
- Analisar o impacto da metodologia de ensino, dos recursos pedagógicos e da qualidade da formação prática na aprendizagem e no desempenho dos formandos.
- Propor medidas e estratégias que possam ser implementadas para reduzir o insucesso e aumentar a taxa de conclusão do curso.

No que diz respeito à relevância desta pesquisa, destaca-se que a formação profissional de auxiliares de ação educativa, de modo geral, torna-se essencial uma investigação aprofundada sobre as causas do insucesso académico. Este estudo contribuirá para a formulação de estratégias pedagógicas e institucionais mais eficazes, beneficiando não apenas os alunos, mas também o sistema educacional como um todo. Assim, a relevância deste estudo reflete-se tanto no crescimento académico e profissional do pesquisador quanto na melhoria da qualidade da educação e formação de futuros profissionais.

O insucesso dos formandos no processo de formação profissional para auxiliares de ação educativa é um tema de grande relevância, tanto no âmbito acadêmico quanto no pessoal. Esta investigação visa compreender os fatores que contribuem para as dificuldades enfrentadas pelos formandos e propor soluções que possam melhorar a taxa de sucesso. A pertinência deste estudo reside na necessidade de aprimorar a qualidade da formação, garantindo profissionais mais capacitados e motivados para atuar na educação infantil.

Do ponto de vista pessoal, a investigação justifica-se pela minha experiência e interesse na área da educação. O contacto com profissionais e alunos da formação profissional tem revelado desafios significativos que dificultam a conclusão bem-sucedida do curso. A compreensão desses desafios permitirá não apenas aprimorar a prática pedagógica, mas também contribuir para a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz. Além disso, a investigação permitir-me-á desenvolver habilidades de análise e pesquisa, fundamentais para meu crescimento profissional e académico.

No âmbito académico, este estudo justifica-se pela necessidade de aprofundamento teórico e empírico sobre o insucesso escolar na formação profissional. Muitos estudos abordam o insucesso académico em contextos gerais de educação, mas poucos se concentram especificamente na formação de auxiliares de ação educativa.

Ao identificar os fatores que levam ao abandono ou fracasso dos formandos, este estudo pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e institucionais que possam mitigar esses problemas.

Além disso, este estudo pode servir de referência para futuras pesquisas sobre educação profissional, incentivando um debate mais amplo sobre a melhoria dos programas de formação. A pesquisa também poderá subsidiar políticas educacionais, fornecendo dados concretos para reformulação curricular e aprimoramento das condições de ensino e aprendizagem.

A formação profissional de auxiliares de ação educativa desempenha um papel essencial na construção de uma educação de qualidade. Contudo, quando os formandos não conseguem concluir a sua formação ou a realizam de forma deficiente, os efeitos repercutem-se negativamente na qualidade do ensino oferecido às crianças e, consequentemente, no desenvolvimento educacional do país.

Ao identificar os desafios e barreiras enfrentadas pelos formandos, esta pesquisa pode contribuir para melhorar a formação desses profissionais, contribuindo para uma educação mais eficiente e inclusiva. Dessa forma, o estudo impacta não apenas os formandos e as instituições de ensino, mas também a comunidade escolar e, consequentemente, a sociedade como um todo.

Diante dos desafios enfrentados pelos formandos no curso de formação profissional de auxiliares de ação educativa, torna-se essencial uma investigação aprofundada sobre as causas do insucesso académico. Esta pesquisa pode contribuir para a formulação de estratégias pedagógicas e institucionais mais eficazes, beneficiando não apenas os alunos, mas também o sistema educacional como um todo. Assim, a relevância deste estudo reflete-se tanto no crescimento académico e profissional do pesquisador quanto na melhoria da qualidade da educação e formação de futuros profissionais.

A formação profissional de adultos desempenha um papel crucial na qualificação e reintegração de indivíduos no mercado de trabalho, especialmente em setores essenciais como a educação. O curso de Auxiliar de Ação Educativa tem como objetivo preparar profissionais para apoiar o desenvolvimento infantil em contextos educativos, promovendo um ambiente de aprendizagem seguro e estimulante. No entanto, observa-se que uma parcela dos alunos que ingressam nesse curso enfrenta dificuldades que resultam em insucesso escolar, traduzido em abandono, reprovação ou dificuldades na assimilação de conteúdos e competências exigidas.

Diante desse cenário, torna-se relevante compreender quais são os principais fatores que contribuem para o insucesso dos alunos desse curso e quais estratégias podem ser adotadas para minimizar essas dificuldades. Essa investigação permitirá identificar possíveis melhorias na estrutura do curso, nas metodologias de ensino e nas políticas de apoio aos formandos, favorecendo o aumento da taxa de sucesso e a qualificação desses profissionais para o mercado de trabalho.

Trata-se de uma pesquisa de natureza metodológica quantitativa e qualitativa. No decorrer do mesmo baseou-se nas técnicas de investigação de inquérito por questionário e entrevista semiestruturada.

Para melhor integração das diversas contribuições teóricas agrupadas à volta deste estudo, a dissertação que ora se apresenta está estruturada em três partes:

A primeira parte é composta pelos dois primeiros capítulos, que apresentam o enquadramento teórico a partir do qual se procurou explicar os conceitos-chave do estudo. Assim sendo, o capítulo 1 trata das diversas perspetivas de análise do insucesso. Nele, descrevemos o conceito de insucesso escolar em diferentes perspetivas de abordagem (histórica e pedagógica), os fatores e manifestações do insucesso escolar, bem como as suas consequências e o papel da escola e da família no combate ao insucesso. Ainda nesse capítulo, realizou-se uma análise sobre as teorias explicativas do insucesso escolar (a teoria do défice, a teoria da desigualdade de oportunidades, a teoria interacionista e a teoria crítica). À luz de alguns estudos realizados sobre a temática dos fatores de insucesso dos formandos, apresentam-se algumas dimensões que, ao longo dos anos, têm sindo utilizadas, em diferentes circunstâncias, para mitigar o fenómeno no dia-a-dia da escola.

Já no capítulo 2, discutimos a problemática da educação, pobreza e exclusão social em Angola, bem como um breve histórico da educação no país, as políticas públicas para a formação e a estrutura do sistema educativo angolano. Além disso, analisamos a situação da pobreza e da exclusão social, e a formação profissional como elemento de inclusão de jovens, centrando-nos, de forma resumida, nos fatores que explicam esse fenómeno no quotidiano angolano, mais concretamente na formação técnico-profissional, bem como nas medidas de política educativa.

A segunda parte refere-se ao enquadramento político-normativo desta investigação, no qual são apresentadas algumas das principais linhas-diretrizes através das quais são concebidas e concretizadas as metas e os objetivos preconizados para a educação em Angola. Esta parte é constituída por um capítulo, que aborda a

caracterização de Angola, o sistema de formação profissional e o Sistema Nacional de Formação Profissional.

A terceira parte corresponde ao enquadramento metodológico da investigação e compreende os dois últimos capítulos deste trabalho. No capítulo 4, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas, bem como a caracterização do contexto da investigação e o perfil dos entrevistados e dos inquiridos. São expostos os pressupostos que fundamentam as opções metodológicas tomadas, com realce para a metodologia quantitativa e qualitativa. Ainda nesse capítulo, além do percurso delimitado e percorrido para a materialização desta investigação, descrevem-se as técnicas utilizadas para a recolha e tratamento dos dados e procede-se à caracterização do contexto da investigação.

No capítulo 5, são apresentados e discutidos os resultados da análise do conteúdo das informações recolhidas no decurso do levantamento bibliográfico e documental realizado sobre os fatores do insucesso dos formandos da Escola Nacional de Formação Profissional de Técnico do Serviço Social. Por último, nas considerações finais, apresentam-se as principais conclusões deste estudo, seguidas das limitações identificadas e, finalmente, algumas estratégias para linhas de investigação que poderão ser prosseguidas em futuros trabalhos.

Parte I: Enquadramentos teóricos

Capítulo 1 – Diversas Perspetivas de Análise do Insucesso

Neste capítulo apresenta-se um contributo epistemológico para a compreensão dos conceitos de insucesso: o insucesso escolar em diferentes perspetivas, os fatores do insucesso escolar e suas consequências, o papel da escola e da família no combate ao insucesso escolar e por fim falaremos da teoria explicativa do insucesso escolar.

Nos dias de hoje, o insucesso escolar tem sido alvo de inúmeros estudos, reflexões e preocupações, quer por parte dos científicas sociais, quer de todos os outros agentes sociais.

O conceito de insucesso pode ser entendido como a não concretização de um objetivo ou a falha em atingir determinado resultado esperado. Pode se manifestar em diferentes áreas da vida, como a educação, a carreira, os negócios ou até mesmo na vida pessoal.

1.1 Conceito de Insucesso

Na sua compreensão etimológica, a palavra insucesso vem do latim insucessu (m) que significam "malogro; mau êxito, falta de sucesso que se desejava" (Fontinha, s/d) ou ainda "mau resultado, mau êxito, falta de êxito, desastre, fracasso" (Costa & Melo, 1989).

A palavra insucesso é frequentemente relacionada com o termo sucesso, que advém do latim sucessu (m), o qual assume, entre outros, os significados de "bom êxito, conclusão" (Fontinha, s/d) ou "chegada, resultado, triunfo" (Machado, 1977). Não se pode, porém, deixar de verificar, que os termos sucesso e insucesso detêm significados que se opõem aos conceitos de bom e mau que lhes estão subjacentes.

Deste modo, procuramos entender os termos bom e mau no Dicionário de Língua Portuguesa, encontramos "bom: (…) que tem bondade; virtuoso; nobre; seguro (…)" e "mau: (…) que não tem bons instintos; que exprime maldade; malvado; perverso (…)". Na sequência do referido, se em termos precisos efetuarmos uma correlação entre os termos bom/sucesso e mau/insucesso, comprovamos que os sinónimos evocam sempre atributos pessoais, positivos ou negativos.

Esta visão é partilhada por Gil et al. (2004), que nos seus estudos sobre conjunto, onde na pesquisa do termo fracasso constata que o mesmo se refere a

desgraça, perda, mau êxito, desastre; enquanto sucesso se refere a bom êxito e resultado feliz. Segundo os autores, estas definições conduzem à depreensão de que é o aluno quem na sua trajetória escolar, obtém sucesso ou fracassa, razão pela qual os termos sucesso e fracasso se referem tradicionalmente, ao resultado positivo ou negativo obtido pelos alunos e que se expressa pela aprovação ou reprovação no final do ano letivo. Ou seja, o termo insucesso escolar "parece aludir a um défice pessoal que está muito longe de ser a causa principal da maior parte do chamado fracasso escolar" (Gil et al., 2004, p. 24).

É importante salientar que a inexistência de uma unidade semântica na definição de insucesso escolar levou Benavente (1990) a reunir para esta designação vários termos, nomeadamente: reprovações, atrasos, repetência, abandono, desperdício, desadaptação, desinteresse, desmotivação, alienação e fracasso. Salientou também a utilização das expressões: mau aproveitamento, e mau rendimento escolar (Benavente, 1990).

O mesmo autor (1990) acrescenta ainda que, na definição de insucesso escolar, a terminologia utilizada é muitas vezes de natureza moral, visto que se apresenta como um mal e assume, concomitantemente, uma ligação dramática mediante as expressões "vítimas do insucesso" ou "problema angustiante" que é necessário, prevenir, detetar, combater, eliminar.

Importa dizer que, todas estas terminologias confirmam a existência de um problema presente que necessita de ser combatido, mas que oficialmente, é apenas avaliado pelo critério pedagógico dito "objetivo", ou seja, os resultados escolares. A este propósito, Formosinho (1991), considera que embora se possam atribuir vários significados ao insucesso escolar, este é entendido como o sucesso do aluno certificado pela escola, proposição que sugere que o insucesso é veiculado pela não certificação escolar.

É muito comum o uso, do termo insucesso escolar pelos professores, educadores, responsáveis da administração educacional e políticos para caraterizar as elevadas percentagens de reprovações escolares ocorridas no final de cada ano letivo, o que significa que muitos alunos não consigam progredir nos estudos de uma forma regular (Rafael, 2011).

Entretanto, para Pires citado por Rafael (2011, p. 24) alude ao facto de que "no senso comum, falar em insucesso é o mesmo que falar em reprovações há um grande insucesso escolar quando as reprovações abundam".

Assim sendo, no entender de Gottardo (2006) o insucesso escolar não pode ser medido apenas pelas percentagens de reprovações, reconhecendo a importância de se "analisar profundamente a caminhada do aluno, seu desenvolvimento enquanto ser humano e cidadão" (p. 52).

Na busca da definição do insucesso escolar, Muñiz (citado por Rafael, 2011), afirma ser "a grande dificuldade que pode experimentar uma criança, com um nível de inteligência normal ou superior, para acompanhar a formação escolar correspondente à sua idade" (p. 25). Ainda para o autor, a criança tem uma inteligência normal ou superior desde que não apresente qualquer lesão cerebral, seja assídua às aulas e a sua família não tenha um nível cultural muito baixo. Já na perspetiva de Fonseca (2004), o insucesso escolar é o "corolário de muitos problemas que têm por denominador comum a não satisfação das necessidades reais da criança" (p. 513).

O termo insucesso pode ter duas perspetivas que importa clarificar. De forma mais restrito, surge o insucesso escolar que remete para as aprendizagens e rendimento curricular, e num sentido mais geral, o sucesso educativo que "assume o desenvolvimento psicossocial do aluno e um conjunto mais amplo de competências transversais que podem e devem ser promovidas" (Almeida, 2007, p. 208).

No seguimento apresentado, pode-se dizer que a explicação do conceito de insucesso escolar/formação profissional se carateriza pela ausência de uniformidade conceptual, situação que pressupõe analisar a ilustração que alguns autores efetuam relativamente a este conceito assim como a sua origem.

Como já se referiu anteriormente, o conceito de insucesso escolar/ ou formação profissional é recente na História da Educação na Sociedade atual e está associado à implementação da obrigatoriedade escolar, decorrente das exigências da Sociedade Industrial. A noção conceptual remete-nos aos meandros da rede política e económica do século XX, onde a organização das escolas com currículos estruturados pressupõe, por inerência, metas de aprendizagem (Benavente, 1990).

É importante dizer que, a escola ao veicular a transmissão do saber instituído, propõe a aquisição desse saber, através de metas e limites que demarcam as fronteiras reais entre sucesso e insucesso escolar, pelo que, quando um aluno e/ ou formando fica para trás, já está em insucesso, porque não alcançou algo que supostamente teria sido atingido pelos discentes (Benavente, 1990).

Sendo assim, a reprovação constituiu a solução interna que o sistema escolar encontrou para lidar com o problema da não aprendizagem ou da má qualidade dessa aprendizagem (Marchesi et al., 2004). Neste contexto, "cada criança é considerada boa ou má aluna em função dos resultados obtidos e dos progressos efetuados no cumprimento dos programas de ensino" (Benavente, 1976, p. 9). No nosso país, tal como nos restantes, o conceito de insucesso escolar assumiu, ao longo dos tempos, diferentes visões em conformidade com as conjunturas políticas/económicas implícitas.

Contudo, no contexto académico, o insucesso muitas vezes refere-se à dificuldade dos estudantes em concluir seus estudos com êxito, podendo envolver reprovações, abandono escolar ou dificuldade na transição para o mercado de trabalho. Já no contexto profissional, o insucesso pode significar não alcançar as metas estabelecidas, enfrentar dificuldades para conseguir um emprego ou não conseguir manter uma posição desejada.

Segundo as perspetivas acima expostas, para este estudo, os conceitos operacionais do insucesso não devem ser vistos apenas como um fracasso definitivo, mas como uma oportunidade de aprendizado e reavaliação de estratégias para alcançar o sucesso futuro.

1.2 Insucesso escolar: diferentes perspetivas

Neste item, abordar-se-á a problemática do insucesso escolar em diferentes perspetivas. Consideramos uma abordagem multidimensional na medida em que envolve várias áreas do saber (pedagógica, sociológica e psicológica) e, também olhando as referências de autores clássicos e contemporâneos da área da educação.

Contudo, vale realçar que, o insucesso escolar é um fenómeno complexo que pode ser analisado sob várias perspetivas, incluindo fatores internos da escola, da sociedade e do próprio aluno. Como já referimos anteriormente, portanto, a compreensão dessa problemática exige um olhar multidisciplinar, uma vez que traz questões pedagógicas, sociais, psicológicas e até mesmo políticas (Paulo, 2022).

Para Paulo (2022), afirma que o insucesso escolar é um termo que sofre alterações em cada contexto, em alguns países denominam-no como fracasso escolar, outros, baixo rendimento escolar, entre outras designações.

Enquanto Marchesi e Pérez citados por Paulo (2022), vão mais além dizendo que o insucesso escolar "só pode ser explicado" tendo em conta o aspeto

multidimensional que considere todas as vertentes sociais ao sistema educativo, da escola, família, a motivação do próprio aluno, etc.

Neste sentido, da Rosa citado por Paulo (2022) chama atenção ao facto de que "a ideia de fracasso associada ao insucesso escolar traduz a noção de que o aluno não progrediu nada e que raramente corresponde à sociedade" (p. 36).

Do mesmo modo, o insucesso escolar é um fenómeno que transcende a mera dificuldade de aprendizagem. Para isso, trata-se de uma construção social e histórica que envolve múltiplos fatores nomeadamente: pedagógicos, psicológicos, políticos e estruturais. Em Angola, marcado por um passado colonial, guerra civil e desigualdades persistentes, a compreensão deste fenómeno exige uma análise profunda e multifacetada.

1.2.1 Perspetiva histórica

Na perspetiva histórico e política, o legado colonial português em Angola estruturou um sistema educativo profundamente desigual, seletivo e excludente. Como observa Adolfo Maria (2005), "a escola colonial tinha como principal função formar quadros subalternos, obedientes à lógica do império, e não cidadãos conscientes e críticos" (p. 47). Esse modelo criou uma cultura de exclusão que perdura em muitos aspetos do sistema atual, sobretudo nas zonas rurais e periféricas.

Ainda, a história da educação em Angola foi marcada por uma profunda desigualdade estrutural, que tem contribuído para a persistência do insucesso escolar. Para Espírito Santo (2023), afirma que, durante o período colonial português, o acesso à escola era extremamente restrito à maioria da população africana. A educação era utilizada como instrumento de dominação, com objetivos limitados à assimilação cultural e à formação de quadros subalternos[1].

Adolfo Maria (2005), relata que "escola colonial não pretendia formar cidadãos autónomos, mas sim indivíduos submissos à ordem colonial, sem espírito crítico nem identidade própria" (p. 42). Entretanto, o modelo educacional português em Angola até nos meados do século XX era centrado na exclusão: as escolas eram escassas,

[1] Esse termo foi cunhado pelo filósofo marxista italiano António Gramsci para identificar a hegemonia cultural que exclui pessoas e grupos sociais específicos das instituições socioeconómicas de uma sociedade, a fim de negar suas vozes e sua agência na política colonial.

sobretudo nas zonas rurais, na medida em que o currículo desconsiderava as línguas e culturas locais na época.

É importante destacar que após a independência, em 1975, o novo Estado angolano herdou um sistema educativo profundamente desigual. Entretanto, embora tenham sido feitos esforços significativos de massificação do ensino, os legados coloniais continuaram a influenciar negativamente os resultados escolares. Como aponta Boaventura de Sousa Santos (2005), "a descolonização do saber e da educação é um processo inacabado, que exige mais do que mudanças formais: requer uma transformação epistemológica e institucional" (p. 89). O insucesso escolar em Angola, assim, está enraizado num sistema que, historicamente, não foi concebido para incluir a maioria da população.

A guerra civil (1975- 2002) agravou ainda mais a situação, destruindo infraestruturas escolares, dificultando a formação de professores e gerando deslocações massivas de populações. Esta instabilidade política e social gerou efeitos duradouros sobre o sistema educativo. Segundo Adolfo Maria (2005), "a guerra interrompeu processos de reconstrução e agravou a desigualdade no acesso à escola, sobretudo nas regiões mais afetadas pelo conflito" (p. 51)

Além disso, o insucesso escolar em Angola não pode ser dissociado das políticas públicas adotadas nas últimas décadas. Ainda, muitas vezes, as reformas educativas priorizaram metas quantitativas (como por exemplo o aumento da matrícula, superlotação dos alunos nas turmas…) em detrimento da qualidade do ensino. Como refere Paulo Freire (1996) "educação não é um ato neutro; ela é política por excelência, e sua prática implica sempre uma opção ética e social" (p. 30). Olhando esse aspeto do autor, a ausência de uma pedagogia critica e emancipadora nas escolas públicas continua a reproduzir formas de exclusão e insucesso.

Em suma, a leitura histórica e política do insucesso escolar em Angola revela que ele não é fruto do acaso ou da inaptidão dos alunos/formandos, mas consequências de um processo histórico de marginalização, agravado por conflitos políticos e opções educativas centradas mais na gestão administrativa do que na transformação social.

1.2.2 Perspetiva pedagógica

Do ponto de vista pedagógico, o insucesso pode estar relacionado com metodologias de ensino inadequadas, falta de formação docente ou currículos descontextualizados. Para tal, segundo Perrenoud (1995), assevera que "uma

pedagogia centrada na transmissão de conteúdos, ignorando os ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos, contribui fortemente para o insucesso" (p. 20). Nesse sentido, o autor defende a necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas que considerem a heterogeneidade da turma.

Outro aspeto na dimensão pedagógica tem a ver com o fato de que o problema também reside na falta de metodologias ativas e contextualizadas. Freire (1996), criticou o modelo "bancário" de educação, em que "o educador deposita conteúdos no educando, como se fosse um cofre vazio" (p. 72). Portanto, defendendo uma pedagogia crítica e libertadora. É importante dizer que, em Angola, muitas práticas pedagógicas ainda não conseguem dialogar com a realidade cultural e linguísticas dos alunos, o que contribui para o desinteresse e o abandono escolar.

Já António Jacinto, numa visão poética, mas profundamente política, expressa as limitações de um ensino alheado da vida real; "ensinaram-me a amar coisas distantes/ que não eram minhas / e esquecer-me do chão que piso" (Jacinto, 1982, p. 23). De realçar que essa separação entre escola e vida concreta é uma das causas estruturais do insucesso.

Olhando a visão apresentada acima, combater o insucesso escolar requer mais do que reformas curriculares, portanto, ela exige a transformação das condições sociais, a valorização do educador, a inclusão cultural dos educandos e o resgate de uma pedagogia crítica e participativa.

1.2.3 Perspetiva sociológica

Na visão sociológica, a escola tende a reproduzir as desigualdades sociais, legitimando um "capital cultural" que favorece os alunos das classes dominantes. Segundo os autores, "a cultura escolar valoriza o estilo de expressão, o vocabulário e o comportamento das classes médias e altas marginalizando os que não os dominam" (Bourdieu & Passeron, 2023, p. 45). Sendo assim, o insucesso pode refletir, mais do que capacidades individuais, desigualdades de origem social.

Do mesmo modo, o insucesso escolar reflete as desigualdades sociais e económicas que atravessam a sociedade. Boaventura de Sousa Santos (2023), sublinha que "as escolas não estão isoladas das estruturas de dominação; reproduzem-nas e, por vezes, legitimam-nas (p. 112). Pode-se considerar que, esta reprodução manifesta-se na disparidade de acesso a recursos, na falta de professores qualificados e no desnível entre escolas urbanas e rurais.

1.2.4. Perspetiva psicológica

Na perspetiva psicológica, o termo insucesso muitas vezes está intrinsecamente relacionado à ausência de condições emocionais e familiares favoráveis à aprendizagem. Segundo Freire (1996), "ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão" (p. 68), destacando a importância do contexto afetivo e comunitário na aprendizagem.

Pode-se considerar que diante desse contexto, o insucesso pode ser explicado por fatores como a baixa autoestima, desmotivação ou dificuldades de aprendizagem não diagnosticadas. De acordo com Coll, Palacios e Marchesi (1995), "os alunos que reiteradamente fracassam tendem a desenvolver sentimentos de incompetência, o que interfere negativamente no seu rendimento futuro" (p. 78). A intervenção precoce e o apoio psicopedagógico são, portanto, essenciais no sentido de reverter esse quadro.

Além disso, o insucesso escolar pode também ser influenciado por fatores externos à escola, como a precariedade socioeconómica, instabilidade familiar e ausência de apoio educacional em casa (Dubet, 2004). Importa realçar que estes fatores interagem de forma dinâmica, tornando o combate ao insucesso um desafio para os sistemas educativos. Contudo, a desmotivação e a baixa autoestima, comuns entre alunos em situação de vulnerabilidade, dificultam ainda mais o progresso escolar.

1.3 Fatores e manifestações do insucesso escolar

Falar dos fatores que levam alguns alunos ao insucesso, de acordo com Noronha (1998) implica reconhecer que "as causas do insucesso podem ser muitas, desde os problemas genéticos e perinatais até às doenças infeciosas, má nutrição, mau ambiente familiar, deficit no desenvolvimento psicológico, pressões sociais, etc." (p. 7). É importante realçar que os fatores do insucesso escolar são elementos que fazem com que o aluno venha a abandonar os estudos, neste contexto Topia e Fita (2004), identificam um conjunto de elementos que causam insucesso nos alunos, designadamente:

- A falta de vocação pelos estudos, a instabilidade na adolescência, estilo de vida;
- Conflitos familiares sobretudo o divorcio litigioso, viver com madrasta ou padrasto, o ciúme e vingança dos pais, as condições sociais da família;
- O professor (…) através da sua metodologia de ensino assim como a metodologia de avaliação;

- A escola (…) tendo em conta: a sua organização, o elevado número de alunos por cada turma, o clima escolar;
- O desfasamento no currículo que faz com que os alunos ingressem em novos níveis sem os pré-requisitos necessários, as elevadas cargas horárias semanais;
- O sistema educativo, (…), há demasiada centralização do sistema educativo;
- Sociedade (…) o consumismo, o individualismo, a diversão, consumindo tempo exagerado nos meios de comunicação social;
- A falta de respeito nas relações interpessoais, entre colegas professores e alunos, podem influenciar na falta de vontade e interesse e o máximo envolvimento e atenção nas aulas;
- As condições sociais das famílias de onde as crianças vêm, podem constituir dificuldades na aprendizagem" (p. 127).

Tendo em conta a perspetiva apresentada, Montoya (citado por Caetano), (2012), dedicou a sua pesquisa a dar resposta à seguinte questão: "de que modo o meio social influi no desenvolvimento cognitivo da criança marginalizada?", tendo feito a sua pesquisa quantitativa e qualitativa, teve duas conclusões que "a) não conseguem estruturar seu pensamento de modo operário mesmo depois dos doze anos; b) eles levam em conta, a construção do real, as regularidades da natureza, embora a condição não se manifeste no nível da conceitualização" (p. 144).

Portanto, é de realçar que, estas conclusões, permitiram ao autor afirmar que "na experiência e nas realizações práticas dessas crianças, o real está bem construído, mas a organização delas no nível de representação encontra-se bastante atrasada" (Caetano, 2012, p. 144).

A obra de Zau (2002), intitulada "*Angola trilhos para o Desenvolvimento*", refere que as causas do insucesso escolar nos resultados obtidos a partir de um inquérito feito aos alunos e encarregados em 1994, considera que a fraca preparação de base, as dificuldades na comunicação, a falta de material escolar, a distância da escola em relação a alguns locais onde os alunos vivem, são algumas das causas do fracasso escolar. Cagliari (citado por Caetano, 2012) assevera que, ao pensarmos no insucesso escolar não podemos relevar tanto como causa a pobreza ou as condições sociais dos indivíduos, a "inteligência humana não depende da riqueza nem da pobreza" (p. 150), o dinheiro ajuda sim a criar condições para que a pessoa possa fazer o que pretende e atingir os seus objetivos, mas não é o fator determinante.

Apesar de o autor acima referido, refutar a ideia sobre a pobreza como uma das causas do insucesso, no nosso entender a pobreza pode sim influenciar em alguns casos, porque o pobre nem sempre tem dinheiro para satisfazer as suas necessidades básicas. As famílias pobres, muitas vezes, têm se esforçando para matricular os filhos nas escolas dos seus bairros para evitar gastos com o transporte que deveriam ser mais dispendiosos se fosse em Luanda.

Nesta perspetiva, as crianças vindas de famílias pobres esforçam-se e conseguem terminar em alguns casos (ao menos o ensino obrigatório), mas no caso das crianças de famílias pobres que vivem na capital (isto é, estas famílias emigraram para capital do país por causa da guerra civil), dificilmente conseguem estudar por falta de condições financeiras (Paulo, 2022, p. 41). É de realçar que, na tentativa de explicar as causas do insucesso escolar, portanto, há vários teóricos que foram elaborando hipóteses e teorias, com o propósito de determinar a origem do mesmo quer sejam internas ou externas aos indivíduos.

Em relação às manifestações do insucesso escolar, é importante dizer que são consideradas manifestações de insucesso escolar, os elementos que fazem com que o aluno/ formando não tenha bom aproveitamento escolar, para tal Topia e Fita (2004), são de opinião que as manifestações do insucesso tenham a ver com: o abandono da escola antes do fim do ensino obrigatório, as reprovações sucessivas, a passagem dos alunos para tipos de ensino menos exigentes.

Ainda para dizer que, o insucesso escolar manifesta-se de várias formas. Para Avanzi (2004) dizer que o aluno se encontra em situação de insucesso é necessário em primeiro lugar “ter em conta os seguintes critérios: 1.º o aluno cujas notas são inferiores à média; 2.º a repetição da mesma classe uma ou mais vezes, 3.º adiamento dos exames”, acrescentando mais um critério aos critérios traçados pelo autor acima, podemos dizer também que a desistência das aulas é um dos indicadores do insucesso. Importa salvaguardar que, “no entanto, para que haja insucesso é necessário que estes critérios se verifiquem com regularidade” (p. 24).

Na mesma perspetiva, Cruz e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico citados por Da Rosa (2013), identificam três momentos onde podem ocorrer o insucesso: primeiro, no ensino obrigatório em que o rendimento do aluno fica abaixo da media; segundo, quando o aluno desiste antes de concluir o ensino obrigatório; terceiro, quando o aluno não consegue se enquadrar na prática

profissional, por falta de conhecimentos académicos, que deveriam ter ficado durante o tempo de aprendizagem" (p. 13).

1.4 Consequências do insucesso escolar

Como já se referiu no decorrer da exposição, o insucesso escolar constitui um dos problemas mais complexos enfrentados pelos sistemas educativos, tendo impactos significativos tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. As consequências manifestam-se em múltiplas dimensões: pessoal, familiar, social e económica.

Na dimensão individual, o insucesso escolar pode provocar sentimentos de frustração, baixa autoestima, marginalização e até rejeição do próprio ambiente escolar. Segundo Charlot (2000), o aluno que fracassa tende a desenvolver uma relação negativa com a escola, podendo internalizar a imagem de si mesmo como incapaz, o que compromete sua trajetória educativa e profissional futura. Ferreira (2008) afirma que do ponto de vista psicológico, essa experiência pode levar à desmotivação, à desistência escolar e, em casos mais graves, ao abandono total dos estudos.

Do ponto de vista social, o insucesso escolar contribui para a reprodução das desigualdades sociais, pois geralmente afeta com maior intensidade as camadas mais desfavorecidas da população. Conforme Bourdieu e Passeron (1975), a escola, ao invés de funcionar como espaço de mobilidade social, muitas vezes reforça as hierarquias sociais existentes, uma vez que os alunos com menor capital cultural enfrentam maiores dificuldades de adaptação e êxito no sistema formal de ensino.

As consequências econômicas também são pertinentes. O insucesso e o abandono escolar implicam em perdas significativas de investimento público, além de dificultarem a formação de mão-de-obra qualificada. A longo prazo, há uma redução da produtividade, aumento do desemprego juvenil e maior vulnerabilidade social. Para Barroso (2005), a exclusão do sistema educativo compromete também numa exclusão do mercado de trabalho formal, o que agrava o ciclo da pobreza.

Com base no exposto acima, percebe-se que compreender as múltiplas consequências do insucesso escolar é essencial para formular políticas públicas mais eficazes, que garantam a equidade no acesso, permanência e sucesso escolar, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

1.5 Papel da escola e da família no combate ao insucesso escolar

Como referido, o insucesso escolar é um fenómeno complexo e multifatorial, na medida em que ele exige uma abordagem integrada entre a escola e a família para ser eficazmente combatido. A articulação entre esses dois contextos é fundamental para promover o desenvolvimento global da criança e a sua permanência com sucesso no sistema educativo.

É importante realçar que, a escola, enquanto espaço natural de ensino e aprendizagem, tem a responsabilidade de criar condições pedagógicas e organizacionais que favoreçam o sucesso dos alunos. Para tanto, deve adotar metodologias inclusivas, diferenciadas e centradas no estudante, bem como garantir um ambiente seguro, motivador e acolhedor (Freire, 1996).

A pedagogia crítica de Paulo Freire defende que a escola deve ser um espaço de diálogo e de construção coletiva do conhecimento, em que os alunos se sintam sujeitos ativos do seu próprio processo de aprendizagem. Por outro lado, a família é o primeiro espaço de socialização da criança, e as atitudes parentais, o acompanhamento escolar e o incentivo à educação têm um impacto direto sobre o rendimento escolar. Como afirmam Bourdieu e Passeron (1975), o capital cultural herdado em casa influencia fortemente o desempenho dos estudantes na escola, o que torna essencial uma participação ativa dos pais na vida escolar dos filhos.

É de realçar que quando há uma colaboração efetiva entre a escola e a família, cria-se uma rede de apoio que pode prevenir ou mitigar os fatores de risco associados ao insucesso escolar, tais como a desmotivação, o absentismo, a reprovação/ repetição e o abandono. Como referem Dessen e Polonia (2007), a comunicação frequente e a partilha de responsabilidades entre educadores e familiares contribuem para a criação de estratégias mais eficazes de acompanhamento e intervenção.

Para além disso, a edificação de projetos educativos partilhados entre escola e família favorece a coesão das ações pedagógicas e fortalece a confiança mútua, o que se traduz em melhores resultados académicos (Oliveira & Ferreira, 2013).

A escola, como espaço formal de ensino, tem a responsabilidade de garantir um ambiente acolhedor, metodologias pedagógicas eficazes e práticas de inclusão que atendam às necessidades dos alunos. Conforme afirma Libânio (2013), a escola deve ser uma instituição comprometida com a democratização do ensino e com o desenvolvimento integral do educando. No entanto, essa tarefa não pode ser realizada isoladamente. A família desempenha um papel essencial ao acompanhar o percurso

escolar dos filhos, fornecendo apoio emocional, incentivo e condições básicas para a aprendizagem.

De acordo com Paro (2015), a participação da família na vida escolar do estudante está positivamente correlacionada com o seu rendimento e motivação para aprender. Essa relação é reforçada por estudos que apontam que alunos cujos pais demostram interesse e envolvimento nas atividades escolares tendem a apresentar menor taxa de reprovação e evasão (Oliveira & Araújo, 2018).

Com esse raciocínio, as políticas públicas de educação devem fomentar programas de envolvimento parental e de apoio psicopedagógico, principalmente em comunidades vulneráveis e pobres.

Em suma, o combate ao insucesso escolar requer uma corresponsabilização entre escola e família, na medida em que ambas devem necessariamente atuar de forma complementar e cooperativa, centrando-se no bem-estar e no sucesso do aluno como prioridade comum.

1.6 Teorias explicativas do insucesso escolar

Falar do insucesso escolar tem sido objeto de análise a partir de diversas teorias que buscam compreender suas causas/fatores e manifestações. Essas teorias abordam o fenómeno sob diferentes abordagens[2].

O insucesso escolar pode ser compreendido como sendo um problema social, político e educativo, pois, ao longo de décadas da história humanidade tem havido investigação sobre o assunto. Pelo impacto que produz na sociedade, talvez com uma importância social crescente, continua a ser relevante a sua análise e a sua compreensão, numa procura de atenuar este "flagelo" que atinge a instituição escolar desde a sua organização (Pereira, 2010, p. 32).

Frequentemente, a expressão insucesso escolar remete-nos sempre para numa situação em que não foram atingidos determinados objetivos ao nos transportarmos ao "Insucesso escolar", no entanto, esse objetivo de carácter educativo. "Cada criança é considerada boa ou má aluna em função dos resultados obtidos e dos

[2] Trata-se de uma abordagem prisma psicológicas, sociológicos, pedagógicos e políticos, que vai refletindo a complexidade do processo educativo e suas relações com o meio social.

progressos efetuados no cumprimento dos programas de ensino" (Benavente, 1976, p. 9).

1.6.1 Teoria do déficit

A teoria do déficit no insucesso escolar é compreendida como sendo uma consequência de carências cognitivas, afetivas ou culturais dos alunos. Parte-se da premissa de que certos estudantes não possuem aquilo que se chama os pré-requisitos necessários para o sucesso académico, geralmente por fatores ligados à origem social ou familiar. Essas teorias têm sido criticadas por reforçar visões deterministas e deficitárias sobre as classes populares. Segundo Charlot (2001), essa abordagem tende a responsabilizar o aluno pelo fracasso, ignorando as desigualdades estruturais e as condições pedagógicas da escola, por exemplo, "quando se diz que um aluno fracassa porque é pobre ou rico é naturalizar a pobreza como causa e eximir a escola de sua responsabilidade" (Charlot, 2001, p. 54).

Contextualizando essa teoria na realidade angolana, ela aparece frequentemente quando se atribui o insucesso escolar à "falta de base" dos alunos, sobretudo os provenientes de meios rurais ou de famílias sem escolarização. No entanto, esta explicação ignora o papel das instituições educativas e perpetua uma visão estigmatizante das populações vulneráveis.

Para Ntoni Nzinga (1992), a tendência de atribuir o insucesso escolar à origem dos alunos oculta os verdadeiros problemas estruturais da educação em Angola, como a má formação dos professores e a escassez de recursos pedagógicos. Conforme este autor afirma, fácil responsabilizar o aluno pelo fracasso, mas tal atitude apenas encobre as debilidades do sistema escolar e sua incapacidade de responder à diversidade cultural e social do país" (p. 68).

1.6.2 Teoria da desigualdade de oportunidades

Essa teoria, de base sociológica, interpreta o insucesso escolar como reflexo das desigualdades sociais. Os alunos oriundos de contextos menos favorecidos enfrentam barreiras económicas, culturais e simbólicas que dificultam seu desempenho na escola. A escola reproduz as desigualdades sociais por meio da imposição de um "capital cultural" dominante que é valorizado nas práticas escolares, excluindo os alunos que não o possuem. A escola é vista como uma instituição que "consagra as competências daqueles que já as adquiriram no meio familiar, disfarçando essa seleção sob uma aparência de neutralidade" (Bourdieu & Passeron, 1975, p. 14).

No contexto angolano, a herança colonial deixou profundas marcas de exclusão no sistema educativo angolano. Após a independência, o país herdou uma estrutura profundamente desigual, que ainda hoje se manifesta em disparidades entre o meio urbano e rural, géneros e entre regiões. Como afirma Adolfo Maria (2006), "a educação colonial portuguesa era orientada para a submissão, com poucos africanos autorizados a frequentar os níveis mais elevados do ensino" (p. 32). Portanto, essa desigualdade histórica continua a ter impacto sobre o desempenho escolar das novas gerações. Boaventura de Sousa Santos (2005) reforça que os sistemas escolares em contexto pós-coloniais, como em Angola, muitas vezes continuam a reproduzir formas de exclusão ao não valorizar os saberes locais.

1.6.3 Teoria Interacionista

Esta teoria enfatiza as relações sociais dentro do ambiente escolar, particularmente as interações entre professores e alunos. A expetativa do professor, os rótulos e estigmas atribuídos aos estudantes influenciam seu desempenho. De acordo com Dubet e Martuccelli (1996), o insucesso pode ser alimentado por processos de rotulação e profecias autorrealizadoras, onde o aluno é condicionado a corresponder à imagem que lhe é atribuída. Afirmam também que "os alunos não apenas aprendem conteúdos escolares, mas também constroem sua identidade a partir dos olhares que recebem" (p.79).

A interação entre professores e alunos também são determinantes. Jacinto (1982), ao refletir sobre a educação no pós-independência, alertava para a importância de formar educadores que compreendessem o aluno como sujeito ativo, e não como mero recetor de conteúdo. A ausência de uma pedagogia centrada na escuta e no respeito mútuo contribui para rotulações negativas e desmotivação por parte dos alunos (Freire, 1996).

1.6.4 Teoria critica

Essa a teoria tem como principal objetivo denunciar as funções ideológicas da escola que mantém as relações de poder e exclusão social. Neste sentido, o insucesso é visto como um produto da estrutura social injusta que a escola ajuda a reproduzir.

Freire (1996) destaca que a escola tradicional opera com uma lógica "bancaria" de educação, na qual o aluno é mero recipiente passivo, o que contribui para o desinteresse e, eventualmente, o fracasso. O autor esclarece que a "educação bancária"

anestesia e doméstica. Para superar o insucesso, é necessário promover uma pedagogia dialógica e libertadora" (Freire, 1996, p. 74).

A teoria crítica é especialmente relevante para analisar o insucesso escolar em Angola, onde a educação continua a enfrentar os desafios de descolonização curricular e democratização do acesso e da permanência. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2005), os países africanos enfrentam o desafio de "reinventar a escola", tornando-a um espaço de emancipação e não de reprodução de hierarquias coloniais ou elitistas.

Para terminar essa análise, o insucesso escolar em Angola deve ser compreendido à luz de múltiplas abordagens teóricas que ajudam a explicar as desigualdades educativas históricas e estruturais. É de realçar que essas teorias acima referenciadas ganham contornos caraterísticos quando são aplicadas à realidade angolana, marcada por um passado colonial excludente, um processo de reconstrução pós-independência e desafios socioeconômicos persistentes.

Capítulo 2 – Educação, Pobreza e Exclusão Social em Angola

O presente capítulo começa por apresentar, em primeiro lugar, uma breve história da educação em Angola. Esta abordagem inicialmente justifica-se pelo fato de que para compreender a formação profissional no contexto angolano é necessário conhecer as raízes e a evolução do sistema educativo do país. Em segundo lugar, fala sobre a pobreza e exclusão social. Muitos jovens que correm aos centros de formação profissional básica no contexto angolano, vivem em situação de pobreza e outros em situação de vulnerabilidade. Assim, para compreender essencialmente o assunto em estudo, é imprescindível compreender os conceitos de pobreza e exclusão social.

2.1 Breve histórico da Educação em Angola

A história da educação em Angola está profundamente entrelaçada com os processos políticos, sociais e económicos que marcaram o país desde o período colonial até aos dias atuais.

Para compreender essa trajetória histórica é importante analisar as causas estruturais do insucesso escolar e os desafios persistentes do sistema educativo. Durante o período colonial, a educação em Angola foi concebida como um instrumento de dominação e assimilação cultural. A administração portuguesa impunha uma educação limitada e seletiva, cuja principal finalidade era formar auxiliares administrativos e religiosos que servissem aos interesses do poder colonial (Miller, 1985). No entanto, esta educação na época fora marcada fortemente pela exclusão da maioria da população africana e pela imposição da língua e cultura portuguesa.

Segundo Adolfo Maria (2005), a educação colonial em Angola estava voltada para a produção de “assimilados” africanos que, ao cumprirem determinados requisitos culturais e linguísticos, podiam adquirir certos direitos reservados aos cidadãos portugueses. No entanto, o acesso à educação naquela época extremamente restrita, perpetuava a desigualdade social e a marginalização da maioria da população.

Com a proclamação da independência em 1975, o novo Estado angolano assumiu a educação como uma prioridade estratégica para a construção da nação. O partido do MPLA na qualidade de governo, implementou uma política de massificação do ensino, promovendo assim campanhas de alfabetização e a expansão do sistema educativo público (Jacinto, 1989).

Apesar dos avanços significativos, com o aumento do número de escolas e do acesso à educação, o país enfrentou grandes obstáculos, como a escassez de professores qualificados, falta de infraestruturas e os feitos devastadores da guerra civil. Paulo Freire, cuja pedagogia influenciou profundamente os programas de alfabetização em Angola, defendia uma educação libertadora e crítica que permitisse ao povo compreender e transformar a sua realidade. Portanto, na aplicação dos seus princípios nos primeiros anos pós-independência refletiu-se na mobilização popular para o combate ao analfabetismo (Freire, 1975).

Nas últimas décadas, sobretudo após os Acordos de Paz de 2002, Angola tem investido na reestruturação do sistema educativo, com apoio de instituições internacionais. No entanto, persistem desafios relacionados à qualidade do ensino, à desigualdade regional e ao insucesso escolar, particularmente nas zonas rurais. Para Boaventura de Sousa Santos (2003), a reconstrução do sistema educativo em contextos pós-coloniais exige uma valorização dos saberes locais e uma superação elementos eurocêntricas herdados da colonização.

Assim, a história da educação em Angola revela um percurso assinalado por ruturas e continuidades. A herança colonial ainda impõe barreiras estruturais ao desenvolvimento educacional, ao passo que as tentativas de transformação pós-independência demonstram o potencial emancipador da educação quando esta se surge nas realidades e necessidades do povo.

2.1.1 Políticas públicas para a formação

As políticas públicas para a formação ocupam um lugar central nas estratégias de desenvolvimento social e económico dos países. Na realidade angolana, onde se busca superar os legados de desigualdade educativa herdados do período colonial e agravados pela guerra civil, o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a qualificação profissional e formação de quadro é fundamental.

Segundo Bresser-Pereira (2009), políticas públicas podem ser compreendidas como “conjuntos coerentes de decisões e ações orientadas para a resolução de problemas públicos, organizadas em programas e planos de ação” (p. 28). Na área da formação, essas políticas se materializam por meio de programas de educação técnica, profissionalizante e superior, com o objetivo de desenvolver competências alinhadas às necessidades do mercado de trabalho e da sociedade.

Em Angola, a política nacional de formação profissional busca responder às exigências do crescimento econômico e da reconstrução nacional. De acordo com Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), a estratégia de formação profissional visa "melhorar a qualidade, a equidade e a pertinência da oferta formativa, adaptando-se à dinâmica do mercado de trabalho" (MAPTSS, 2014, P. 9).

Freire (1996), ao discutir a relação entre educação e transformação social, sublinha que "a formação do sujeito crítico e participativo deve ser um eixo fundamental de qualquer política pública educacional" (p. 23). Assim, políticas públicas de formação devem ir além da mera capacitação técnica, promovendo também o desenvolvimento humano integral, com ênfase à cidadania, autonomia e justiça social.

Boaventura de Sousa Santos (2007) acrescenta que, para países do Sul Global, como Angola, é fundamental que as políticas públicas sejam construídas com base em epistemologias que valorizem os saberes locais e as experiências comunitárias. Isso significa que a formação deve estar enraizada nos contextos culturais e históricos da sociedade angolana, respeitando suas especificidades.

Portanto, políticas públicas voltadas para a formação não devem apenas responder a exigências econômicas, mas também devem contribuir para o fortalecimento da cidadania, da coesão social e da construção de uma sociedade mais justa. Para tanto, requerem investimento estatal, participação da sociedade civil e mecanismos eficazes de avaliação e monitoramento.

2.2 Estrutura do Sistema Educativo angolano

Falar da estrutura do sistema educativo angolano, traduz-se nos resultados de um processo histórico marcado por transformações políticas e sociais profundas, desde o período colonial até a fase do pós-independência. Atualmente o sistema educativo angolano é regulado por um modelo estruturado em níveis e ciclos de ensino que visa garantir o acesso, permanência e progressão dos estudantes em conformidade com os princípios definidos pela Lei de Base do Sistema de Educação, Lei nº 32/20, de 12 de agosto, que altera a Lei 17/16 de 7 de outubro. Portanto, esta legislação estabelece que o sistema de ensino se organiza em três grandes níveis: educação pré-escolar, ensino geral e ensino superior, incluindo ainda a educação extraescolar e a formação técnico-profissional (Zassala, 2012, p. 26).

A Lei 32/20 promove o respeito pelos símbolos nacionais e a valorização da história, da cultura nacional, da integridade nacional, da identidade nacional, da unidade e integridade territorial, da preservação da soberania, da paz e do estado democrático de direito, bem como dos valores morais, dos bons costumes e da cidadania. A mesma apresenta de forma mais detalhada a estrutura do Sistema de Educação e Ensino de Angola, apresentando (6) seis subsistemas de ensino:

- Subsistema de Educação Pré-escolar;
- Subsistema de Ensino Geral;
- Subsistema de Ensino Secundário Técnico-profissional;
- Subsistema de Formação de Professores;
- Subsistema de Educação de Adultos;
- Subsistema de Ensino Superior.

2.2.1 Pré-escolar

Em Angola, a educação pré-escolar, destinada a crianças dos 3 aos 5 anos, é considerada uma etapa preparatória e facultativa que visa estimular o desenvolvimento cognitivo, social e psicomotor das crianças. Por outro lado, o ensino primário entendido em Angola como o primeiro nível do ensino de base regular, é um ensino gratuito que corresponde a uma escolaridade obrigatória (Zassala, 2012, p. 29).

Embora seja considerada uma fase fundamental para o desenvolvimento infantil, o acesso a esta etapa educativa ainda é limitado, sobretudo nas zonas rurais e periféricas, devido à escassez de infraestruturas e profissionais qualificados (UNICEF, 2019).

2.2.2 Ensino geral

Em Angola, o ensino geral está divido em três subsistemas, nomeadamente: o ensino primário (6 anos), o Iº ciclo do ensino secundário (3 anos) e o IIº ciclo do ensino secundário (3 anos), totalizando 12 anos de escolaridade. Como referido anteriormente, o ensino é obrigatório e gratuito nas escolas públicas até à 9.ª classe, tendo como um dos seus principais objetivos o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e cálculo (MINED, 2020).

Ainda, segundo Foulquié citado em Nsiangengo e Emanuel (2013), conceitua o ensino primário como sendo “o ensino do primeiro grau, aquele que recebe as crianças

dos 6 aos 11 anos, e que assegura os conhecimentos elementares sancionados por um certificado de estudos primários, a sua duração é de 6 anos" (p. 7).

O termo primário, do ponto de vista pedagógico, é o primeiro grau da instrução das crianças, em oposição ao secundário e ao superior (Nsiangengo & Emanuel, 2013).

Ainda segundo estes autores, em Angola, em 2001, o professor que lecionava o primeiro nível (1ª a 4ª classe) lecionava todas as disciplinas, sem hesitação, de acordo com o horário que lhe era atribuído. Com a nova Reforma do Sistema Educativo implementada a partir de 2004, o ensino Primário passou de quatro a seis anos, e consequentemente a monodocência passou de quatro a seis classes (p, 9).

Para o ensino primário, definiu-se um conjunto de dez disciplinas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento harmonioso e multifacetado das crianças, distribuídas em função de escolaridade (Cláudio, 2011). Segundo Cláudio (2011, p. 9) os objetivos já referidos permitem, depois de ampliadas as suas dimensões, completar o perfil de saída dos alunos deste ciclo com os pontos que se seguem:

A nível do saber:

- Conhece e aplica os instrumentos básicos de comunicação e expressão oral e escrita;
- Revela ter conhecimentos adequados e desenvolvidas as capacidades de trabalho, pesquisa, organização, estudo, memorização e raciocínio adequadas às tarefas;
- Conhece o meio natural e social que o circunda;
- Conhece o corpo e as suas funções e a importância da higiene e da conservação da saúde.

A nível do saber fazer:

- Aplica técnicas de trabalho (estudo, pesquisa, memorização e raciocínio) à novas situações;
- Manifesta o espírito estético com base as novas destrezas, conhecimentos e competências adquiridas (física, técnica e de criação artística).

A nível do saber ser:

- Demonstra atitudes corretas de regras e normas de conduta;
- Revela atitudes de apreço e respeito pela realidade cultural angolana;

- Revela atitudes de respeito pelo meio ambiente, pela saúde e pela higiene.

No entanto, diversos estudos apontam para desafios estruturais que afetam a qualidade do ensino, como a superlotação das turmas, escassez de materiais pedagógicos e a insuficiência de formação contínua dos docentes.

2.2.3 Ensino técnico profissional

Em Angola, o ensino técnico-profissional visa preparar os estudantes para o mercado de trabalho, através de formações técnicas de níveis medio e básico. Este subsistema tem sido uma das apostas do Governo angolano no combate ao desemprego juvenil e à exclusão social (Reis, 2022). No entanto, enfrenta desafios ligados à desarticulação entre a formação e as reais necessidades do mercado, à desatualização curricular e à insuficiência de infraestruturas adequadas (Santos & Mateus, 2018).

2.2.4 Ensino Superior

É importante referir que, o ensino superior em Angola é constituído por instituições públicas e privadas, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação. Desde a reforma de 2009, houve uma expansão significativa do ensino superior, com a criação de várias universidades regionais e institutos superiores politécnicos[3]. Contudo, ainda se verificam desigualdades no acesso, concentração de instituições nas áreas urbanas, além de limitações no corpo docente e na produção científica (Bonguela, 2017).

2.2.5 Educação extraescolar

A educação extraescolar constitui uma componente complementar do sistema educativo, destinada à alfabetização de adultos, educação de jovens fora do sistema formal e programas de educação comunitária. Esta vertente tem sido relevante para combater o analfabetismo, que ainda atinge parcelas significativas da população adulta, especialmente mulheres nas zonas rurais (INE, 2016).

[3] Para mais informação consultar o Plano Nacional de Desenvolvimento 2009-2017 e 2018-2027.

2.3. A pobreza e exclusão social

Neste item, apresenta-se o conceito da pobreza e exclusão social sob o ponto de vista académico e, de diferentes conceções: económica, sociológica e multidimensional. Ainda é importante dizer que, a pobreza é um fenómeno social complexo, analisado de várias formas conforme o campo do saber. Na academia, ela é frequentemente compreendida como uma condição de "privação múltiplas", que vai além da falta de rendimento monetário.

Segundo Carvalho (2008, p. 55) é importante que se estabeleça a diferença entre exclusão social e pobreza. Pois, trata-se de dois conceitos usados indistintamente no dia a dia, como se de sinônimos se tratasse, quando em boa verdade são distintos. Ainda para esse autor, entende que são dois problemas sociais, cada um deles com a sua dimensão.

> Para nós, o conceito de exclusão social engloba a pobreza; mas o oposto não é válido, uma vez que todo o pobre está socialmente excluído, mas nem todo o excluído social é necessariamente pobre. A pobreza é a dimensão material de um fenómeno mais vasto que é a exclusão social (Carvalho, 2008, p. 55)

Olhando essa perspetiva, de acordo com Capucha citado por Carvalho (2008), considera que em determinadas sociedades, nem todos os pobres estão em situação de exclusão social, em virtude de alguns deles poderem contribuir para a coesão social.

Na perspetiva econômica, a pobreza é tradicionalmente entendida pela insuficiência de rendimento para satisfazer necessidades básicas como alimentação, habitação, saúde e educação.

Segundo Sen (1999), a pobreza não deve ser definida apenas pela renda, mas pela falta de liberdades e de capacidades que as pessoas têm para escolher o tipo de vida que desejam viver. Ele introduz a ideia de pobreza como privação de capacidades. Ou seja, a pobreza como um fenómeno social "deve ser vista como uma privação de capacidades básicas, e não meramente como uma baixa renda" (Sen, 1999, p. 87).

No campo da sociologia, esse conceito foi ampliado ao considerar que a pobreza envolve exclusão social, acesso desigual aos direitos e à cidadania, bem como vulnerabilidade diante das instituições. Castel (1998), afirma que "a pobreza é tanto uma

condição material quanto relacional, marcada por um afastamento dos mecanismos de participação social e política" (p. 23).

De realçar que, na perspetiva multidimensional, os autores como Amartya Sen e instituições como o PNUD[4] defendem que a pobreza deve ser observada de "forma multidimensional", incorporando variáveis como a educação, a saúde, acesso à água potável, liberdade política e oportunidades sociais.

De acordo com Alkire e Foster (2011), trazem uma visão da pobreza além do rendimento e inclui indicadores como saúde, educação e condições de vida. A abordagem multidimensional permite capturar melhor as privações que afetam o bem-estar das pessoas, muitas vezes invisíveis nas medidas monetárias.

De acordo com Santos (2003), a pobreza está relacionada à exclusão social e à desigualdade estrutural produzida por sistemas políticos e econômicos desiguais, como ele mesmo afirma, *"a pobreza é uma forma institucionalizada de exclusão social que impede o acesso equitativo aos recursos e direitos"* (p. 45*).*

A pobreza é "uma situação de privação resultante da falta de recursos". Já a desigualdade é o "modo com um dado volume de recursos é distribuído pelas unidades (pessoas, familiares agregados, etc.)" (Costa, 2008, p. 26).

Por sua vez, a exclusão social representa um estado de rotura com diversos sistemas sociais tais como o mercado de bens e serviços, o sistema de saúde... Segundo Carvalho (2008), o conceito de exclusão social é um conceito abrangente que se encontra presente em grupos humanos desde antiguidade, mas ganhou um outro significado no século XX, devido a fatores que têm a ver com a pobreza, o desenvolvimento da tecnologia, a precariedade de emprego.

Afinal, o que exclusão social? Existem diversos autores que conceituam a exclusão social. Entretanto, Segundo a Comissão das Comunidades Europeias citado por Alvino-Borba e Mata-Lima, (2011) a exclusão social define-se como:

> Processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou da falta de

[4] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

> competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação (p. 222).

Por intermédio deste conceito, percebe-se que entre os indivíduos que residem numa determinada sociedade, existem aqueles que são impedidos de fazerem parte de alguns setores sociais, perdendo assim a oportunidade de gozar os seus direitos enquanto seres humanos e cidadão devido a sua condição social, que pode ser de pobreza, deficiência, etnia, entre outros fatores.

Na esteira de Costa (citado por Carvalho, 2008), o termo exclusão social normalmente é "empregue para denominar o afastamento da rede de relações a que estão sujeitos alguns grupos sociais. (...) a fase extrema do processo de marginalização, entendido como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas roturas na relação do indivíduo com a sociedade" (p. 35).

Carvalho (2008), rebate o processo de marginalização mencionado na definição de Costa, dizendo que:

> O processo de marginalização a que está sujeito o indivíduo socialmente excluído relaciona-se com a privação de direitos de cidadão (...) com dificuldades no estabelecimento de laços sociais e com dificuldades de acesso aos bens socialmente desejados: instrução, assistência sanitária, emprego e outros (pp. 35-36).

De acordo com este conceito, percebe-se que os indivíduos ou grupos socialmente excluídos vivem uma situação de marginalização. A marginalização consiste no barramento no acesso de bens sociais, nomeadamente o acesso ao emprego, à escola, assistência médica, entre outros bens.

Na opinião de Mazza citado por Alvino-Borba e Mata-Lima (2011), a exclusão social é um "processo dinâmico, multidimensional, por meio do qual se nega aos indivíduos por motivos de raça, etnia, género e outras caraterísticas que os definem, o acesso a oportunidades e serviços de qualidade que lhes permitam viver produtivamente fora da pobreza" (p. 221).

O que chama atenção neste conceito de Mazza é o facto de ter mencionado que a exclusão social é dinâmica e multidimensional. Isto pressupõe que a exclusão social não é estática, pois ela pode apresentar caraterísticas diferentes em determinados contextos. De acordo com Carvalho (2008), a dinâmica da exclusão deve

considerar-se não apenas a privação do acesso aos bens que os indivíduos desejam, mas também a falta de alguma perspetiva quanto à melhoria da situação em que se encontram. A multidimensionalidade tem a ver com o facto de a exclusão social ter diversas dimensões, o que significa que ela pode apresentar-se de diversas esferas sociais.

Conforme Hunter citado por Alvino-Borba e Mata-Lima, (2011), exclusão social pode ser entendida como "múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou financeiras. A noção de exclusão social visa a participação social inadequada, a falta de integração social e a falta de energia" (p. 221).

Onde há exclusão social, pressupõe a existência de desigualdade, por isso Carvalho (2008), diz que a "exclusão se insere no grupo de desigualdades que não obtêm aceitação, tanto do ponto de vista moral, quanto do ponto de vista do bem-estar social" (p. 36). O mesmo autor vai mais longe dizendo que o excluído não é só aquele que não consegue transpor as barreiras que a sociedade impõe, mas também aquele que não comunga o mesmo ponto de vista, como se pode ler abaixo:

> O excluído não é apenas aquele que não consegue superar as barreiras impostas pelo sistema de ensino e pelo mercado de trabalho, mas também aquele que não perfilha os nossos pontos de vista, que não venera o mesmo Deus, que não pratica os mesmos ritos, pertence a outro grupo étnico ou tem cor da pele diferente da modal (Carvalho, 2008, p. 36).

Através dos conceitos apresentados acima, foi possível perceber que a exclusão social é um fenómeno diretamente ligado a problemática das desigualdades socais, uma vez que designa diversas privações dos indivíduos de participar na vida pública, devido a algumas caraterísticas que eles possam apresentar, tais como: género, raça, grupo étnico, entre outras.

Tal como existem fatores de inclusão, também existem fatores de exclusão social. No entender de Alvino-Borba e Mata Lima (2011), entre os fatores de exclusão social destacam os seguintes: o desemprego, a desvalorização, a precaridade do trabalho, a pobreza, violência, injustiça social, a desqualificação social, a desigualdade educacional e a falta de acesso a bens e serviços.

2.4 A formação profissional como elemento de inclusão de jovens

A formação profissional em Angola tem-se afirmado como uma estratégia essencial para a inclusão socioprofissional dos jovens, fundamentalmente em contextos marcados por elevados índices de desemprego juvenil e exclusão social. É de realçar que, esta modalidade de ensino, ao articular conhecimentos teóricos com competências práticas, visa responder às exigências do mercado de trabalho e às necessidades específicas das juventudes marginalizadas.

Segundo Gohn (2010), a formação profissional deve ser entendida não apenas como uma via de inserção no mercado de trabalho, mas também como uma política pública de inclusão social, pois proporciona aos jovens ferramentas para a sua autonomia econômica e cidadania ativa. Em países em desenvolvimento como Angola, a educação técnica e profissional assume um papel estratégico no combate à pobreza e à exclusão, ao criar oportunidades concretas de empregabilidade (UNESCO, 2016).

Ainda, a formação profissional pode contribuir para o fortalecimento da autoestima dos jovens e para a construção de projetos de vida sustentáveis, sobretudo quando aliada a programas de orientação vocacional e empreendedorismo. Para Freitas (2014), investir na formação profissional de jovens é investir na transformação social, dado que essa formação permite a articulação, trabalho e desenvolvimento.

Em Angola, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 destacou a necessidade de reforçar os centros de formação profissional como mecanismo de qualificação da mão de obra jovens, promovendo a inclusão produtiva e o desenvolvimento humano (MAPTSS, 2018). Tais políticas revelam a intenção de consolidar uma abordagem mais inclusiva no setor educativo, em que os jovens são reconhecidos como sujeitos centrais do desenvolvimento.

Contudo, é importante destacar que o sucesso da formação profissional enquanto estratégia de inclusão depende de diversos fatores, como a qualidade dos recursos, a adequação dos currículos às realidades locais e a articulação com o setor produtivo. Como afirmam Dias e Oliveira (2020), “sem uma articulação efetiva entre formação e trabalho, corre-se o risco de reproduzir exclusão sob a aparência de qualificação” (p. 89).

Finalmente, a formação profissional deve ser vista como um instrumento de promoção da inclusão de jovens, desde que integrada em políticas públicas abrangentes, orientadas por princípios de equidade, participação e justiça social.

Parte II: Enquadramento Político-Normativo

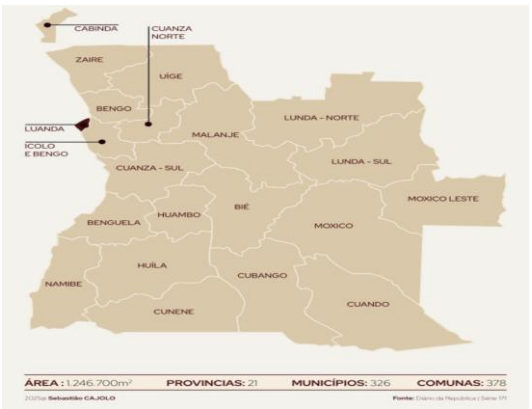
Capítulo 3 – Caraterização de Angola e o Sistema de Formação Profissional

Neste capítulo, inicia-se por caraterizar Angola, tendo destacado a sua situação geográfica. Após essa breve contextualização, a atenção foi direcionada para o sistema de formação profissional com base na legislação que regula o sistema que se reveste de grande importância, pois funciona como escape por parte de adolescentes e jovens que têm dificuldades no mercado de trabalho.

3.1 Caraterização de Angola

Angola situa-se na parte Ocidental da África Austral. É um país soberano e independente desde 11 de novembro de 1975, que desde século XV (1482) até ao século XX, precisamente (1975), esteve sob a administração da potência portuguesa. É um dos maiores países do continente africano, tendo uma superfície terrestre de 1.246.700 km², com uma costa marítima de 1.650 km2. A formação de relevo é caraterizada por inúmeros planaltos, planícies e formações montanhosas (INE, 2011).

A república de Angola está localizada na costa sudoeste do continente africano, fazendo fronteira ao norte e nordeste com a República Democrática do Congo (RDC), a Leste com a Zâmbia, ao sul com a Namíbia e a Oeste com o Oceano Atlântico. Angola é o sétimo maior país da África em extensão territorial (INE, 2016, p. 8). A sua localização estratégica no Atlântico Sul confere-lhe importância geopolítica relevante na região da África Austral.



Angola é um país de grande diversidade geográfica e ecológica. O território angolano pode ser dividido em quatro zonas principais nomeadamente: a faixa litoral, o planalto central, a zona montanhosa e as planícies interiores. O clima varia entre tropical húmido no Norte e semiárido no Sul e interior, influenciando diretamente os modos de

vida das populações e as atividades econômicas predominantes em cada região (Silva, 2013, p. 21).

A população angolana é estimada em cerca de 35 milhões de habitantes (INE, 2023). O país é caracterizado por uma elevada diversidade étnico-cultural, com destaque para os grupos etnolinguísticos ovimbundu, Kimbundu, bacongo, chokwe e outros. Essa pluralidade é uma herança ancestral que constitui uma das riquezas culturais mais expressivas do país (Mazungue, 2021, p. 65).

A história de Angola é marcada por profundas transformações políticas, sociais e econômicas. Colonizada por Portugal a partir do seculo XVI, o território que hoje se chama Angola, viveu sob domínio colonial até 1975, ano da sua independência. O período pós-independência foi fortemente impactado por uma longa guerra civil (1975-2002), cujas consequências ainda se fazem sentir nos diversos setores da sociedade, incluindo na educação, saúde e economia (Messiant, 1994, p. 31).

Do ponto de vista econômico, Angola possui uma das maiores reservas de petróleo de África, sendo este recurso o principal produto de exportação e fonte de receita estatal. Contudo, essa dependência do setor petrolífero contribui para a vulnerabilidade econômica do país diante das flutuações do mercado internacional. Além disso, a economia enfrenta desafios estruturais, como a diversificação produtiva, o desemprego dos jovens e o elevado índice de informalidade (Borges & Fernandes, 2017, p. 119).

Do ponto de vista político-administrativo, Angola é uma república presidencialista, com um sistema multipartidário. A Constituição de 2010 estabeleceu um modelo de governação baseado na figura do Presidente da República, que acumula as funções de chefe de Estado e de governo. O país está dividido em 18 províncias, que são subdivididas em municípios e comunas (Constituição da República de Angola, 2010, art. 217). Diante disso, o Governo angolano propôs uma reconfiguração da divisão territorial, criando três províncias.

No campo social, apesar dos avanços registados nas últimas décadas, Angola enfrenta ainda sérios desafios relacionados com a pobreza. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país ainda se encontra entre os mais baixos do mundo, refletindo a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e eficazes (PNUD, 2022).

A caraterização de Angola, portanto, revela um país de grandes potencialidades e simultaneamente de enormes desafios, cuja complexidade histórica, cultural e econômica deve ser considerada em qualquer proposta de transformação social e desenvolvimento sustentável.

Na Nova Divisão Administrativa aprovada no ano de 2024, Angola está administrativamente organizada em 21 províncias, 326 municípios e 216 comunas com estruturas administrativas. A província de Luanda é a capital política e econômica, sendo igualmente a província com maior densidade demográfica (Angola, 2024).

3.2 Sistema Nacional de Formação Profissional

O sistema Nacional de Formação profissional é regulado pela Lei n.º 16/24 de 22 de outubro -Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional – Lei que revoga a Lei n.º 21-A/92, de 28 de agosto. Essa Lei foi aprovada numa ocasião de transição da economia centralizada para economia de mercado; altura em que as políticas de valorização do capital humano estavam direcionadas para o processo de reconstrução nacional e a superação de alguns desajustes estruturais.

A formação profissional em Angola, à luz da Lei nº 16/24, de 22 de outubro, representa um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico e a inclusão social, especialmente dos jovens. Nesta perspetiva, a Lei nº 16/24, de 22 de outubro, que aprova o regime jurídico da formação profissional, no entanto, surge como um marco legal estruturante, trazendo uma visão mais moderna, inclusiva e articulada com as necessidades do mercado de trabalho e da economia nacional.

O sistema Nacional de Formação Profissional compreende os agentes e instituições públicas, privadas, público-privadas e cooperativas que integram o mesmo sistema em todo o território nacional (Lei n.º 16/24). Com base nisso, esta lei clarifica que a formação profissional pode ser feita não apenas em instituições públicas, mas também privadas. A propósito, importa realçar que a instituição a qual se realizou a pesquisa é pública. Trata-se de um centro de formação profissional tutelado pelo Estado angolano.

A Lei n.º 16/24 tem uma articulação com as leis mencionadas nos capítulos anteriores. A Lei de Bases do Sistema de Formação Profissional por imperativo legal tem uma articulação com os Subsistemas de ensino previstos pela Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, alterada e replicada pela Lei n. 32/20 de 12 de agosto.

Esta Lei também estabelece os princípios, objetivos, normas e instrumentos de organização do Sistema Nacional de Formação Profissional, que visa assegurar a qualificação e o aperfeiçoamento contínuo dos trabalhadores, bem como a elevação da competitividade das empresas e instituições públicas e privada.

Segundo o artigo 3.º desta Lei, o Sistema Nacional de Formação Profissional é composto por um conjunto articulado de instituições, programas, entidades formadoras, modalidades e mecanismos que asseguram a execução da política pública de formação profissional. Em relação aos princípios, a Lei n.º 16/24 apresenta:

- A articulação com o Sistema Nacional de Qualificações e com o Sistema de Educação e Ensino, garantindo qualidade à formação profissional ministrada e o reconhecimento dos níveis de qualificação profissional obtidos pelos formandos;
- Cooperação entre as partes, segundo a qual as instituições públicas, privadas e os parceiros econômicos e sociais colaboram na implementação das políticas de formação profissional;
- Igualdade de oportunidades, garantindo que todos os indivíduos tenham iguais oportunidades no acesso e na frequência de cursos ou ações de formação profissional, qualquer que seja o nível, desde que se observe os critérios técnicos de acesso, assegurando a inclusão social, igualdade de oportunidades e a equidade;
- Legalidade, segundo a qual, todas as instituições, atores e parceiros devem proceder em conformidade com a Constituição da República de Angola e a Lei;
- Planificação das Ações de formação profissional, nos termos da qual as ações de formação profissional são implementadas em função das exigências, necessidades e prioridades do mercado de trabalho;
- Promoção de valores morais e cívicos, que se traduz na promoção do Estado democrático e de direito, no respeito aos símbolos nacionais, na valorização da cultura nacional, na preservação da soberania, bem como dos valores morais e da cidadania;
- Qualidade, segundo a qual, no exercício da atividade formativa, as entidades formadoras devem observar padrões de desempenho e alcançar os melhores resultados no domínio técnico, tecnológico e cultural na promoção da formação.

De acordo com o artigo 6.º Da Lei n.º 26/24, o Sistema Nacional de Formação Profissional prossegue as seguintes finalidades:

- Contribuir para a inclusão do indivíduo na vida ativa e no mercado de trabalho; proporcionar aos indivíduos oportunidades de desenvolvimento das suas capacidades, a fim de contribuírem para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país;
- Desenvolver no indivíduo a capacidade criativa, dinamismo empreendedor e espírito de iniciativa com vista a aumentar a eficiência e eficácia no trabalho;
- Garantir aos trabalhadores o maior número possível de opções formativas, que permitam a sua manutenção no mercado de trabalho;
- Assegurar o desenvolvimento dos conhecimentos e competências dos cidadãos que permitam a sua valorização profissional e na inserção no mercado de trabalho.

Em relação aos agentes, a Lei 16/24, no artigo 8.º, classifica os agentes do sistema Nacional de Formação profissional integra os seguintes agentes:

- O Estado;
- Os parceiros econômicos;
- Os parceiros sociais;
- As entidades formadoras;
- Instituições de formação;
- O formador;
- O formando.

De modo geral, este diploma legislativo reconhece o papel da formação profissional na inclusão social, como previsto no artigo 5.º, ao afirmar que a política pública deve promover a equidade no acesso à qualificação, especialmente para os jovens, as mulheres, os portadores de deficiência e outros grupos vulneráveis (Lei n.º 16/24). Isso está alinhado à perspetiva apresentada por Boaventura de Sousa Santos (2005), que defende uma educação emancipadora capaz de valorizar saberes plurais e promover justiça social.

A formação profissional também assume uma função compensatória e preventiva, ao proporcionar uma segunda oportunidade aos que abandonaram o ensino tradicional e ao prevenir futuras situações de marginalização social. De acordo com

Freire (1996), educar é um ato político e libertador; assim, oferecer formação técnico-profissional a jovens excluídos do sistema escolar pode ser um passo importante para a construção de uma sociedade mais equitativa e participativa.

Esta Lei n.º 16/24 é importante porque reforça a articulação entre a educação e o trabalho, ao promover parcerias entre o Estado, empresas, organizações da sociedade civil e centros de formação. Portanto, essa abordagem integrada está em consonância com as recomendações da UNESCO (2022), que defende sistemas educativos interligados com os desafios do desenvolvimento sustentável e da economia digital.

Portanto, pode afirmar-se que o novo regime jurídico da formação profissional não apenas atualiza o marco legal do setor, mas também se apresenta como uma estratégia de política pública intersectorial, respondendo simultaneamente às lacunas do sistema educativo, à precarização do trabalho e à exclusão juvenil.

Parte III: Enquadramento Metodológico

Capítulo 4 – Metodologia

Este capítulo discorre, de modo geral, sobre os procedimentos utilizados para a recolha e análise dados. Num primeiro momento, o presente capítulo descreve o paradigma de investigação adotado ao longo da pesquisa. Num segundo momento, apresente capítulo descreve como foi realizado as técnicas de recolha de dados empíricos no terreno. Num terceiro momento, este capítulo debruça-se sobre caraterização do contexto da pesquisa. Num quarto momento, descreve as caraterísticas dos entrevistados que participaram da pesquisa. Num quinto momento, fala sobre as questões éticas tomadas ao longo da pesquisa de campo. Num sexto momento, o presente capítulo descreve como se realizou o trabalho de campo. E num sétimo momento, este capítulo discorre sobre a técnica de análise de dados obtidos no campo.

A metodologia quantitativa é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação de factos, objetivos, acontecimentos e fenómenos que existam independentemente do investigador (Fortin, 2003, p. 22).

A metodologia quantitativa é um tipo de modalidade de pesquisa que se baseia no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com objetivo de determinar as generalizações da teoria (Dalfovo & Lana, 2008, p. 9).

Esses autores esclarecem que a recolha de dados da pesquisa quantitativa é feita por intermédio de questionários que apresentam variáveis distintas e a análise dos dados é feita por tabelas e gráficos (Dalfovo & Lana, 2008, p. 9). Não obstante o destaque dado a figura do quantificado, deve dizer-se que no questionário podem ser medidos os factos, atitudes e opiniões em torno de um fenómeno.

Tendo em conta a natureza do tema e os objetivos delineado, esta investigação ajusta-se claramente com a metodologia qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Segundo Marconi e Lakatos (2008), a metodologia qualitativa preocupa-se essencialmente com a análise e compreensão mais detalhada do fenômeno em estudo com o intuito descrever e fazer a interpretação dos comportamentos dos indivíduos que vivem a mesma realidade social. Neste, conhece as perceções, procurou-se de forma mais detalhada os fatores que estão na base do insucesso escolar dos formandos na Escola Nacional de Formação de Técnicos de Serviço Social. Para tal, procurou-se

perceber a perceção, não apenas dos formandos, mas também dos formadores e dos gestores da mesma instituição de formação profissional.

Kripka, Scheller e Bonotto (2015), reforçam a definição apresentada apelos autores acima, dizendo que as pesquisas qualitativas são aquelas cuja característica é compreender um fenômeno no seu ambiente natural, onde esse ocorre e do qual faz parte. Mais adiante, esses autores esclarecem que o investigador é o instrumento principal por captar as informações. Tais informações recolhidas podem ser obtidas e analisadas de diferentes maneiras dependendo do objetivo que se deseja atingir.

4.1.1. Técnica de recolha de dados

Para esta pesquisa utilizou-se a técnica de inquérito por questionário. Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 203) o inquérito por questionário é uma técnica do método quantitativo de recolha de dados construído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do investigador.

Esses autores acrescentam que em geral o pesquisador procede a entrega do questionário ao inquirido; depois de preenchido, o mesmo devolve-o ao investigador a fim de analisar os dados (Marconi & Lakatos, 2009, p. 203). Quanto ao nosso questionário, vale dizer que após a sua elaboração, procurou-se aplicá-lo na escola em estudo. Elaborou-se dois questionários, um destinado aos professores e os membros da direção da escola e outro dirigido aos alunos. Procurou-se entregar os questionários aos inquiridos que se predispuseram preenchê-los e dois dias depois, fez a recolha dos mesmos.

Para este estudo, entre as diversas técnicas do método qualitativo, optou-se pela técnica de entrevista semiestruturada. Ela é entendida por Triviños (1987) como aquela que é caraterizada por questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. As técnicas de entrevista favorecem não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a sua explicação e a compreensão de sua totalidade além de manter a presença consciente e atuante do investigador no processo de recolha de informações.

Para Lima, Almeida e Lima (1999), a entrevista semiestruturada é um processo de interação social, a qual o entrevistador tem a finalidade de obter informações do entrevistado através de um guião contendo tópicos em torno de uma problemática central. Na esteira de Manzini (2009), a entrevista semiestruturada é focalizada num

assunto sobre o qual se prepara um guião com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

4.1. 2. Caraterização do contexto da investigação

Esta investigação científica foi realizada na Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS), situada no município de Cacuaco. O município faz parte da província de Luanda, em Angola, e possui uma superfície territorial de 572 km².

Em relação aos limites geográficos, o município de Cacuaco apresenta os seguintes limites: a Norte, faz fronteira com o município de Panguila e com o Oceano Atlântico; a Este, com o município de Sequele; a Sul, com o município de Mulenvos; e, a Oeste, com os municípios de Cazenga e Hoji-ya-Henda.

O município de Cacuaco conta com aproximadamente 1.237.477 habitantes e apresenta uma elevada taxa de natalidade. É habitado por pessoas oriundas de várias partes do país. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011), a população da comuna sede de Cacuaco é maioritariamente católica e protestante, sendo, portanto, considerada uma comunidade cristã.

4.3. Perfil dos entrevistados e dos inquiridos

Em relação ao perfil dos entrevistados, é importante referir que as entrevistas e os inquéritos foram dirigidos à diretora adjunta, aos formadores e aos formandos, com idades compreendidas entre 22 e 58 anos. Durante a investigação, realizaram-se quatro (4) entrevistas, das quais três (3) foram com formadores e uma com a diretora-geral adjunta.

Quanto aos inquéritos, foram inquiridos dezassete (17) formandos. Dentre os entrevistados, três (3) eram do sexo feminino e um (1) do sexo masculino. No que diz respeito aos inquiridos, inquirimos doze (12) do sexo feminino e cinco (5) do sexo masculino.

O nível de instrução dos entrevistados e inquiridos varia entre o Iº Ciclo do Ensino Secundário (9ª classe), o ensino médio e a licenciatura. Este procedimento está relacionado com o princípio da utilização, de forma intencional, do critério de diversificação, que, segundo Pires (2010), é aplicado no interior de um grupo de indivíduos a serem estudados. Por outro lado, a população em estudo consiste numa

conjuntura de indivíduos que partilham o mesmo espaço de trabalho na Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS). Assim, procurámos entrevistar e inquirir pessoas com diferentes variáveis, nomeadamente sexo, idade, nível de instrução e diferentes papéis exercidos pelos participantes que constituíram a amostra.

Para uma melhor compreensão do perfil dos participantes desta investigação, tanto no que diz respeito aos entrevistados quanto aos inquiridos, descrevemos, primeiramente, as características dos entrevistados e, em seguida, as características dos inquiridos, por meio de quadros e gráficos.

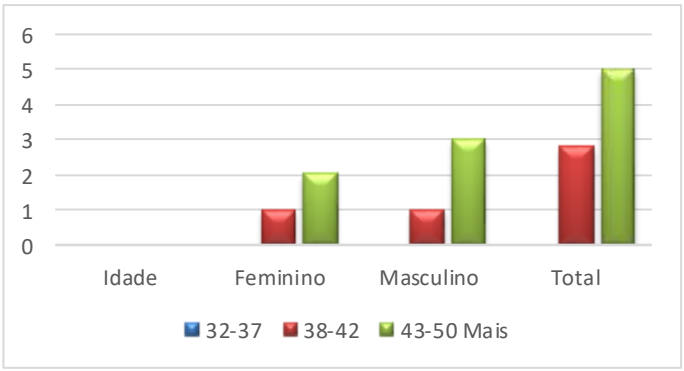
Tabela 1. Entrevistados de acordo com sexo e idade

Idade	Feminino	Masculino	Total
38-42	1	1	2
43-50 +	2	-	2
Total	3	1	4

Fonte: organizado pela autora (2025)

Observando a tabela 1, pode-se perceber que foram entrevistadas duas (2) formadoras pertencentes ao grupo etário situado entre os 43 e os 50 anos, todas do sexo feminino.

Gráfico 1: Entrevistados de acordo com a idade



Com base no Gráfico 1, foram entrevistados 50% dos indivíduos pertencentes aos grupos etários de 32 a 37 anos e de 43 a mais de 50 anos. No intervalo de 38 a 42 anos, foram entrevistados 10%. Já no grupo entre 22 e 26 anos, não houve nenhum entrevistado.

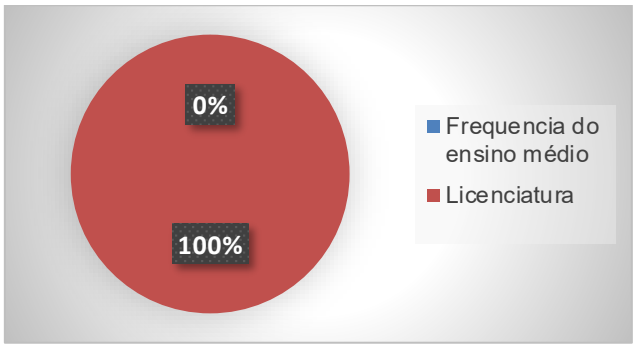
Tabela 2. Perfil dos entrevistados de segundo o sexo e o nível de instrução

Nível de Instrução	Feminino	Masculino	Total
Frequência do Ensino Médio	-	-	-
Licenciatura	3	1	4
Total	3	1	4

Fonte: organizado pela autora (2025)

Em relação ao nível de instrução, como mostra a tabela 2, podemos observar que foram entrevistados quatro indivíduos licenciados, dos quais três (3) do sexo feminino e um (1) do sexo masculino.

Gráfico 2: Perfil dos entrevistados de segundo o sexo e o nível de instrução



Comparativamente ao nível de instrução dos entrevistados, a maior parte encontra-se licenciada. Como ilustra o Gráfico 2, 100% dos entrevistados possuem o nível de licenciatura. Concluída a caracterização dos entrevistados, conforme referido acima, passamos agora à descrição das características dos inquiridos, utilizando, igualmente, as variáveis presentes nos quadros e gráficos apresentados anteriormente. Deste modo, segue o quadro que descreve os inquiridos de acordo com a idade e o sexo.

Tabela 3. Inquiridos segundo sexo e idade

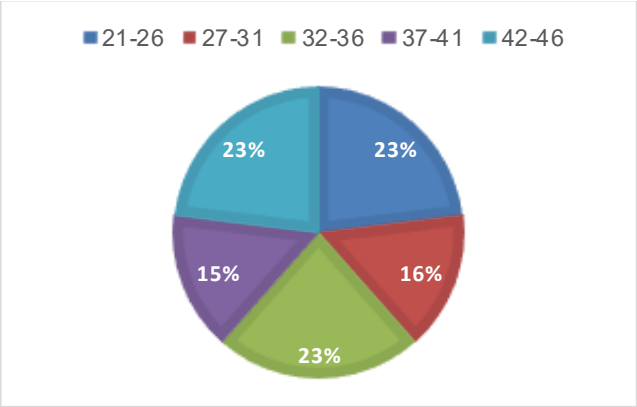
Idade	Feminino	Masculino	Total
21-26	3	-	3
27-31	2	-	2
32-36	3	-	3
37-41	2	-	2
42-46	2	1	3
Total	12	1	13

Fonte: organizado pela autora (2025)

A tabela 3 mostra que foram inquiridos, no total, treze (13) indivíduos, dos quais doze (12) do sexo feminino e um (1) do sexo masculino. Ainda é importante referir que,

no intervalo de 21 a 26 anos, foram inquiridas três (3) pessoas do sexo feminino. No intervalo de 27 a 31 anos, foram inquiridas duas (2) pessoas do sexo feminino. Como se pode verificar no quadro, entre 32 e 36 anos foram inquiridas três (3) pessoas do sexo feminino. No intervalo de 37 a 41 anos, foram inquiridas duas (2) pessoas do sexo feminino. Por fim, no intervalo de 42 a 46 anos, foram inquiridos três (3) indivíduos, dos quais dois (2) do sexo feminino e um (1) do sexo masculino.

Gráfico 2: Inquiridos de acordo com a idade



Fonte: organizado pela autora (2025)

Segundo o gráfico 3, portanto, foram inquiridos 23% de indivíduos com idades estão no intervalo entre 21 a 26, 32 a 36 e 42 a 46. A seguir, o intervalo de 27 a 31 com 16%, seguidamente o intervalo entre 37 a 41 com 15%.

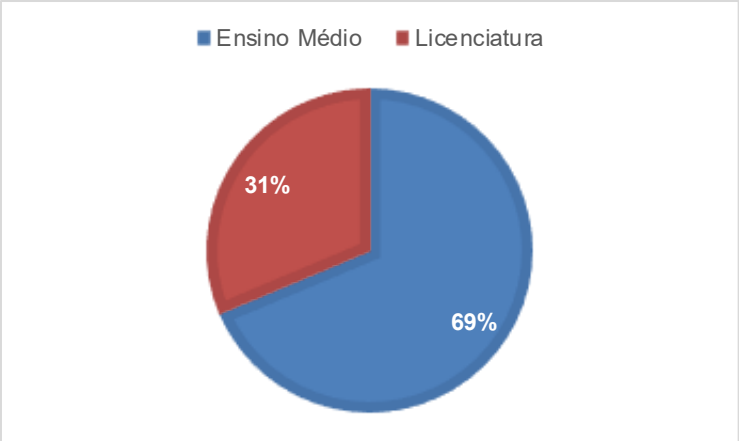
Tabela 4. Inquiridos segundo o sexo e nível de escolaridade

Nível de Instrução	Feminino	Masculino	Total
Ensino Médio	7	-	7
Licenciatura	5	1	6
Total	12	1	13

Fonte: organizado pela autora (2025)

Na tabela acima, indica que foram inquiridos indivíduos que se com o ensino médio concluído, indivíduos com o nível de licenciatura. Tal como se pode observar no quadro, foram inquiridos 7 indivíduos com o ensino médio, dos quais 7 do sexo feminino e nenhum do sexo masculino. Com nível de licenciatura, foram inquiridos 6 indivíduos, dos quais cinco do sexo feminino e um (1) do sexo masculino.

Gráfico 4: Inquiridos de segundo com o Nível de instrução



Fonte: Organizado pela autora (2025)

De acordo com o gráfico 3, a maior quantia dos inquiridos encontra-se com o Ensino Médio concluído. Tal como se pode certificar acima, 69% dos inquiridos têm a sua formação média concluída. Já os licenciados foram inquiridos 31% de indivíduos com o nível de licenciatura.

4.4. Questões éticas na investigação

A pesquisa respeitará os princípios éticos da investigação científica, garantindo; o anonimato e confidencialidade dos participantes; a obtenção de consentimento informado; a aprovação pela instituição onde o estudo foi realizado.

Capítulo 5 – Os Fatores do Insucesso dos Formandos Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos de Serviço Social

No presente capítulo, iremos apresentar os resultados obtidos da investigação qualitativa e quantitativa realizada na Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos de Serviço Social. Dentro deste quadro, analisaremos o papel da formação profissional em Angola, os fatores do insucesso escolar dos formandos, a metodologia de ensino e recursos, o acompanhamento e apoio, as consequências do insucesso e as estratégias de como evitá-lo.

4.1. Experiência Profissional e caracterização dos formandos e formadores

Neste item, procuramos saber a situação profissional atual dos formandos e descrevemos a análise das respostas obtidas dos nossos entrevistados, que evidenciam a diversidade de experiências profissionais entre os formadores da Escola Nacional de Formação de Técnicos de Saúde (ENFOTSS).

Tabela 5. Situação profissional atual

Categoria	Frequência	Percentagem
Estudante	3	23
Empregado	2	15,3
Desempregado	3	23
Trabalhador (a) por conta própria	5	38,4
Total	13	100

Fonte: Organizado pela autora (2025)

Como se observa na tabela 5, dos treze inquiridos, formandos, em relação à pergunta levantada sobre a situação profissional, no que diz respeito à sua experiência, os participantes do estudo manifestaram suas opiniões, considerando suas vivências ao longo da formação. Deste modo, a partir das categorias classificatórias, num total de 13 participantes (100%), as respostas foram: 3 Estudante (23%), 2 Empregado (15,3%), 3 Desempregado (23%) e 5 Trabalhador(a) por conta própria (38,4%).

Portanto, verifica-se que 5 (38,4%), que representam a maioria dos sujeitos, responderam que se consideram trabalhadores por conta própria.

Gráfico 5: Situação profissional atual

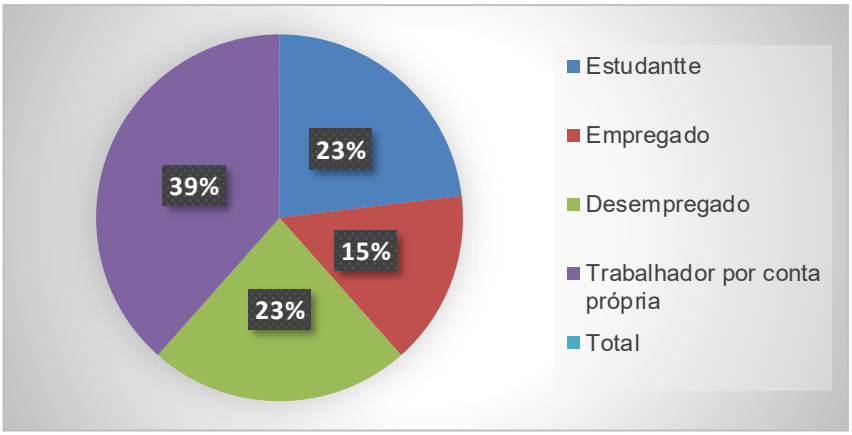


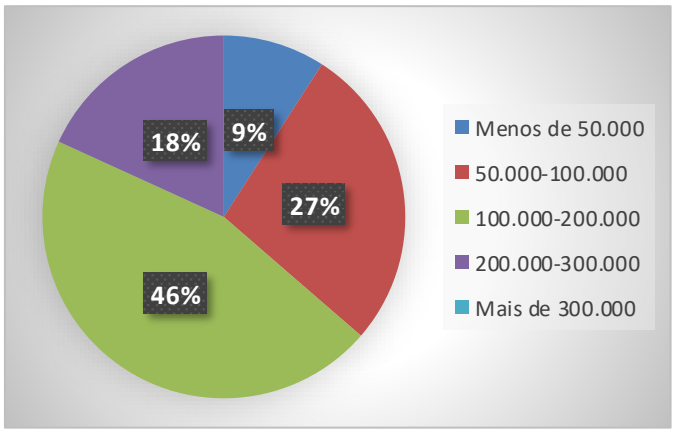
Tabela 6. Rendimento familiar mensal

Categoria AKZ	Frequência	Percentagem
Menos de 50. 000,00	1	7,6
50.000,00-100. 000, 00	3	23
100.000,00-200.00,00	5	38,4
200.000,00-300.000,00	2	15,3
Mais de 300.000,00	-	-
Total	13	100

Fonte: Organizado pela autora (2025)

Na tabela 6, apresentam-se as opiniões dos participantes em relação ao rendimento familiar mensal. Dos treze formandos inquiridos, cinco responderam que têm um rendimento familiar de cem mil a duzentos mil kwanzas. Isso indica que as famílias ainda se encontram na linha da pobreza.

Gráfico 6: Rendimento familiar mensal



Conforme indica o gráfico acima, quase 46% dos formandos têm um rendimento familiar de cem mil a duzentos mil kwanzas. Das opiniões repartidas entre os formandos, verifica-se que a maioria — 5 (46%) — respondeu ter um rendimento

familiar entre 100.000 e 200.000 kwanzas, enquanto 3 (27%) afirmaram ter um rendimento entre 50.000 e 100.000 kwanzas. Logo, pode dizer-se que, no que diz respeito ao rendimento familiar dos formandos, esta distribuição evidencia que a maioria dos participantes possui rendimentos modestos, situando-se entre as faixas médias-baixas da economia angolana. Realço que 1€ equivale a ~1080 Kwanzas.

Esse dado reflete a realidade socioeconómica das famílias angolanas, em que grande parte da população enfrenta limitações financeiras que influenciam diretamente a qualidade de vida e o acesso a recursos educativos e culturais.

É importante referir que a condição económica das famílias é um fator determinante no processo educativo. Conforme Bourdieu (1983), o capital económico e o capital cultural estão intimamente relacionados, pois as famílias com menos recursos têm menor acesso a bens culturais, informação e condições de estudo adequadas, o que repercute no desempenho e nas oportunidades de aprendizagem.

Da mesma forma, Paulo Freire (1996, p. 102) enfatiza que “a educação libertadora deve reconhecer as condições materiais de existência do educando”, ou seja, não é possível promover aprendizagem crítica sem compreender o contexto social e económico dos alunos. Nesse sentido, o baixo rendimento familiar pode limitar o tempo disponível para o estudo (devido à necessidade de trabalho) e o acesso a materiais pedagógicos, o que afeta o sucesso escolar.

Em suma, os dados indicam que a situação económica dos formandos influencia diretamente as suas condições de aprendizagem e de sucesso escolar. As faixas de rendimento mais baixas representam um desafio à permanência e ao desempenho dos formandos, pois interferem na aquisição de materiais, no transporte, na alimentação e na estabilidade emocional. Assim, compreender o rendimento familiar dos inquiridos é fundamental para interpretar os fatores de insucesso sob uma perspetiva socioeconómica, pedagógica e estrutural.

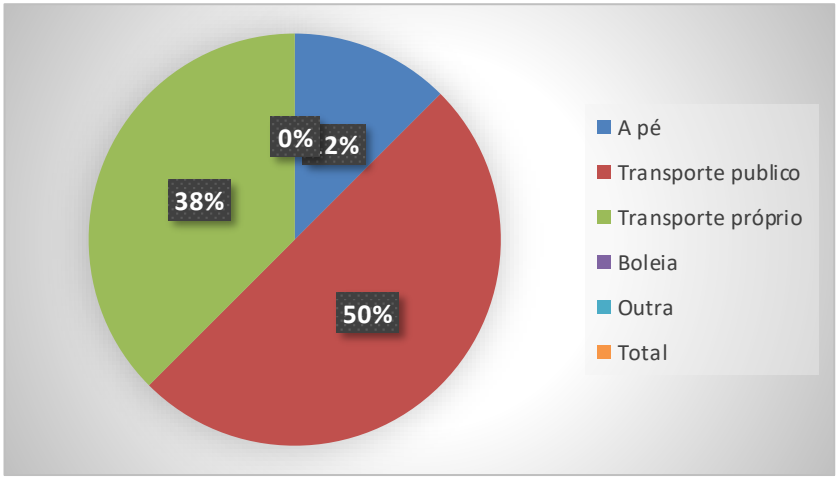
Tabela 7. Transporte utilizado

Categoria	Frequência	Percentagem
A pé	1	7,6
Transporte público	4	30,7
Transporte próprio	3	23
Boleia	-	-
Outra	1	7,6
Total	13	100

Fonte: Organizado pela autora (2025)

Na tabela 7 apresentado acima, demonstram-se os transportes utilizados pelos inquiridos ao longo do trabalho de campo. Ainda há outros meios, além dos mencionados, que tiveram menos referências no inquérito. Seguidamente, destaca-se o transporte próprio, com três menções, e o transporte público, com quatro menções.

Gráfico 7: Transporte utilizado



No que diz respeito ao meio de transporte utilizado pelos inquiridos, pode-se observar que 50% afirmaram utilizar transporte público, 38% dispõem de transporte próprio e um dos participantes desloca-se a pé. É importante dizer que esses dados revelam diferenças significativas nas condições de mobilidade e, consequentemente, nas oportunidades de acesso à formação.

Segundo Bourdieu (2023), as desigualdades sociais manifestam-se também nas condições materiais de acesso aos espaços de formação. O autor destaca que o "capital económico condiciona o acesso aos bens culturais e educativos", influenciando a permanência e o rendimento escolar. Assim, o facto de a maioria dos inquiridos depender de transporte público ou deslocar-se a pé pode refletir condições socioeconómicas mais frágeis, que interferem na assiduidade e pontualidade às aulas.

Nesta linha, Paulo Freire (1996) enfatiza que a educação não ocorre num vazio social, mas num contexto marcado por condições concretas de existência. Para o autor, compreender o educando implica reconhecer os "condicionantes históricos e materiais que limitam ou favorecem o seu processo de aprendizagem". Desse modo, a dependência de transporte público ou o deslocamento a pé pode ser interpretado como um fator de vulnerabilidade educativa, especialmente quando se consideram as dificuldades de acesso físico à instituição.

Colocou-se a seguinte questão: “Há quanto tempo trabalha como formador na ENFOTSS e especificamente neste curso?”. De acordo com os entrevistados, o tempo de serviço é um dos elementos importantes no exercício da função. Assim afirmam:

Há 20 anos (E 3: M: 45)

10 anos (E 4: M: 39)

Dois anos de atuação (E 2: M: 37)

É importante dizer que essa diferença temporal demonstra a heterogeneidade do corpo docente quanto ao tempo de serviço, o que reflete distintas etapas de maturação profissional e vivências pedagógicas. Segundo Huberman (1992), a carreira docente caracteriza-se por diferentes fases de desenvolvimento profissional, que vão desde a entrada na profissão, passando por momentos de estabilização e consolidação, até à fase de maturidade. Sendo assim, o entrevistado com vinte anos de experiência enquadra-se num estágio de plena consolidação profissional, com domínio das práticas e identidade docente fortalecida, enquanto o formador com apenas dois anos ainda se encontra em fase inicial de adaptação e construção de competências pedagógicas.

Além disso, Tardif (2014) destaca que a experiência acumulada ao longo do tempo constitui um dos pilares do saber docente, sendo o resultado da interação entre o conhecimento teórico, as práticas e o contexto institucional. Nessa perspetiva, o formador com 20 anos de experiência traz consigo um conhecimento prático-reflexivo, construído na vivência quotidiana da sala de aula e nas relações com os formandos, o que contribui significativamente para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Por outro lado, a presença de formadores mais recentes, como o entrevistado com dois anos de serviço, pode representar renovação e inovação pedagógica, uma vez que novos profissionais tendem a introduzir abordagens contemporâneas e metodologias ativas no ensino (Marcelo, 2009). A coexistência de docentes com diferentes tempos de experiência cria um ambiente colaborativo em que ocorre o intercâmbio de saberes e o fortalecimento da prática profissional coletiva.

Conforme Nóvoa (1995), a formação docente deve ser entendida como um processo contínuo, construído na interação entre experiência e reflexão, o que reforça a importância de valorizar tanto os formadores mais experientes quanto os mais jovens. Essa diversidade constitui, portanto, um recurso pedagógico valioso para a ENFOTSS, favorecendo o aprendizado mútuo e o desenvolvimento institucional sustentável.

Dessa forma, os depoimentos analisados permitem concluir que o corpo docente da ENFOTSS apresenta diferentes níveis de experiência profissional, mas todos partilham o compromisso com a formação técnica e humana dos estudantes. A presença de profissionais com longa trajetória assegura a continuidade e estabilidade pedagógica, enquanto os recém-chegados contribuem para a atualização das práticas formativas, criando um equilíbrio essencial entre tradição e inovação no processo educativo.

4.2. Perfil dos formandos que ingressam no curso

Uma das questões colocadas aos entrevistados foi: "Como caracteriza o perfil dos formandos que ingressam no curso de auxiliares de educação?". Em relação a isso, os entrevistados destacam que a maioria dos formandos "já vem com conhecimento básico" (Entrevistados 2 e 4) e que "80% têm algum conhecimento na área" (Entrevistado 3).

É importante referir que esses depoimentos demonstram que os formandos apresentam uma base inicial de conhecimentos prévios, o que está de acordo com o que Ausubel (1982) denomina aprendizagem significativa, ou seja, o novo "conhecimento é assimilado mais facilmente quando o estudante já possui estruturas cognitivas prévias que servem de ancoragem" (p. 45). Tal como se pode observar no quadro 8 abaixo.

Tabela 8. Conhecimento deste curso

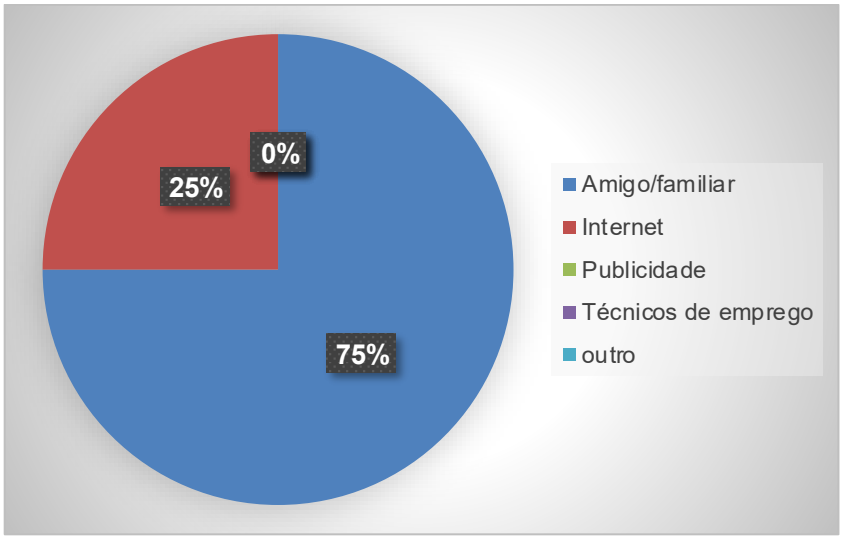
Categoria	Número	Percentagem
Amigo/familiares	9	69
Internet	3	23
Publicidade	1	7.6
Técnicos de emprego	-	-
Outro	-	-
Total	13	99.6%

Fonte: Organizado pela autora (2025)

Os resultados da tabela 8 indicam que a maioria dos inquiridos (69%) teve conhecimento do curso por meio de amigos e familiares, o que mostra que o boca a boca é a principal via de divulgação. A publicidade (23%) aparece como o segundo meio mais relevante, enquanto a internet (7,6%) tem uma presença residual. Nenhum dos inquiridos referiu os técnicos de emprego ou outras fontes como via de informação.

O facto de os formandos conhecerem o curso através de amigos e familiares evidencia o papel do diálogo e das redes sociais como forma de construção e transmissão de saberes, bem como a importância das relações humanas no acesso à informação. Tal como afirma Freire (1996), "o diálogo é o encontro dos seres humanos para a pronúncia do mundo" (p. 67).

Gráfico 8: Conhecimento do curso



No entanto, possuir conhecimentos básicos não significa estar totalmente preparado para o ensino técnico-profissional. Segundo Tardif (2014), o "conhecimento prévio do estudante deve ser contextualizado e transformado em saber profissional, processo que ocorre através da prática pedagógica e da mediação docente" (p. 89). Assim, os formadores reconhecem que o curso precisa consolidar e aprofundar esses saberes iniciais para que o formando alcance as competências exigidas pelo perfil de saída.

Dentro do perfil dos formandos, também procuramos identificar as diferenças entre os formandos que concluem e os que não concluem com sucesso o curso técnico-profissional. Para tal, quando questionados sobre essas diferenças, os entrevistados apontaram que a principal distinção está no "foco que cada um projeta" (E, 3) e que "os que concluem saem preparados para o mercado de trabalho" (E, 4).

A observação desses depoimentos demonstra que o comprometimento e a motivação pessoal são determinantes para o sucesso académico. Segundo Maslow (1954), as necessidades de realização e reconhecimento constituem forças motivacionais intrínsecas que impulsionam o indivíduo à superação de desafios.

Além disso, Perrenoud (1999) afirma que o "sucesso escolar está fortemente associado à autonomia e à autorregulação da aprendizagem, competências que se desenvolvem quando o estudante assume responsabilidade pelo próprio percurso formativo" (p. 133). Sendo assim, o "foco" mencionado pelos formadores pode ser interpretado como o grau de autodisciplina e o envolvimento ativo do formando no processo educativo.

É necessário referir ainda que, quanto à motivação dos formandos para frequentar o curso, os entrevistados revelaram uma combinação de motivos profissionais e socioeconómicos. O entrevistado número 2 destacou "o conhecimento profissional e as técnicas pedagógicas", enquanto os entrevistados 3 e 4 mencionaram "o emprego" e "o fator socioeconómico" como principais razões dessa motivação.

Por isso, a motivação humana pode ser intrínseca (relacionada ao interesse e satisfação pessoal) ou extrínseca (relacionada a recompensas externas, como salário ou certificação). Quando o formando busca o curso pela certificação e pelo emprego, trata-se de motivação extrínseca; quando o faz pelo desejo de aprender e aperfeiçoar-se, trata-se de motivação intrínseca.

Em suma, ambas as formas são importantes, mas o equilíbrio entre elas é essencial para a permanência e o sucesso no curso. Como refere Nóvoa (1995), a formação profissional deve valorizar o sentido pessoal e social da aprendizagem, de modo que o formando perceba a relevância da sua formação no contexto de vida e trabalho.

Além disso, conhecer o curso por meio de amigos e familiares é uma expressão do capital social, pois as redes de relações funcionam como recurso que favorece o acesso a oportunidades educativas e profissionais.

4.2.1. Principais razões para frequentar este curso

Neste item, procuramos saber as principais razões da frequência deste curso. Este aspeto constitui o âmago desta pesquisa, após a perceção de que existem razões que levam os cidadãos a frequentar o curso na Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social. Com a aplicação do inquérito, os participantes indicaram várias razões, que podem ser lidas no quadro abaixo:

Tabela 9. Principais razões para frequentar este curso

Categoria	Frequência	Percentagem
Melhorar as perspetivas de emprego	2	15,3

Adquirir uma profissão	4	30,7
Desenvolvimento pessoal	5	38.4
Interesse pela área da educação	4	30,7
Pressão familiar	2	15,3
Falta de outras alternativas	-	-
Outro	-	-
Total	13	100

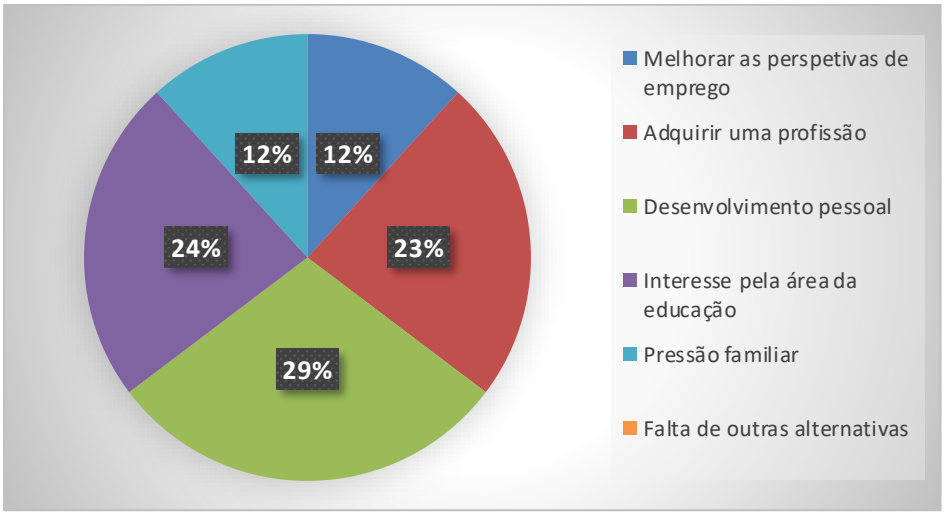
Fonte: Organizado pela autora (2025)

A tabela 9 mostra que as principais razões para frequentar o curso estão centradas na aquisição de uma profissão (30,7%) e no desenvolvimento pessoal (30,7%). Essas duas categorias somam mais de 60% das respostas, evidenciando que os formandos veem o curso como uma oportunidade de crescimento profissional e humano. Em seguida, aparecem, com 15,3%, as motivações de melhorar as perspetivas de emprego e a falta de outras alternativas, revelando que uma parte dos formandos procura o curso como meio de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, num contexto em que as oportunidades podem ser escassas.

Com essa análise, podemos relacionar os dados com algumas abordagens teóricas. De acordo com Freire (1996), quando os formandos buscam o curso para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, estão a exercer a capacidade de transformação e emancipação através da educação. Já segundo Nóvoa (1995), a formação deve permitir ao indivíduo construir a sua identidade profissional. Assim, o desejo de adquirir uma profissão reflete essa procura de identidade e reconhecimento social no campo do trabalho educativo.

Dessa forma, os dados revelam que os formandos procuram no curso um caminho de realização pessoal, profissional e social, integrando dimensões de emancipação, identidade profissional e reconstrução social. Sendo assim, o curso cumpre um papel duplo: promover a inclusão no mercado de trabalho e favorecer o crescimento humano e social, numa perspetiva coerente com a função social da educação.

Gráfico 9: Principais razões para frequentar o curso



4.3. Metodologias de ensino utilizadas nas aulas

Ao longo da investigação, procurou-se saber a metodologia de ensino e os recursos utilizados para ministrar as aulas. Tal como se pode observar no quadro e no gráfico abaixo:

Tabela 10. Metodologia de ensino

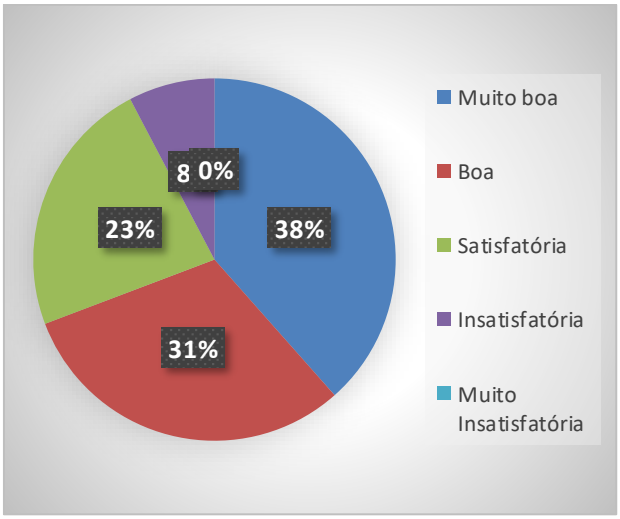
Categoria	Frequência	Percentagem
Muito boa	5	38,4
Boa	4	30,7
Satisfatória	3	23
Insatisfatória	1	7,6
Total	13	100

Fonte: Organizado pela autora (2025)

Os dados da tabela 10 revelam que a maioria dos formandos reconhece positivamente a metodologia de ensino aplicada, o que sugere que as práticas pedagógicas adotadas pelos formadores estão, em geral, alinhadas com os princípios de uma abordagem centrada no aluno ou formando. Segundo Moran (2015), uma metodologia de ensino eficaz deve ser participativa, contextualizada e promotora da autonomia do estudante. A avaliação positiva da maioria dos respondentes indica que esses princípios podem estar presentes na prática pedagógica observada. Além disso, Libâneo (2013) defende que a metodologia de ensino deve considerar as características dos formandos, o conteúdo e os objetivos de aprendizagem, promovendo a integração entre teoria e prática.

Ainda, é importante referir que o facto de três (23%) inquiridos considerarem a metodologia apenas satisfatória e apenas um (7,6%) avaliá-la como insatisfatória pode apontar para lacunas na diversificação de estratégias ou na adequação ao perfil dos formandos, tal como propõe Perrenoud (2000), ao destacar que o ensino deve ser ajustado às necessidades e aos estilos de aprendizagem dos formandos.

Gráfico 10: Metodologia de ensino



Em suma, da análise realizada, conclui-se que, embora a maioria perceba a metodologia como positiva, ainda há margem para melhorias, especialmente no que se refere à individualização do ensino e à diversificação dos recursos didáticos. Ainda que minoritário, o grupo de formandos que expressa alguma insatisfação deve ser valorizado como um sinal de alerta para promover um ensino mais inclusivo e eficaz.

Além disso, os entrevistados revelaram o uso de múltiplas metodologias de ensino. Tal como afirmam:

"*Utilizamos todas as metodologias, têm sido eficazes" (Entrevistado 2).*

"Usamos todas as metodologias, sim" (Entrevistado 4).

Já o Entrevistado 1 assinalou que a eficácia depende da forma como a metodologia é aplicada: "se bem aplicada, adequa-se e pode ser um elemento essencial para o desenvolvimento de habilidades profissionais". Essa perspetiva corrobora a visão de Perrenoud (2000), que defende que a eficácia pedagógica depende mais da adequação da metodologia ao contexto e às necessidades dos alunos do que da simples variedade de estratégias:

"A pedagogia eficaz é aquela que consegue adaptar os métodos às situações reais de aprendizagem" (p. 67).

A utilização de metodologias diversificadas está alinhada com o paradigma da educação inclusiva e diferenciada, que busca atender a diferentes perfis de aprendizagem.

Outro dado importante refere-se às estratégias adaptativas. De acordo com os entrevistados:

"*Fazemos agrupamentos dos formandos nos seus níveis de aprendizagem" (Entrevistado 3).*

"Utilizamos métodos adequados ao ritmo e às necessidades dos formandos" (Entrevistado 2).

Essas práticas evidenciam alinhamento com a diferenciação pedagógica, demonstrando sensibilidade às características do público-alvo. Segundo Perrenoud (2000),

"*Ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas proporcionar situações de aprendizagem adaptadas aos sujeitos concretos que temos diante de nós" (p. 72).*

Quanto à adequação dos recursos pedagógicos, os entrevistados responderam positivamente. De acordo com Nóvoa (1992), a disponibilidade de recursos constitui uma das condições essenciais para a concretização de práticas pedagógicas eficazes:

"*A qualidade do ensino depende, em grande parte, da qualidade dos meios disponíveis e da sua utilização estratégica" (p. 45).*

A componente prática em sala de aula também foi mencionada como parte da metodologia, embora o Entrevistado 3 tenha referido desafios no cumprimento dos objetivos: "em contexto de sala de aula e entre formandos, o desafio é o cumprimento dos objetivos". Essa visão reforça a importância da articulação entre teoria e prática, tal como defende Schön (1983):

"Os profissionais refletem na ação e sobre a ação, e é nesse processo que integram teoria e prática" (p. 50).

No que diz respeito ao acompanhamento e à avaliação de formandos com dificuldades, os entrevistados mencionaram estratégias como "trabalhos práticos" (Entrevistado 3) e "apoio psicológico/pedagógico" (Entrevistado 4), demonstrando uma

abordagem multidimensional. Essa perspetiva é reforçada por Rutter (2000), ao afirmar que

"O sucesso escolar depende não apenas das competências cognitivas, mas também do apoio emocional e social" (p. 88).

Todos os entrevistados consideraram o sistema de avaliação justo e adequado. No entanto, não houve menção à utilização de instrumentos diversificados, o que seria desejável, segundo Fernandes (2006).

Verificaram-se divergências quanto ao apoio institucional aos formandos. Enquanto os Entrevistados 2 e 4 afirmaram receber apoio, o Entrevistado 3 respondeu "não". A ausência de apoio institucional pode impactar negativamente o trabalho pedagógico, conforme alerta Tardif (2002).

4.4. Fatores externos e contextuais

No que diz respeito aos fatores externos e contextuais, todos os entrevistados reconheceram o impacto desses fatores no desempenho dos formandos, com ênfase nos transportes, nas finanças e no abandono escolar. Segundo Dubet (2004),

"o insucesso escolar tem múltiplas causas, entre as quais se destacam as desigualdades socioeconômicas" (p. 112).

Outro fator externo mencionado pelos entrevistados tem a ver com a baixa renda familiar. Os entrevistados 2 e 4 afirmaram que a baixa renda familiar influência negativamente o desempenho. Isso vai ao encontro da literatura sobre o capital cultural e econômico como determinante do sucesso escolar (Bourdieu & Passeron, 1970):

"*As desigualdades educacionais são reflexo das desigualdades de capital econômico e cultural entre as famílias" (p. 25).*

4.5. Propostas de melhoria segundo os entrevistados

Em relação às propostas de melhoria no funcionamento da instituição, as respostas foram diversas, indo desde a redução de custos até à continuidade das práticas existentes. O entrevistado 1 sugeriu "capacitação dos formadores, teste escrito de admissão e acompanhamento das sessões formativas", o que está em consonância com a necessidade de formação contínua (Imbernón, 2001):

"A formação contínua é indispensável para responder aos desafios emergentes da prática docente" (p. 58).

De acordo com os entrevistados, deve haver formação adicional para os formadores. Eles apontaram necessidades em saúde mental, formação técnica e formação contínua. Isso reforça a importância de desenvolver competências psicossociais, e não apenas técnicas (Morin, 2001).

Quanto às propostas, os entrevistados mencionaram a necessidade de recursos adicionais, como transportes e palestras, e, em geral, reconheceram a suficiência dos recursos existentes. Isso sugere que o principal obstáculo está em fatores externos (como a deslocação) e não na infraestrutura da escola.

Outra sugestão relevante para a redução do insucesso foi o "acompanhamento dos formadores aos estágios" (Entrevistado 3), indicando a necessidade de supervisão e apoio no contexto prático.

Em suma, os dados revelam um corpo docente comprometido, que reconhece a importância da adaptação metodológica, do apoio emocional e da prática supervisionada. Os desafios apontados estão, maioritariamente, ligados a fatores externos, como questões socioeconômicas. Há consenso sobre a importância da formação contínua dos docentes e da manutenção de recursos adequados.

4.6. ENFOTSS e o seu papel na formação profissional dos jovens

De acordo com os participantes, a ENFOTSS está voltada para a formação de técnicos na área da ação social, com foco em crianças e adolescentes, tal como se observa no quadro e no gráfico abaixo:

Tabela 11. Sente que está a adquirir as competências necessárias?

Categoria	Frequência	Percentagem
Totalmente	7	53,8
Em grande parte	4	30,7
Parcialmente	2	15,3
Pouco	-	-
Nada	-	-
Total	13	100

Fonte: Organizado pela autora (2025)

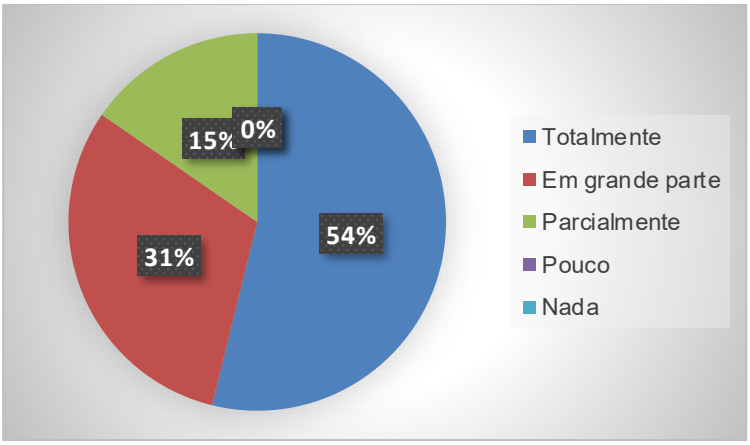
A tabela 11 apresenta a perceção de 13 formandos quanto à aquisição das competências necessárias durante o curso. No entanto, os dados mostram que 7 (53,8%) dos inquiridos afirmam acreditar que estão a adquirir totalmente as competências; na categoria "em grande parte", 4 (30,7%) dizem que estão a adquirir as aptidões em grande parte; e 2 (15,3%) dos inquiridos afirmam que adquirem as

competências apenas parcialmente. Por fim, nenhum formando respondeu "pouco" ou "nada".

Em suma, a maioria significativa dos formandos (84,5%) sente que está a desenvolver as competências esperadas de forma total ou em grande parte. Isso indica uma avaliação positiva da medida em que o percurso formativo do currículo e da prática pedagógica dos formadores envolvidos contribui para o desenvolvimento dessas competências.

Entretanto, os 15,3% que percebem o desenvolvimento das competências apenas de forma parcial sugerem a necessidade de melhorias em alguns aspetos — como uma metodologia mais aplicada ou apoio pedagógico individualizado.

Gráfico 11: Aquisição de competências necessárias



De acordo com os entrevistados, a instituição oferece formação técnica e profissional com base em programas pedagógicos específicos e, quanto ao tempo, disponibiliza o curso de formação profissional de auxiliar de educação. Como podemos verificar nos depoimentos abaixo:

"*Focada na formação profissional de técnicos da ação social e assegura a formação de técnicos voltados para a infância e idosos." (Entrevistado nº 1: F, 50)*

"Eee! Ela está ligada somente à promoção e formação profissional de técnicos na área social, principalmente para dar respostas às políticas do executivo sobre a empregabilidade e o empreendedorismo." (Entrevistado nº 3: M, 45)

"Os programas pedagógicos para profissionais deste ramo remetem aos anos de 1990 a 1992" (Entrevistado nº 2: F, 37)

Essa abordagem está alinhada com a conceção de educação técnico-profissional como impulsionadora de inclusão e desenvolvimento, defendida por Frigotto (2006), que afirma:

"*A educação profissional deve articular a formação técnica com a formação humana e crítica, tendo em vista a transformação social" (p. 74).*

Ainda em relação à procura pelo curso de formação profissional de auxiliar de educação ao longo dos anos, os entrevistados afirmaram:

"Eu acho que há muita procura do curso; nós recebemos praticamente todos os anos formandos" (Entrevistado nº 4: F, 33)

"Tem sido registadas, a nível do país, perspetivas de desenvolvimento da educação pré-escolar" (Entrevistado nº 1: F, 50)

Como podemos verificar nos depoimentos dos entrevistados, a instituição tem registado uma procura significativa por parte dos cidadãos que pretendem aumentar seus conhecimentos. Também é importante destacar que, segundo os entrevistados, essa procura ocorre em todo o país.

4.7. Obstáculos à aprendizagem dos formandos

Durante a investigação, procurou-se identificar os fatores do insucesso e os obstáculos que interferem na aprendizagem dos formandos, tal como se pode observar nos quadros e gráficos abaixo:

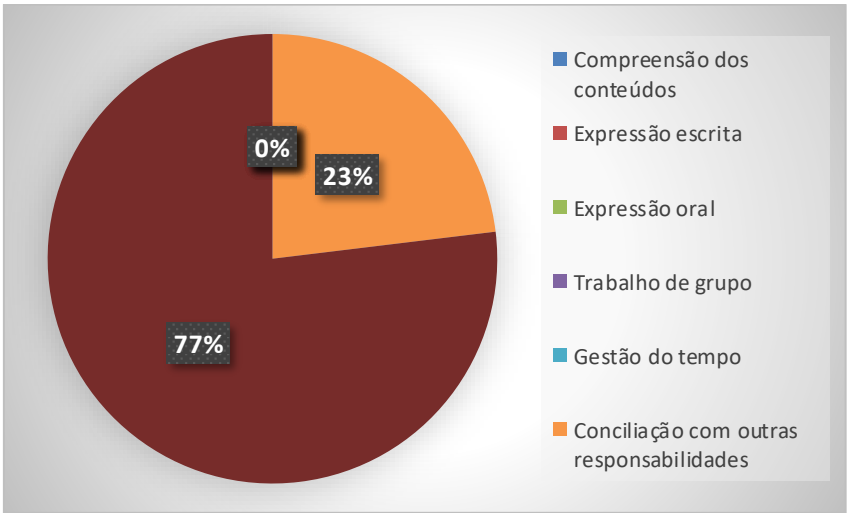
Tabela 12. Principais dificuldades que enfrenta no curso

Categoria	Número	Percentagem
Compreensão dos conteúdos	-	-
Expressão escrita	-	-
Expressão oral	-	-
Trabalho de grupo	-	-
Gestão do tempo	-	-
Conciliação com outras responsabilidades	3	23
Questões financeiras	10	76,9
Problemas de transporte	-	-
Relacionamento com colegas	-	-
Relacionamento com formadores	-	-
Falta de material de estudo	-	-
Outro	-	-
Total	13	100

Fonte: Organizado pela autora (2025)

Os dados da tabela 12 mostram que, entre os 13 inquiridos, 76,9% apontam as questões financeiras como a principal dificuldade, e 23% dos inquiridos têm enfrentado problemas para conciliar o curso com outras responsabilidades. Nenhum dos inquiridos relatou dificuldades relacionadas com a compreensão dos conteúdos, expressão oral ou escrita, trabalho em grupo, gestão do tempo, transporte, relacionamento interpessoal ou falta de material de estudo. O maior obstáculo identificado é de natureza socioeconómica, refletindo a dificuldade de muitos formandos em custear os encargos relacionados com o ensino.

Gráfico 12: Principais dificuldades que enfrenta no curso



Com base nas respostas apresentadas pelos entrevistados, segue uma análise e interpretação dos depoimentos dos formandos. Foi colocada uma questão sobre os principais fatores que contribuem para o insucesso dos formandos neste curso, e os entrevistados identificaram vários obstáculos à aprendizagem, tais como “baixo nível de escolaridade”, “dificuldade financeira” (E, 1), “problemas sociais” (E, 3), “falta de materiais de ensino” (E, 2) e o facto de que “muitos já não estudam há muito tempo” (E, 4).

Esses fatores confirmam a influência das condições socioeconómicas e contextuais no desempenho escolar. De acordo com Bourdieu e Passeron (2023), o sucesso educativo está profundamente relacionado com o capital cultural e económico do estudante, pois as desigualdades sociais refletem-se nas oportunidades de aprendizagem.

Por outro lado, Freire (1996) reforça que a aprendizagem não ocorre apenas pela transmissão de conteúdos, mas requer condições de dignidade e equidade, nas quais o educando se reconhece como sujeito ativo do processo educativo. Assim, as dificuldades relatadas pelos entrevistados apontam para a necessidade de políticas institucionais de apoio pedagógico e social que mitiguem os efeitos da desigualdade e promovam a inclusão.

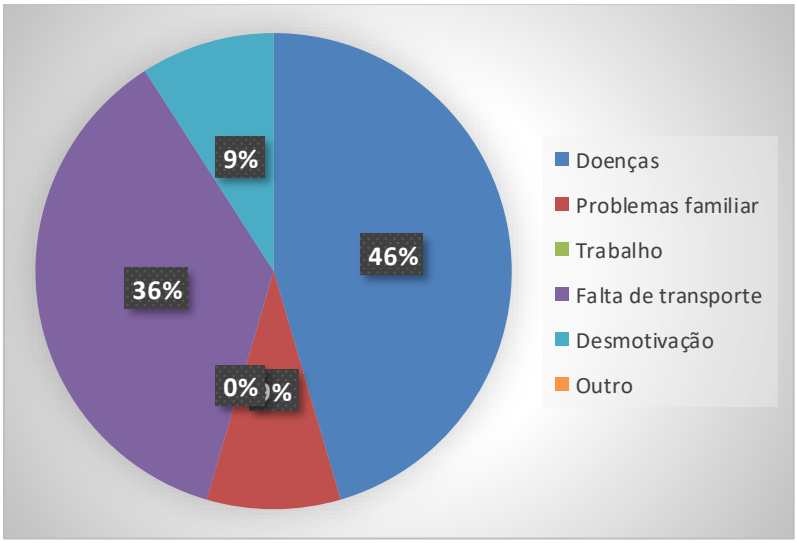
Tabela 13. Principais motivos de faltas

Categoria	Frequência	Percentagem
Doença	5	38,4
Problemas familiares	1	7,6
Trabalho	-	-
Falta de transporte	4	30,7
Desmotivação	1	7,6
Outro	-	-
Total	13	100

Fonte: Organizado pela autora (2025)

A tabela 13 apresenta a frequência dos motivos que levam os inquiridos a faltar às aulas. Entre os 13 formandos inquiridos, 5 (38,4%) indicam que têm faltado por motivo de doença; na categoria “falta de transporte”, 4 (30,7%) afirmam faltar devido à inexistência de transporte; 1 (7,6%) dos inquiridos considera que tem faltado por razões familiares; e 1 (7,6%) indicou faltar por se sentir desmotivado. Finalmente, nenhum formando indicou o trabalho como motivo de falta.

Gráfico 13: Principais motivos de faltas



Quanto às dificuldades específicas mais observadas, os entrevistados mencionaram principalmente problemas de compreensão e expressão escrita, além de fragilidade na preparação académica prévia. Como nos afirma os entrevistados:

Compreensão e escrita (E, 3).

Expressão e escrita (E, 2).

Tais dificuldades são típicas de contextos onde o nível de literacia é desigual. Segundo Vygotsky (1994), o desenvolvimento cognitivo ocorre na interação social e requer mediação e estímulo linguístico adequados, sendo a linguagem o instrumento principal do pensamento.

Ainda para dizer que, a falta de domínio da expressão e da escrita limita a capacidade do formando de organizar e comunicar o conhecimento, prejudicando assim o seu desempenho. Assim, cabe à instituição promover estratégias de reforço linguístico e metodologias participativas que fortaleçam a compreensão e expressão crítica dos formandos.

Os entrevistados reconhecem que fatores como situação financeira, responsabilidades familiares e transporte influenciam diretamente o desempenho dos formandos, podendo contribuir tanto para o sucesso quanto para o insucesso (Entrevistado 1). Essa constatação está em conformidade com Bronfenbrenner (1996), que, na sua teoria ecológica do desenvolvimento, defende que o comportamento humano é moldado pela interação entre o indivíduo e os sistemas sociais que o cercam.

Em relação ao Impacto dos fatores socioeconómicos e desafios Institucionais. o entrevistado 1 observa que os “formadores formados no ramo são a melhor opção para cursos dessa natureza”, o que remete à importância da formação específica dos docentes. Como enfatiza Shulman (1986), o ensino eficaz requer o domínio do conhecimento pedagógico do conteúdo, que é a integração entre o saber teórico da disciplina e o saber ensinar. A presença de docentes qualificados e experientes é, portanto, um elemento crucial para garantir a qualidade da formação técnica.

Em suma, referir que os depoimentos analisados revelam que os formandos do curso de auxiliares de educação da ENFOTSS apresentam conhecimentos prévios básicos, motivação diversificada e desafios significativos de ordem socioeconómica e cognitiva. A experiência dos formadores mostra que o sucesso depende tanto de fatores

internos, (motivação, foco e compromisso) e quanto de fatores externos (apoio institucional, condições materiais e contexto social).

Portanto, a articulação entre teoria e prática, defendida por autores como Tardif (2014) e Freire (1996), continua a ser essencial para a formação integral e crítica dos futuros profissionais da educação.

4.8. Estratégias de como evitar o insucesso

A questão apresentada aos entrevistados foi "O que mudaria no curso para o tornar mais adequado às vossas necessidades?", é importante dizer que nos permitiu identificar perceções diversas sobre a adequação curricular, as condições pedagógicas e o funcionamento do curso. As respostas revelam preocupações tanto estruturais e administrativas quanto metodológicas e pedagógicas, refletindo a necessidade de um ensino mais contextualizado e responsivo às realidades dos formandos.

O entrevistado n.º 2 sugeriu que deve haver a "maior flexibilidade na aquisição e obrigatoriedade do uso e compra das batas", e enquanto o entrevistado n.º 3 destacou que "alguns materiais podiam ser disponibilizados pelo centro, como materiais reutilizáveis".

É importante dizer que, esses depoimentos apontam para dificuldades de natureza material e econômica, evidenciando que o processo formativo ainda depende fortemente dos recursos individuais dos formandos.

De acordo com Bourdieu (1986), as desigualdades de capital econômico e cultural afetam diretamente as oportunidades educacionais. Quando os estudantes não possuem condições financeiras adequadas, o acesso pleno ao currículo é comprometido. Assim, de acordo com Santos (2010), políticas institucionais que garantam apoio material e redução de custos tornam-se fundamentais para a equidade educacional.

Portanto, com esses depoimentos evidenciam, portanto, a necessidade de uma gestão pedagógica sensível às condições socioeconómicas, reforçando a importância de programas de apoio financeiro, bolsas e fornecimento de materiais didáticos acessíveis.

Em relação a estrutura e duração do curso, os entrevistados n.º 4 e n.º 7 manifestaram preocupações relacionadas ao tempo de formação e à organização das aulas. O primeiro afirmou que "embora seja necessário, mais gostaria que revissem a

questão do tempo da formação, a redução", enquanto o segundo sugeriu que "o que mudaria é o tempo da aula de planificação e trocar os conteúdos antes da planificação".

Essas observações indicam um questionamento sobre a estrutura curricular e a sequência lógica das disciplinas, apontando para a necessidade de revisão do planeamento temporal e metodológico do curso.

De acordo com Libâneo (2013), a organização curricular deve ser flexível e coerente com as necessidades reais dos alunos, permitindo um equilíbrio entre tempo de aprendizagem, carga horária e relevância dos conteúdos.

Ainda para Perrenoud (1999) também destaca que o ensino deve basear-se em competências progressivas, em que a sequência didática favoreça a compreensão e aplicação dos saberes de forma contextualizada.

Assim, as falas dos entrevistados reforçam que a adequação curricular não depende apenas da quantidade de tempo, mas da forma como ele é planeado e utilizado para promover uma aprendizagem significativa.

No que diz respeito a qualidade e enriquecimento dos conteúdos. Em relação a isso, o entrevistado n.º 8 defendeu que "seria bom se enriquecessem mais os conteúdos dos módulos e acrescentassem mais tempo para explicarem mais os conteúdos".

Dentro dessa fala evidencia a perceção de que o curso carece de profundidade e clareza na abordagem dos conteúdos, indicando uma necessidade de melhoria na qualidade pedagógica e metodológica. Segundo Tardif (2002), a qualidade da formação docente depende de um equilíbrio entre saberes teóricos, práticos e experienciais, sendo fundamental que os conteúdos sejam trabalhados de modo aprofundado e contextualizado.

Essa visão é corroborada por Freire (1996), ao afirmar que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para que o educando construa o saber de forma crítica e reflexiva.

Portanto, o depoimento do entrevistado n.º 8 destaca a importância de um currículo mais rico, articulado e formativo, no qual o tempo e o conteúdo estejam em equilíbrio pedagógico.

4.8.1. Estratégias pedagógicas e metodológicas

Vamos neste item descrever e analisar as estratégias pedagógicas e metodológicas, em função dos participantes do estudo. Tal como se pode verificar no quadro e gráfico abaixo:

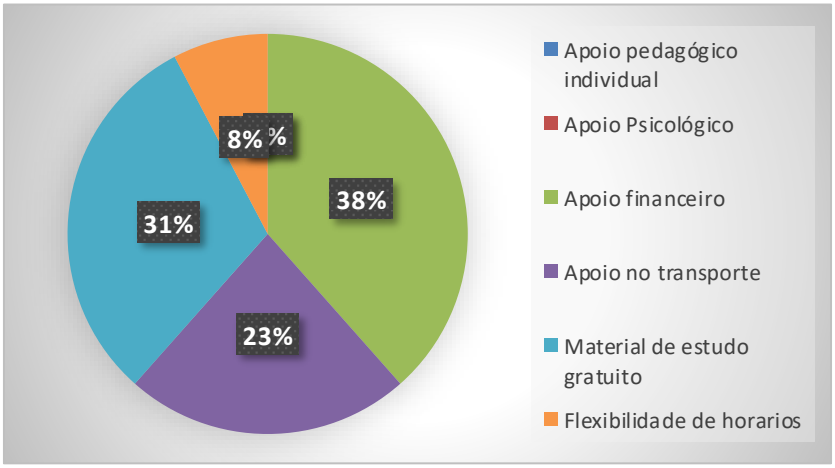
Tabela 14. Tipo de apoio adicional

Categoria	Número	Percentagem
Apoio pedagógico individual	-	-
Apoio psicológico	-	-
Apoio financeiro	5	38,4
Apoio no transporte	3	23
Material de estudo gratuito	4	30,7
Flexibilidade de horários	1	7,6
Outro	-	-
Total	13	100

Fonte: Organizado pela autora (2025)

Ao questionarmos os participantes sobre suas opiniões em relação os tipos de apoio adicional que gostaria de receber, observa-se que os resultados oscilam, entre sujeito da nossa investigação, 0 (0%) respondeu apoio pedagógico individual e ninguém respondeu apoio psicológico, 1 (7,6%) respondeu flexibilidade de horários, 3 (23%) responderam tem recebido apoio no transporte, 4 (30,7%) responderam material de estudo gratuito e 5 (38,4%) responderam tem recebido apoio financeiro. Se 38, 4% representa a maioria em termos de respostas sendo apoio financeiro e 30,7% respondeu ser material de estudo gratuito, podemos inferir que o formando da Escola Nacional tem recebido apoios.

Gráfico 14: Tipo de apoio adicional



De acordo com o entrevistado nº 8 destacou o uso de “métodos estratégicos como paciência e mandarem mais trabalhos de investigação científica”.

Essa resposta demonstra uma visão formativa centrada na prática e no desenvolvimento da pesquisa, em que o formando é incentivado a exercitar a investigação como forma de aprimorar o raciocínio crítico e a autonomia.

Segundo Perrenoud (1999), o desenvolvimento de competências exige metodologias ativas, que estimulem a reflexão, a experimentação e a autonomia do estudante.

Assim, o depoimento do entrevistado nº 8 vai ao encontro da ideia de que o formador deve atuar como mediador do conhecimento, oferecendo oportunidades de pesquisa e apoiando o formando com paciência e acompanhamento contínuo.

Conforme Libâneo (2013), “o professor deve adotar estratégias que favoreçam a aprendizagem significativa, considerando o ritmo e as particularidades de cada aluno” (p. 48).

Portanto, a fala desse entrevistado reflete uma abordagem pedagógica humanista e investigativa, em que a paciência e o estímulo à pesquisa são vistos como meios de superação das dificuldades.

Em relação ao apoio financeiro e condições materiais, os entrevistados nº 2 e nº 5 apontaram estratégias ligadas à atribuição de bolsas de estudo, apoio financeiro e transporte.

Essas respostas revelam uma compreensão ampliada do processo educativo, que reconhece as condições socioeconômicas como fatores determinantes para o sucesso acadêmico.

Para Bourdieu (1983), o desempenho escolar é fortemente condicionado pelo capital econômico e cultural dos estudantes, sendo que a desigualdade de acesso a recursos impacta diretamente o sucesso formativo.

Dessa forma, a preocupação dos entrevistados com apoios financeiros e logísticos demonstra a perceção de que a aprendizagem não ocorre isoladamente do contexto social. Segundo Freire (1996), a educação deve ser um ato de inclusão e emancipação, o que exige que as instituições garantam condições de equidade e justiça social aos aprendizes.

No que diz respeito as parcerias institucionais e experiências práticas. O entrevistado nº 3 sugeriu a criação de convénios com centros infantis próximos das localidades dos formandos, principalmente para o estágio de A.A.E. (Auxiliares de Ação Educativa). Essa resposta revela uma preocupação com a articulação entre teoria e prática, aspeto essencial na formação profissional.

De acordo com Schön (2000), o aprendizado é mais efetivo quando o estudante tem oportunidade de refletir sobre a prática e aprender na ação, num processo contínuo de experiência e reflexão. Assim, estabelecer parcerias com instituições locais é uma estratégia pedagógica e administrativa eficaz, pois permite a integração dos formandos no contexto real de trabalho, promovendo a aprendizagem contextualizada e significativa.

Um outro elemento importante que foi dita tem a ver com a relação do apoio emocional e acompanhamento individual. Em relação a isso, o entrevistado nº 4 salientou a importância de prestar mais atenção aos formandos e dar-lhes força, especialmente quando enfrentam dificuldades nas aulas.

Essa resposta enfatiza o apoio emocional e motivacional, reconhecendo o papel do educador como agente de suporte psicológico e não apenas transmissor de conteúdos. Como destaca Rogers (1973), a aprendizagem significativa ocorre num ambiente de aceitação, empatia e confiança, em que o educador valoriza o potencial do aprendiz e o encoraja a superar suas limitações.

Dessa forma, o depoimento revela a relevância das competências socio emocionais na prática docente e o valor de uma relação pedagógica humanizada, conforme também defendem Libâneo (2013) e Freire (1996).

De modo geral, os depoimentos indicam que os entrevistados reconhecem quatro eixos fundamentais de apoio aos formandos com dificuldades: (1) apoio pedagógico personalizado; (2) apoio financeiro e institucional; (3) Integração teoria – prática através de parcerias e (4) apoio emocional e acompanhamento contínuo.

4.9. Medidas e estratégias de mitigação dos obstáculos à aprendizagem

Os dados desta investigação sugerem que no centro de formação em causa não se observa insucesso da parte dos formandos, porém existem um conjunto de dificuldades enfrentados por eles ao longo da formação. É com base nisso que se desenvolveu a estratégia que se segue. Entre as dificuldades apontadas pelos

formandos são a falta de transporte, dificuldades de ordem financeira e a dificuldade de aquisição de certos materiais que a instituição não dispõe ao longo das aulas. Para esta estratégia entende-se trabalhar com duas três dimensões:

Dimensões	Principais ações
Participação dos pais e encarregados de educação	Cadastramentos dos pais e encarregados de educação
	Criação de grupos nas redes sociais WhatsApp e Facebook.
	Palestras e Workshops sobre a importância da participação dos pais e encarregados de educação na formação
Transporte para os formandos e formadores	Parcerias com instituições públicas e privadas para a aquisição de viaturas
Materiais didáticos para os formandos	Parcerias com instituições públicas e privadas que produzem os recursos necessários para as formações

Apresentamos acima três dimensões a serem trabalhadas para mitigar as dificuldades que os formandos enfrentam para propiciar cada vez mais o sucesso nas diversas ações formativas. A primeira dimensão é de facto relacionada com a participação dos pais e encarregados de educação. Na realidade angolana, os pais encarregados de educação dificilmente participam no processo de ensino e aprendizagem dos filhos nas escolas académicas, quanto nos centros de formação onde os filhos frequentam formações básicas. Está provado que o processo de ensino e aprendizagem não se realiza de forma unilateral. A presença dos pais e encarregados de educação e outros intervenientes é fundamental, pois um complementa o outro. Para esta estratégia e nesta dimensão, para aumentar o grau de participação dos pais encarregados de educação, desenvolver-se-á três principais ações, nomeadamente:

- Cadastramentos dos pais e encarregados de educação;
- Criação de grupos nas redes sociais WhatsApp e Facebook;
- Palestras e Workshops sobre a importância da participação dos pais e encarregados de educação na formação

Em relação a primeira ação, no ato da realização da matrícula deverá se fazer o cadastramentos dos pais encarregados de educação, consiste em registar o nome, zona que reside, a profissão, o contacto telefónico. Este processo permitirá ter o controlo não somente dos formandos, mas também dos seus pais e encarregados de educação.

A segunda ação, tal como a primeira, também é importante uma vez que consiste na criação de grupos nas redes sociais. É uma das formas que o centro terá para aproximar mais os pais encarregados educação à instituição. Existem pais que

alegam a falta de tempo de ir às escolas onde os filhos frequentam às aulas, a interação a partir do mundo digital pode ser uma das formas de saída.

A terceira ação também não deixa de ser de extrema importância. Há pais e encarregados de educação que não participam no processo de ensino e aprendizagem por não saber o quão é importante a sua colaboração neste processo. Deste modo, as palestras e workshops organizados pelo centro de formação serão fundamentais para ajudar os pais a entender a importância da sua colaboração no processo de ensino e aprendizagem dos filhos.

Relativamente a dimensão de transporte, vale dizer que ao longo do trabalho de campo, percebeu-se que existem muitos formandos que percorrem longas distâncias para chegar à Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS). E isso constitui um dos grandes obstáculos para os formandos. As dificuldades financeiras que enfrentam os dificulta chagar todos os dias, por falta de valores para a tarifa de táxi. Diante desta realidade, nesta estratégia, para a aquisição de transporte pretende-se fazer pareceria com as empresas de transporte públicas e privadas, a fim de providenciar viaturas à Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS) para facilitar a locomoção dos não somente dos formandos, mas também dos formadores e funcionários. Este processo obedeceria as seguintes fases:

- Identificação das empresas de transportes públicas e privadas;
- Elaborar as cartas formais para solicitação de viaturas;
- Audiências com os responsáveis das empresas.

A última dimensão também é fundamental. É impossível um ensino e aprendizagem de qualidade sem a utilização de meios que facilitem o processo. A Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS) dispõe muitos materiais, mas também tem a suas limitações, por isso é que nalgumas vezes os estudantes são obrigados a levar certos materiais. Diante disso, para o apetrechamento da escola, pretende-se fazer parceria com empresas que produzem tais materiais, para a parceria obedecer-se-á as seguintes fases:

- Identificação das empresas que produzem os materiais;
- Elaborar as cartas formais para solicitação de materiais;
- Audiências com os responsáveis das empresas.

Conclusão

O centro da abordagem nesta dissertação ora apresentada girou à volta de uma problemática atual no sistema de formação profissional angolano: o insucesso dos formandos. Ao longo deste estudo, constatou-se que o insucesso é um fenómeno vasto na realidade angolano. Este é notório nos subsistemas pré-escolar, primário e secundário. Assim sendo, para que fossem possível operacionalização a investigação, tornou-se necessária a discussão do insucesso escolar dos formandos no curso de formação profissional de auxiliares de educação, especialmente na Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS).

No presente estudo, recorremos aos conceitos de insucesso, baseando-nos nas diferentes perspetivas de análise. O termo "insucesso escolar" pode ser entendido como um fenómeno que ultrapassa a simples dificuldade de aprendizagem. Trata-se, portanto, de uma construção social e histórica que envolve múltiplos fatores, nomeadamente: fatores pedagógicos, psicológicos, políticos e estruturais. Em Angola, marcada por um passado colonial, guerra civil e desigualdades persistentes, a compreensão deste fenómeno exige uma análise profunda e multifacetada.

O presente estudo realizou-se na Escola Nacional de Formação Profissional de Técnicos do Serviço Social, na cidade Luanda (ENFOTSS). Após a apresentação dos objetivos do estudo e da pergunta de partida, iniciou-se o enquadramento político e socioeconómico de Angola. Procedeu-se desse modo porque, antes de se abordarem as questões que constituem o fundo da investigação, havia a necessidade de espelhar a realidade de Angola — país onde foi desenvolvido o estudo — em termos políticos e económicos.

Angola tem uma superfície de 1 247 000 km², com uma extensão total de 6487 km de fronteiras: 4837 km por via terrestre e 1650 km de fronteira marítima, contando atualmente com 21 províncias. A estimativa populacional ronda os 30 milhões de habitantes, composta principalmente por etnias bantu.

É de salientar que, depois de se ter feito a caracterização económica e social, passou-se imediatamente a discutir os fatores e as consequências do insucesso escolar, fruto da revisão bibliográfica realizada durante o estudo. Percebeu-se que, segundo os autores, não existe um conceito devidamente acabado de insucesso escolar. O insucesso escolar é um problema social que se reveste de diferentes formas, dependendo da cultura e da situação social e económica dos intervenientes. Neste

estudo, considerou-se como insucesso escolar o baixo nível de escolaridade, questões financeiras, falta de transporte, atrasos dos formandos e a ausência de materiais de ensino de escrita por parte destes.

Tanto o insucesso quanto o sucesso foram considerados, e a inexistência de uma unidade semântica na definição de insucesso escolar levou Benavente (1990) a reunir vários termos para esta designação, nomeadamente: reprovações, atrasos, repetência, abandono, desperdício, desadaptação, desinteresse, desmotivação, alienação e fracasso. O autor salientou também o uso das expressões "mau aproveitamento" e "mau rendimento escolar".

Em relação à formação profissional como elemento de inclusão de jovens, é de lembrar que, no que diz respeito à formação profissional em Angola, esta tem-se afirmado como uma estratégia essencial para a inclusão socioprofissional dos jovens, principalmente em contextos marcados por elevados índices de desemprego juvenil e exclusão social. Ainda, é de realçar que esta modalidade de ensino, ao articular conhecimentos teóricos com competências práticas, visa responder às exigências do mercado de trabalho e às necessidades específicas dos jovens marginalizados.

Ao longo do trabalho, tendo em atenção a problemática a ser aprofundada e a natureza quantitativa e qualitativa do estudo, procurou-se definir um conjunto de objetivos e a questão de partida, permitindo analisar variáveis e indicadores que possibilitaram analisar detalhadamente o objeto do estudo desta investigação, nomeadamente os principais fatores que contribuem para o insucesso dos formandos no curso de formação profissional de auxiliares de educação em Angola.

Partindo dos dados recolhidos no campo da investigação e das questões de investigação levantadas, considera-se que a análise e o entendimento do insucesso dos formandos na ENFOTSS, em Angola, devem agrupar-se a um leque variado de indicadores quantitativos (nível de escolarização baixo, dificuldades financeiras, falta de materiais ou meios de ensino, entre outros), com efeito significativo na eficácia do Sistema Educativo. Porém, sem negligenciar a importância e a complexidade das variáveis estatísticas escolares de formação, é de salientar que as variáveis socioeconómicas têm grande impacto no rendimento dos formandos.

Ao longo desta dissertação, referiu-se que o insucesso escolar em Angola, nos dias de hoje, tem merecido atenção por parte dos investigadores da área da educação. Testemunha disso é a existência de estudos sobre esta temática na realidade angolana, embora ainda escassos nos centros de formação técnico-profissional. Estes estudos

apontam que, em Angola, o fenómeno do insucesso escolar tem uma variedade de fatores. Estes relacionam-se com dificuldades de assimilação de conteúdos escolares, avaliações incorretas, questões familiares (como o divórcio), dificuldades financeiras, longos períodos sem estudar, gravidez precoce e uso de álcool e outras drogas.

Em relação à ENFOTSS, concluiu-se que, nesta instituição, o insucesso escolar não deixa de ser um problema; porém, o que se evidencia é que a instituição regista mais casos de sucesso do que de insucesso. Outro elemento a destacar é que parte dos formandos inquiridos afirmaram estar motivados em enfrentar o curso, não pensar em desistir, sentir simpatia e profissionalismo por parte dos formadores, além de apoio dos pais. Com base nisso, chegou-se à ilação de que o insucesso escolar nesta instituição não constitui uma grande preocupação, havendo maior prevalência de sucesso da parte dos formandos. Há necessidade de providenciar estratégias para continuar a cativar os formandos na instituição, com vista à sua inserção no mercado de trabalho.

Entre as principais razões que estão na base do insucesso ou sucesso nesta instituição de formação técnico-profissional, podem destacar-se os problemas financeiros, a falta de transporte, o baixo nível de escolaridade e outros fatores.

Tendo em conta o exposto acima, conclui-se que os objetivos da dissertação foram concretizados. Realizou-se uma incursão que permitiu compreender o fenómeno do insucesso e do sucesso escolar na escola de formação técnico-profissional em Angola, a partir considerando as causas, consequências e teorias explicativas. Como se referiu, existem múltiplos fatores e consequências associados ao insucesso e ao sucesso escolar.

Referências Bibliográficas

Adolfo, M. (2005a). *Angola: Ensaio de uma trajetória do colonialismo ao socialismo real.* Colibri.

Adolfo, M. (2005b). *Educação e luta política em Angola.* Colibri.

Alkire, S., & Foster, J. (2011). Contagem e medição multidimensional da pobreza. *Revista de Economia Pública*, 95(7-8), 476-478.

Almeida, L. S. (2007). Transição, adaptação académica e êxito escolar no ensino superior. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, 15(2), 203-215. http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/7078/1/RGP_15-14_Cong.pdf

Alvino-Borba, A., & Mata-Lima, H. (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: Um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*, 219-240.

Ausubel, D. P. (1982). *A aprendizagem significativa: A teoria de David Ausubel.* Moraes.

Avanzini, G. (2004). *O insucesso escolar* (6ª ed.). Loyola.

Avanzini, G. (s.d.). *O insucesso escolar.* Editorial Pórtico.

Azevedo, V. A. (2016). *Fatores de sucesso e insucesso escolar: Um estudo numa escola pública do Concelho de Câmara de Lobos* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. https://respositoria.ulisboa.pt

Barroso, J. (2005). *A escola e a política: O discurso da autonomia.* Edições Afrontamento.

Benavente, A. (1976). *A escola na sociedade de classes.* Livros Horizonte.

Benavente, A. (1990). *Insucesso escolar no contexto português: Abordagens, concepções e políticas* (n.º 1). Cadernos de Pesquisa e de Intervenção, pp. 1-40.

Bonguela, J. M. (2017). *Desafios do ensino superior em Angola: Perspetivas e estratégias de desenvolvimento.* Edições Caxinde.

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1975). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino.* Vega.

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (2023). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino.* Vozes.

Bourdieu, P. (1983). *O poder simbólico.* Bertrand Brasil.

Bresser-Pereira, L. C. (2009). *Cidadania e república: A emergência dos direitos republicanos.* FGV Editora.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano.* Artes Médicas.

Caetano, L. M. (Org.). (2012). *A escola contemporânea e os novos desafios educativos.* Pia Sociedade Filhas de São Paulo.

Carvalho, P. (2008). *Exclusão social em Angola: O caso dos deficientes físicos de Luanda.* Kilombelombe.

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: Uma crónica do salário.* Vozes.

Charlot, B. (2000). *Da relação com o saber: Elementos para uma teoria.* Artmed.

Charlot, B. (2001). *Os jovens e o saber: Perspetivas sociológicas sobre a relação com o saber na escola.* Artmed.

Chivela, D. L. (2022). *Insucesso escolar no ensino primário em Angola: Causas e implicações para a política educativa* [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona]. Repositório da Universidade Lusófona. https://research.ulusofona.pt

Cláudio, A. N. (2011). *Currículo de educação pré-escolar* (2ª ed.). INIDE.

Coll, C., Palacios, J., & Marchesi, A. (1995). *Desenvolvimento psicológico e educação: Necessidades educativas especiais e intervenção psicopedagógica.* Artmed.

Costa, A. B. da. (2008). *Um olhar sobre a pobreza: Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo.* Gradiva.

Costa, J. A., & Melo, A. S. (1989). *Dicionário da língua portuguesa* (6ª ed.). Porto Editora.

Costa, M. I. S., & Ianni, A. M. Z. (2018). *Individualização e inclusão na sociedade contemporânea: Uma análise teórica.* UFABC. www.books.scielo.org.com

Da Rosa, B. M. M. (2013). *Causas de insucesso escolar: Comparação entre a realidade açoriana e continental* [Dissertação, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro].

Dalfovo, M. S., & Lana, R. A. (2008). Métodos qualitativos e quantitativos: Um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 1-13.

Dessen, M. A., & Polonia, A. C. (2007). *A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.* Cortez.

Dias, M. M., & Oliveira, P. L. (2020). *Juventude, trabalho e políticas públicas: Desafios da inclusão produtiva.* Cortez.

Dubet, F., & Martuccelli, D. (1996). *A escola e a experiência dos alunos.* Vozes.

Dubet, F. (2004). *O que é uma escola justa?* Instituto Piaget.

Ferreira, A. P. (2011). *A educação em Angola: Entre heranças coloniais e desafios contemporâneos.* Colibri.

Ferreira, N. S. C. (2008). *Fracasso escolar: Um olhar psicopedagógico.* Cortez.

Fonseca, V. (2004). *Dificuldades de aprendizagem: Abordagem neuropsicológica e psicopedagógica ao insucesso escolar.* Âncora Editora.

Fontinha, R. (s.d.). *Novo dicionário etimológico da língua portuguesa.* Porto Editora.

Formosinho, J. (1991). A igualdade em educação. In E. Lemos Pires, A. Sousa Fernandes, & J. Formosinho, A construção social da educação escolar (pp. 169–185). Edições ASA.

Freire, P. (1975). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos.* Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.* Paz e Terra.

Freitas, L. C. de. (2002). *A reinvenção do fracasso escolar: Reflexões sobre a construção das desigualdades.* Cortez.

Freitas, L. C. de. (2014). *Educação e trabalho: Contribuição para políticas de inclusão juvenil.* Líber Livro.

Gil, C. H. (2004). Fracasso escolar: Uma perspetiva multicultural. In J. M. Puig Rovira, *Educação em valores e fracasso escolar* (pp. 82-90). Artmed.

Gohn, M. G. (2010). *Educação não formal, participação da sociedade civil e inclusão social.* Cortez.

Gottardo, E. C. (2006). Fracasso escolar: Família x escola. *Revista Eletrónica Ágora*, 1(2), 52-57. http://www.ceedo.com.br/agora/agora2/edelarfracassoescolar.pdf

Huberman, M. (1992). O ciclo de vida profissional dos professores. In A. Nóvoa (Org.), *Vidas de professores* (pp. 31-61). Porto Editora.

INE – Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Anuário de estatísticas.* INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Inquérito de indicadores múltiplos.* INE.

Jacinto, A. (1982a). *Educar é libertar: Discursos sobre cultura e ensino em Angola.* Instituto Nacional do Livro e do Disco.

Jacinto, A. (1982b). *Poemas.* União dos Escritores Angolanos.

Jacinto, A. (1989). *A escola do povo.* União dos Escritores Angolanos.

Kripka, R. L., Scheller, M., & Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa documental: Considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. *Investigação Qualitativa em Educação*, 243-247.

Libâneo, J. C. (2013a). *Didática* (2ª ed.). Cortez.

Libâneo, J. C. (2013b). *Organização e gestão da escola: Teoria e prática.* Cortez.

Lima, M. A., Almeida, M. C., & Lima, C. C. (1999). A utilização da observação participante e da entrevista semiestruturada na pesquisa em enfermagem. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 20, 130-142.

Machado, J. P. (1977). *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (3ª ed.). Livros Horizonte.

Manzini, E. J. (2009). Entrevista semiestruturada: Análise de objetivos e de roteiro. *Revista Anais*, 1-20.

MAPTSS – Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. (2014). *Política nacional de formação profissional.* MAPTSS.

MAPTSS – Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. (2018). *Plano nacional de desenvolvimento 2018-2022.* Governo de Angola.

Marcelo, G. C. (2009). *Formação de professores: Para uma mudança educativa.* Porto Editora.

Marchesi, A., & Pérez, J. (2004). *Desenvolvimento psicológico e educação: Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.* Artmed.

Marchesi, A., et al. (1995). *Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais.* Artes Médicas.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2008). *Metodologia científica.* Atlas.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2009). *Fundamentos de metodologia científica.* Atlas.

Maslow, A. H. (1954). *Motivação e personalidade.* Vozes.

Millers, J. C. (1985). *A história de Angola.* Edição 70.

MINED – Ministério da Educação. (2020). *Relatório anual do setor da educação.* MINED.

Moran, J. M. (2015). *Metodologias ativas para uma aprendizagem mais significativa.* Artmed.

Nóvoa, A. (1995). *Os professores e a sua formação.* Dom Quixote.

Nsiangengo, P., & Emanuel, V. G. (2013). *Currículo do ensino primário e desafios da monodocência.* Moderna.

Ntoni-Nzainga, D. (1992). *Educação, cultura e desenvolvimento em Angola.* INIDE.

Oliveira, M. D. R., & Araújo, J. S. (2018). A importância da participação da família na vida escolar. *Revista Educação em Foco*, 145-162.

Paro, V. H. (2015). *Educação, escola e sociedade.* Cortez.

Paulo, M. J. (2022). *Educação para o sucesso escolar.* Angola.

Pereira, C. J. A. (2010). *Insucesso escolar: Causas e consequências no contexto do Agrupamento de Ourique (período 1999/2000 a 2007/2008)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. https://dspace.uevora.pt

Perrenoud, P. (1995). *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspetivas sociológicas.* Porto Editora.

Perrenoud, P. (1999). *Construir as competências desde a escola.* Artmed.

Pimenta, S. G. (2005). *Formação de professores: Identidade e saberes da docência.* Cortez.

PNUD. (2010). *Relatório sobre o desenvolvimento humano 2010: A verdadeira riqueza das nações – Caminhos para o desenvolvimento humano.* IDHC.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). Gradiva.

Rafael, P. M. A. (2011). *Insucesso escolar: Perceções de alunos, pais e professores – Um estudo de caso num agrupamento* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho].

Reis, C. F. (2022). *Formação profissional e juventude em Angola: Política e práticas.* Texto Editores.

Rogers, C. (1973). *Liberdade para aprender.* Inter Livros.

Santos, B. S. (2002). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência.* Cortez.

Santos, B. S. (2003). *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural.* Civilização Brasileira.

Santos, B. S. (2007). *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado.* Cortez.

Santos, B. S. (2010). *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política.* Cortez.

Santos, B. S., & Mateus, M. (2018). *Educação e transformação social: Experiências em Angola.* Almedina.

Santos, L. (2023). O insucesso escolar: Uma abordagem teórica sobre as causas no contexto angolano. *Revista Primeira Evolução*, 45, 45-51. https://primeiraevolução.com.br

Schön, D. (2000). *Educando o profissional reflexivo: Um novo design para o ensino e a aprendizagem.* Artmed.

Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como liberdade.* Companhia das Letras.

Shulman, L. S. (1986). Those who understand: Knowledge growth in teaching. *Educational Researcher*, 15(2), 4-14.

Sil, V. (2004). *Alunos em situação de insucesso escolar.* Instituto Piaget.

Soares, C. L. (2015). *Políticas educativas e qualidade do ensino em Angola.* ISCP.

Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional.* Vozes.

Topa, J. A., & Fita, E. C. (2004). *A motivação em sala de aula: O que é, como se faz* (6ª ed.). Loyola.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.* Atlas.

UNESCO. (2016). *Estratégia para o ensino e a formação técnica e profissional (EFTP) 2016-2021.* UNESCO.

UNICEF. (2019). *Situação da primeira infância em Angola.* UNICEF Angola.

Vygotsky, L. S. (1994). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.* Martins Fontes.

Zau, F. (2002). *Angola: Trilhos para o desenvolvimento.*

Legislação Angolana

Assembleia Nacional de Angola. (2010, 5 de fevereiro). *Constituição da República de Angola.* Diário da República, I Série, n.º 23.

Assembleia Nacional de Angola. (2016, 7 de outubro). Lei n.º 17/16, de 7 de outubro: Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. *Diário da República*, I Série, n.º 170.

Assembleia Nacional de Angola. (2016, 17 de outubro). Lei n.º 18/16, de 17 de outubro: Lei da Divisão Político-Administrativa. *Diário da República*, I Série, n.º 173.

Assembleia Nacional de Angola. (2020, 12 de agosto). Lei n.º 32/20, de 12 de agosto: Altera a Lei n.º 17/16, de 7 de outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. *Diário da República*, I Série.

Assembleia Nacional de Angola. (2024, 5 de setembro). Lei n.º 14/24, de 5 de setembro: Lei da Divisão Político-Administrativa. *Diário da República*, I Série, n.º 171.

ANEXOS

PROCEDIMENTOS E PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA ENTREVISTA

Duração e Estrutura da Entrevista

- **Duração estimada:** 30 a 45 minutos
- **Estrutura:** Organizada por temas para uma abordagem sistemática
- **Ambiente:** Informal e respeitoso - não existem respostas certas ou erradas

Gravação da Entrevista

Com o vosso consentimento, a entrevista será gravada para:

- Garantir precisão no registo das informações
- Permitir análise posterior mais detalhada
- Evitar perda de dados importantes
- **Nota:** A gravação será destruída após conclusão do estudo

PARA O DIRETOR DA INSTITUIÇÃO

Excelentíssimo Senhor Diretor. O meu nome é Carla Jafar e sou mestranda em Administração da Educação e Regulação Educativa. É com grande honra que me dirijo a V. Exa. no âmbito da minha dissertação de mestrado, um projeto que considero de extrema relevância para o panorama educativo angolano e, particularmente, para o futuro da ENFOTSS.

"Senhor Diretor, a vossa liderança e visão estratégica são fundamentais para o sucesso deste estudo. Aceita partilhar connosco a vossa valiosa perspetiva para ajudarmos a ENFOTSS a alcançar ainda maior excelência na formação profissional?"

Contextualização e Relevância do Estudo

Como líder desta prestigiada instituição, V. Exa. está certamente consciente da importância estratégica da formação profissional no desenvolvimento de Angola. A ENFOTSS, sob a

vossa liderança, tem desempenhado um papel fundamental na qualificação de auxiliares de educação, profissionais essenciais para o fortalecimento do sistema educativo nacional.

Reconhecemos que a gestão de uma instituição de formação apresenta desafios complexos, desde a gestão de recursos até à garantia da qualidade formativa. É neste contexto que o presente estudo se insere, procurando fornecer dados científicos que possam apoiar a tomada de decisões estratégicas e o aperfeiçoamento contínuo da instituição.

Apresentação do Tema e Objetivos

O presente estudo intitula-se **"Os Fatores do Insucesso dos Formandos do Curso de Formação Profissional de Auxiliar de Educação: Um Estudo na ENFOTSS"** e surge da necessidade de compreender, de forma científica e rigorosa, os múltiplos fatores que podem estar na origem das dificuldades experimentadas por alguns formandos.

Objetivos Principais:

- **Objetivo Geral:** Identificar e analisar os fatores que contribuem para o insucesso dos formandos no curso de formação profissional de auxiliares de educação na ENFOTSS.
- **Objetivos Específicos:**
  - Caracterizar o perfil socioeconómico e académico dos formandos ○ Identificar os principais obstáculos ao sucesso formativo ○ Analisar a

adequação das metodologias pedagógicas utilizadas ○ Avaliar a eficácia dos mecanismos de apoio existentes ○ Propor estratégias de melhoria baseadas em evidência científica

Importância da Vossa Perspetiva

Como Diretor, a vossa visão estratégica e conhecimento profundo dos desafios institucionais são inestimáveis para este estudo. A vossa perspetiva sobre:

- As políticas institucionais e sua implementação
- Os recursos disponíveis e as limitações enfrentadas
- As estratégias de melhoria já implementadas ou planeadas
- A visão de futuro para o curso e para a instituição

É fundamental para compreendermos não apenas os desafios, mas também as oportunidades de desenvolvimento e melhoria.

Contributo para a Gestão Estratégica

Os resultados desta investigação poderão constituir uma ferramenta valiosa para:

- Fundamentar decisões estratégicas com base em evidência científica
- Identificar áreas prioritárias de investimento e melhoria
- Desenvolver políticas institucionais mais eficazes
- Fortalecer a posição da ENFOTSS no panorama da formação profissional nacional
- Demonstrar o compromisso da instituição com a excelência e a melhoria contínua

Pedido de Colaboração

Face ao exposto, venho solicitar a vossa valiosa colaboração neste projeto de investigação. O vosso contributo será fundamental para alcançarmos os objetivos propostos e para desenvolvermos propostas concretas de melhoria que beneficiem futuros formandos e a própria instituição.

Aceita colaborar connosco neste importante estudo?

Agradeço desde já a vossa disponibilidade e interesse em contribuir para o avanço do conhecimento na área da formação profissional.

INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Os Fatores do Insucesso dos Formandos do Curso de Formação Profissional de Auxiliares de Educação: Um Estudo na ENFOTSS

---

1. ENTREVISTA PARA O DIRETOR DA INSTITUIÇÃO

Informações Preliminares

- **Nome da Instituição:** ENFOTSS
- **Nome do Entrevistado:** _____
- **Cargo:** Diretor
- **Data da Entrevista:** _____
- **Duração:** _____

Caracterização da Instituição e do Curso

1. Pode caracterizar brevemente a ENFOTSS e o seu papel na formação profissional em Angola?

2. Há quanto tempo a instituição oferece o curso de formação profissional de auxiliares de educação?

3. Qual é a procura por este curso e como tem evoluído ao longo dos anos?

4. Quantos formandos ingressam anualmente no curso e qual é a taxa de conclusão com sucesso?

Fatores de Insucesso

5. Na vossa perspetiva, quais são os principais fatores que contribuem para o insucesso dos formandos neste curso?

6. Que fatores individuais (motivação, preparação académica prévia, dificuldades de aprendizagem) considera mais relevantes para o insucesso?

7. Como avalia o impacto dos fatores socioeconómicos (situação financeira, responsabilidades familiares, transporte) no desempenho dos formandos?

8. Que desafios institucionais (recursos, infraestruturas, corpo docente) identifica como obstáculos ao sucesso dos formandos?

Metodologia e Recursos

9. Como caracteriza a metodologia de ensino utilizada no curso? Considera adequada ao perfil dos formandos?

10. Os recursos pedagógicos disponíveis são suficientes e adequados? Que limitações identifica?

11. Como avalia a qualidade da formação prática oferecida aos formandos?

12. Existe articulação entre a formação teórica e prática? Como é feita essa articulação?

Acompanhamento e Apoio

13. Que mecanismos de apoio aos formandos com dificuldades existem na instituição?

14. Como é feito o acompanhamento pedagógico dos formandos ao longo do curso?

15. Existe algum sistema de tutoria ou mentoria para apoiar os formandos?

Propostas de Melhoria

16. Que estratégias considera fundamentais para reduzir o insucesso neste curso?

17. Que mudanças ao nível institucional seriam necessárias para melhorar as taxas de sucesso?

18. Como vê o futuro deste curso na instituição? Que desenvolvimentos planeia?

19. Gostaria de acrescentar alguma informação que considere relevante para este estudo?

PROCEDIMENTOS E PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA ENTREVISTA

Duração e Estrutura da Entrevista

- **Duração estimada:** 30 a 45 minutos
- **Estrutura:** Organizada por temas para uma abordagem sistemática
- **Ambiente:** Informal e respeitoso - não existem respostas certas ou erradas

Gravação da Entrevista

Com o vosso consentimento, a entrevista será gravada para:

- Garantir precisão no registo das informações
- Permitir análise posterior mais detalhada
- Evitar perda de dados importantes
- **Nota:** A gravação será destruída após conclusão do estudo

INTRODUÇÃO PARA FORMADORES

Apresentação Pessoal e Académica

Estimado(a) Formador(a). O meu nome é Carla Jafar e sou mestranda em Administração da Educação e Regulação Educativa. Dirijo-me a si com grande respeito e reconhecimento pelo vosso trabalho dedicado na formação de futuros auxiliares de educação, uma missão de inquestionável importância social.

"Estimado(a) colega formador(a), a vossa experiência no terreno e conhecimento pedagógico são insubstituíveis. Podem contar connosco para dar voz aos vossos desafios e contribuir para melhorar as condições de ensino e aprendizagem?"

Reconhecimento do Vosso Papel Profissional

Como formador(a), encontram-se na linha da frente do processo educativo, lidando diariamente com as realidades, desafios e sucessos dos formandos. A vossa experiência pedagógica, o vosso conhecimento das dificuldades específicas dos estudantes e a vossa capacidade de adaptação às diferentes necessidades de aprendizagem fazem de si uma fonte privilegiada de informação para este estudo.

Sabemos que o vosso trabalho vai muito além da transmissão de conhecimentos técnicos - vocês são mentores, motivadores e, muitas vezes, figuras de apoio crucial na vida dos formandos. Esta perspetiva única é essencial para compreendermos os verdadeiros fatores que influenciam o sucesso e o insucesso formativo.

O Vosso Contributo Especializado

A vossa participação permitir-nos-á aceder a informações fundamentais sobre:

- As dificuldades de aprendizagem mais comuns que observam
- As estratégias pedagógicas que consideram mais eficazes
- Os recursos que facilitariam o vosso trabalho
- As necessidades específicas dos formandos que acompanham
- As sugestões práticas para melhorar o processo formativo

Benefícios para a Prática Pedagógica

Este estudo poderá contribuir para:

- O desenvolvimento de metodologias mais adequadas ao perfil dos formandos

- A identificação de recursos pedagógicos prioritários
- O fortalecimento do apoio institucional ao trabalho dos formadores
- A partilha de boas práticas entre pares
- O reconhecimento dos desafios específicos que enfrentam

Pedido de Colaboração

Face ao exposto, venho solicitar a vossa valiosa colaboração neste projeto de investigação. O vosso contributo será fundamental para alcançarmos os objetivos propostos e para desenvolvermos propostas concretas de melhoria que beneficiem futuros formandos e a própria instituição.

Aceita colaborar connosco neste importante estudo?

Agradeço desde já a vossa disponibilidade e interesse em contribuir para o avanço do conhecimento na área da formação profissional.

INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Os Fatores do Insucesso dos Formandos do Curso de Formação Profissional de Auxiliares de Educação: Um Estudo na ENFOTSS

ENTREVISTA PARA FORMADORES DA INSTITUIÇÃO

Informações Preliminares

- **Nome do Entrevistado:** _____
- **Disciplinas que leciona:** _____
- **Experiência na instituição:** _____
  - **Formação académica:** _____
  - **Data da Entrevista:** _____

Experiência Profissional e Caracterização dos Formandos

1. Há quanto tempo trabalha como formador na ENFOTSS e especificamente neste curso?

2. Como caracteriza o perfil dos formandos que ingressam no curso de auxiliares de educação?

3. Que diferenças notas entre os formandos que conseguem concluir com sucesso e os que não conseguem?

4. Qual considera ser a principal motivação dos formandos para frequentar este curso?

Fatores de Insucesso - Perspetiva Pedagógica

5. Na vossa experiência, quais são os principais obstáculos à aprendizagem dos formandos?

6. Que dificuldades específicas observa mais frequentemente (compreensão, expressão escrita, participação)?

7. Como avalia o nível de preparação académica prévia dos formandos? É adequado às exigências do curso?

8. Os formandos demonstram as competências básicas necessárias (literacia, numeracia, competências sociais)?

Metodologia e Recursos Pedagógicos

9. Que metodologias de ensino utiliza nas vossas aulas? São eficazes com este públicoalvo?

10. Como adapta o vosso ensino às diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem dos formandos?

11. Os recursos pedagógicos disponíveis são adequados e suficientes para o vosso trabalho?

12. Como integra a componente prática no vosso ensino? Que desafios enfrenta?

Acompanhamento e Avaliação

13. Como faz o acompanhamento dos formandos com mais dificuldades?

14. Que estratégias utiliza para motivar os formandos em risco de abandono?

15. Como caracteriza o sistema de avaliação do curso? É adequado e justo?

16. Recebe apoio da instituição para lidar com casos de formandos com dificuldades?

Fatores Externos e Contextuais

17. Como os fatores socioeconómicos dos formandos afetam o vosso trabalho e o desempenho deles?

18. Nota diferenças de desempenho relacionadas com questões de género, idade ou origem geográfica?

19. A família e o contexto social dos formandos influenciam o seu desempenho? De que forma?

Propostas de Melhoria

20. Que mudanças sugere ao nível pedagógico para melhorar o sucesso dos formandos?

21. Que formação adicional considera necessária para os formadores lidarem melhor com as dificuldades dos formandos?

22. Que recursos adicionais facilitariam o vosso trabalho e o sucesso dos formandos?

23. Tem alguma sugestão específica para reduzir o insucesso neste curso?

PROCEDIMENTOS E PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA ENTREVISTA

Duração e Estrutura da Entrevista

- **Duração estimada:** 30 a 45 minutos
- **Estrutura:** Organizada por temas para uma abordagem sistemática
- **Ambiente:** Informal e respeitoso - não existem respostas certas ou erradas

Gravação da Entrevista

Com o vosso consentimento, a entrevista será gravada para:

- Garantir precisão no registo das informações
- Permitir análise posterior mais detalhada
- Evitar perda de dados importantes
- **Nota:** A gravação será destruída após conclusão do estudo

INTRODUÇÃO PARA FORMANDOS

Apresentação Pessoal e Académica

Caros formandos, bom dia/boa tarde. O meu nome é Carla Jafar e sou estudante de mestrado, tal como vocês são estudantes neste momento. Dirijo-me a vocês não apenas como investigadora, mas também como alguém que compreende os desafios e as aspirações de quem se encontra num processo de formação.

"Caros formandos, vocês são o centro desta investigação. As vossas vozes são essenciais para construirmos um curso melhor. Querem juntar-se a nós nesta missão de melhoria da formação profissional?"

A Vossa Voz é Fundamental

Vocês são os protagonistas principais deste estudo. As vossas experiências, dificuldades, sucessos e opiniões são o coração desta investigação. Ninguém melhor do que vocês pode explicar:

- O que sentem durante o curso
- Quais são as vossas maiores dificuldades
- O que vos motiva a continuar
- O que poderia tornar a vossa experiência formativa melhor

Compreendemos os Vossos Desafios

Sabemos que frequentar um curso de formação profissional pode apresentar diversos desafios:

- Conciliar estudos com trabalho ou responsabilidades familiares
- Gerir questões financeiras
- Adaptar-se a novos métodos de aprendizagem
- Superar dificuldades académicas
- Manter a motivação ao longo do percurso

Este Estudo é Para Vocês

O objetivo principal desta investigação é compreender melhor a vossa realidade para que:

- Futuros formandos possam ter uma experiência mais positiva
- A instituição possa oferecer melhor apoio
- Os formadores possam adaptar melhor os seus métodos
- As dificuldades que enfrentam sejam reconhecidas e abordadas
- O curso se torne mais adequado às vossas necessidades

A Vossa Participação Faz a Diferença

Ao partilharem connosco as vossas experiências, estão a:

- Contribuir para melhorar a formação de futuros colegas
- Ajudar a instituição a evoluir positivamente
- Dar voz às vossas preocupações e sugestões
- Participar ativamente na construção de soluções
- Demonstrar o vosso compromisso com a melhoria da educação

Confidencialidade e Anonimato

- Toda a informação recolhida será tratada com absoluta confidencialidade
- O vosso nome e identidade nunca serão divulgados em qualquer publicação ou apresentação
- Os dados serão codificados e armazenados de forma segura
- Apenas a investigadora terá acesso aos dados originais

Consentimento e Direitos dos Participantes

- A vossa participação é inteiramente voluntária
- Tendes o direito de recusar responder a qualquer questão
- Podeis interromper a entrevista a qualquer momento sem qualquer consequência
- Podeis solicitar esclarecimentos sobre qualquer aspeto do estudo
- Após a conclusão, será disponibilizado um resumo dos principais resultados

Utilização dos Dados

- Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente a fins académicos e científicos
- Poderão ser utilizados na dissertação de mestrado e em eventuais publicações científicas
- Contribuirão para o conhecimento científico na área da formação profissional

Procedimentos da Entrevista

Duração e Estrutura

- A entrevista terá uma duração estimada entre 30 a 45 minutos
- Está estruturada em várias secções temáticas para uma abordagem sistemática
- Não existem respostas certas ou erradas - procuramos conhecer a vossa perspetiva autêntica

Gravação da Entrevista

Com o vosso consentimento, a entrevista será gravada em áudio para:

- Garantir o registo fiel das vossas declarações
- Permitir uma análise posterior mais rigorosa
- Evitar perdas de informação relevante

A gravação será utilizada exclusivamente para fins de investigação e será destruída após a conclusão do estudo.

Benefícios Esperados

Esta investigação pretende contribuir para:

- A melhoria da qualidade da formação profissional na ENFOTSS
- O desenvolvimento de estratégias mais eficazes de apoio aos formandos
- O aumento das taxas de sucesso formativo
- O fortalecimento do setor da formação profissional em Angola
- A produção de conhecimento científico relevante para a comunidade académica

Pedido de Colaboração

Face ao exposto, venho solicitar a vossa valiosa colaboração neste projeto de investigação. O vosso contributo será fundamental para alcançarmos os objetivos propostos e para desenvolvermos propostas concretas de melhoria que beneficiem futuros formandos e a própria instituição.

Aceita colaborar connosco neste importante estudo?

Agradeço desde já a vossa disponibilidade e interesse em contribuir para o avanço do conhecimento na área da formação profissional.

QUESTIONÁRIO PARA FORMANDOS

Instruções

Este questionário faz parte de um estudo sobre os fatores que influenciam o sucesso e insucesso dos formandos no curso de formação profissional de auxiliares de educação. As vossas respostas são confidenciais e serão utilizadas apenas para fins académicos. Por favor, respondam com sinceridade a todas as questões.

PARTE I - DADOS PESSOAIS E SOCIOECONÓMICOS

1. Idade: _____ anos

2. Género: □ Masculino □ Feminino

3. Estado civil: □ Solteiro(a) □ Casado(a) □ União de facto □ Divorciado(a) □ Viúvo(a)

4. Tem filhos? □ Sim □ Não Se sim, quantos? _____

5. Habilitações académicas antes de ingressar no curso: □ Ensino primário □ 1º Ciclo do ensino secundário □ 2º Ciclo do ensino secundário □ Ensino médio □ Ensino superior

6. Situação profissional atual: □ Estudante □ Empregado(a) □ Desempregado(a) □ Trabalhador(a) por conta própria

7. Rendimento familiar mensal: □ Menos de 50.000 Kz □ 50.000-100.000 Kz □ 100.000-200.000 Kz □ 200.000-300.000 Kz □ Mais de 300.000 Kz

8. Local de residência: _____

9. Meio de transporte utilizado para chegar à instituição: □ A pé □ Transporte público □ Transporte próprio □ Boleia □ Outro: _____

10. Tempo gasto diariamente no transporte para a instituição: _____ minutos

---

PARTE II - MOTIVAÇÃO E EXPECTATIVAS

11. Principais razões para frequentar este curso (pode assinalar mais de uma opção): □ Melhorar as perspetivas de emprego □ Adquirir uma profissão □ Desenvolvimento pessoal □ Interesse pela área da educação □ Pressão familiar □ Falta de outras alternativas □ Outro: _____

12. Como teve conhecimento deste curso? □ Amigos/familiares □ Internet □ Publicidade □ Técnicos de emprego □ Outro: _____

13. Este curso corresponde às vossas expectativas iniciais? □ Totalmente □ Parcialmente □ Pouco □ Nada

14. Sente-se motivado(a) para continuar o curso? □ Muito motivado(a) □ Motivado(a) □ Pouco motivado(a) □ Nada motivado(a)

PARTE III - DIFICULDADES E DESAFIOS

15. Principais dificuldades que enfrenta no curso (pode assinalar mais de uma opção): □ Compreensão dos conteúdos □ Expressão escrita □ Expressão oral □ Trabalhos de grupo □

Gestão do tempo □ Conciliação com outras responsabilidades □ Questões financeiras □ Problemas de transporte □ Relacionamento com colegas □ Relacionamento com formadores □ Falta de material de estudo □ Outro: _____

16. Com que frequência falta às aulas? □ Nunca □ Raramente □ Às vezes □ Frequentemente □ Muito frequentemente

17. Principais motivos das faltas (se aplicável): □ Doença □ Problemas familiares □ Trabalho □ Falta de transporte □ Desmotivação □ Outro: _____

18. Já pensou em abandonar o curso? □ Nunca □ Raramente □ Às vezes □ Frequentemente **19.** Se respondeu afirmativamente à questão anterior, quais os principais motivos?

PARTE IV - AVALIAÇÃO DO CURSO E METODOLOGIA

20. Como avalia a metodologia de ensino utilizada pelos formadores? □ Muito boa □ Boa □ Satisfatória □ Insatisfatória □ Muito insatisfatória

21. Os conteúdos são apresentados de forma clara e compreensível? □ Sempre □ Frequentemente □ Às vezes □ Raramente □ Nunca

22. Como avalia a articulação entre a teoria e a prática? □ Muito boa □ Boa □ Satisfatória □ Insatisfatória □ Muito insatisfatória

23. Os recursos pedagógicos (manuais, equipamentos, materiais) são adequados? □ Totalmente adequados □ Adequados □ Parcialmente adequados □ Inadequados

24. Como avalia a qualidade da formação prática? □ Muito boa □ Boa □ Satisfatória □ Insatisfatória □ Muito insatisfatória

25. Sente que está a adquirir as competências necessárias para ser auxiliar de educação? □ Totalmente □ Em grande parte □ Parcialmente □ Pouco □ Nada

---

PARTE V - APOIO E ACOMPANHAMENTO

26. Recebe apoio adequado dos formadores quando tem dificuldades? □ Sempre □ Frequentemente □ Às vezes □ Raramente □ Nunca

27. Como caracteriza o relacionamento com os formadores? □ Muito bom □ Bom □ Satisfatório □ Insatisfatório □ Muito insatisfatório

28. Existe acompanhamento pedagógico individualizado na instituição? □ Sim, e é eficaz □ Sim, mas é insuficiente □ Não existe

29. Que tipo de apoio adicional gostaria de receber? □ Apoio pedagógico individual □ Apoio psicológico □ Apoio financeiro □ Apoio no transporte □ Material de estudo gratuito □ Flexibilidade de horários □ Outro: _____

PARTE VI - SUGESTÕES DE MELHORIA

30. O que mudaria no curso para o tornar mais adequado às vossas necessidades?

31. Que estratégias considera importantes para ajudar formandos com dificuldades?

32. Recomendaria este curso a outras pessoas? □ Certamente sim □ Provavelmente sim □ Talvez □ Provavelmente não □ Certamente não

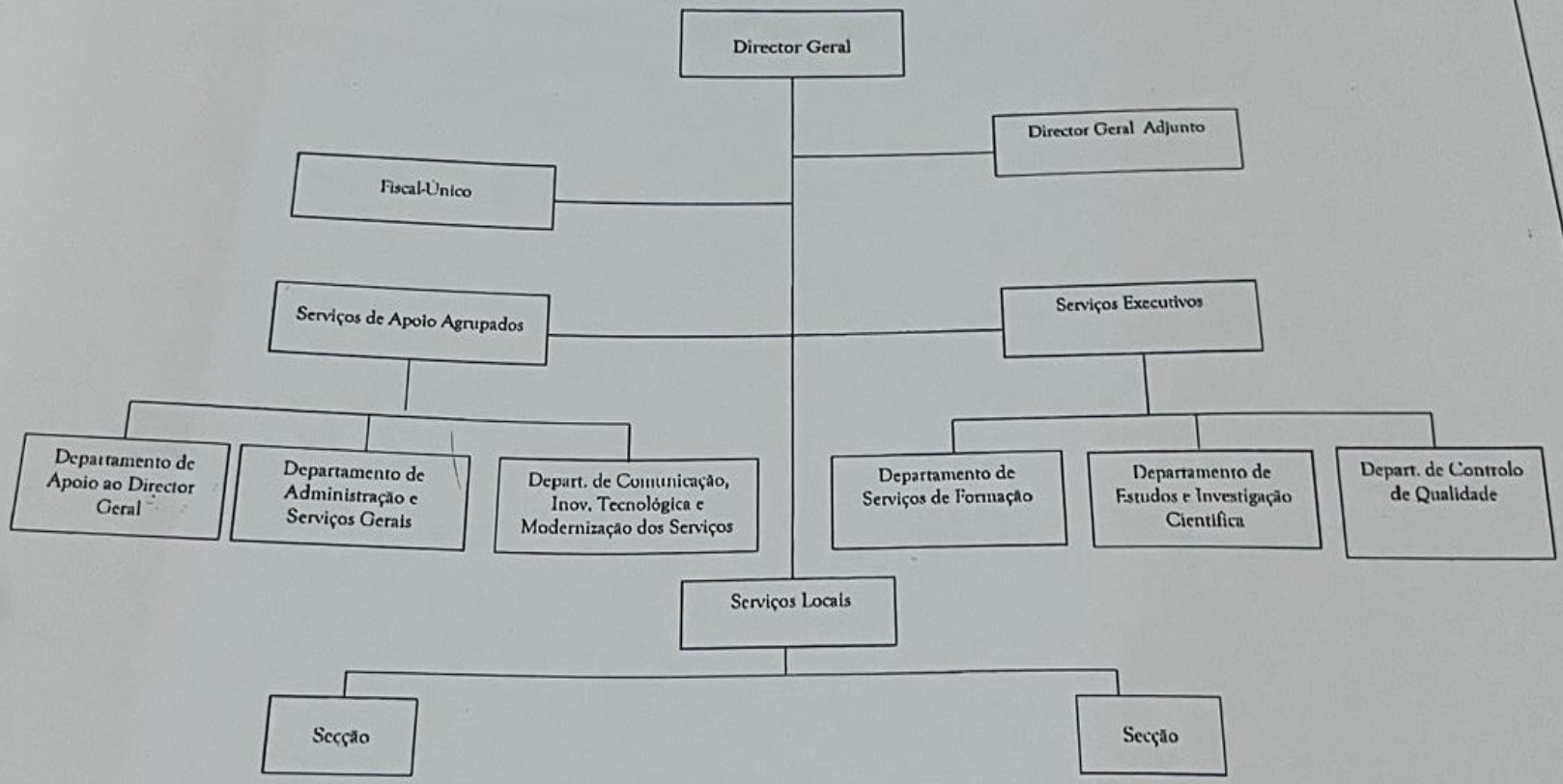
33. Observações ou comentários adicionais:

Obrigado pela vossa colaboração!

Este questionário é parte integrante do estudo "Os Fatores do Insucesso dos Formandos do Curso de Formação Profissional de Auxiliares de Educação: Um Estudo na ENFOTSS"

ANEXO III

Organigrama a que se refere o artigo 23.º do presente Diploma



O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

(21-0791-A-PR)